U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

2º Ciclo de Estudos

História e Património

Ramo Estudos Locais e Regionais - Construção de Memórias

A Feira de São Joaquim: contexto histórico e o Projeto de Requalificação de 2008

Patrícia Correia de Jesus

M

2026



Patrícia Correia de Jesus

A Feira de São Joaquim: contexto histórico e o Projeto de Requalificação de 2008

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Patrimônio, orientada pela Professora Doutora Alice Duarte

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2026

Aos feirantes, alegres e bravos guerreiros

Sumário

Declaração de honra / *Declaration of Honour* iv

Agradecimentos vi

Resumo vii

Abstract viii

Índice de Figuras ix

Índice de Tabelas xi

Indice de Quadros xii

Lista de Abreviaturas e Siglas xiii

1. Capítulo 1 – Uma Feira como Património 7

1.1. Património. Identidade. Memória 7

1.2. O Património e seu Percurso Histórico 9

1.3. Uma Feira como Património Cultural Imaterial 15

1.4. O Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim (PRFSJ) 2008 17

2. Capítulo 2 - A Cidade de Salvador e seu Crescimento desde o Início do Século XX à Atualidade 19

2.1. O Recôncavo, Deslocações da População e Desemprego 19

2.2. Os C*antos,* os Antecessores da Feira de São Joaquim (FSJ) 23

2.3. Prestando Atenção ao Espaço e aos Números da FSJ 28

2.4. Os Agentes da FSJ 34

2.5. A Marca FSJ 46

2.5.1. As Mercadorias Tradicionais 46

2.5.2. Os Produtos Destinados às Religiões de Matriz Africana **52**

3. Capítulo 3 - A Feira de São Joaquim no Projeto de Requalificação de 2008 57

3.1. Alguns Estudos e Intervenções Anteriores ao PRFSJ de 2008 57

3.2. A Proposta do PRFSJ: gestão e objetivos 60

3.3. Aspeto Urbano 65

3.4. Aspeto Sociocultural 73

4. Capítulo 4 - Avaliação do PRFSJ: os impactos na FSJ 76

4.1. Aspeto Urbano..... 76
4.2. Aspeto Sociocultural 82
4.3. Uma Surpresa no Meio do Caminho..... 83
Considerações Finais..... 87
Referências Bibliográficas 90
APÊNDICE 1 - TERMOS DE CONSENTIMENTO.....1
ANEXO 1 - NOTA TÉCNICA 2019 – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA FEIRA DE SÃO JOAQUIM 5
ANEXO 2 NOTA TÉCNICA ESPECÍFICA REQUALIFICAÇÃO 10
ANEXO 3 - NOTA TÉCNICA 481/2025.....13
ANEXO 4 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS PAINÉIS E ESTRUTURAS 17

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this dissertation.

Porto, 2026

Patrícia Correia de Jesus

Agradecimentos

Agradeço a todos os feirantes da Feira de São Joaquim, que compõem o cenário colorido da Feira com suas lutas diárias permeadas de bom humor e esperança, a despeito de uma realidade permanentemente desfavorável e desafiadora. Em especial aos feirantes entrevistados, Seu Raimundo Raizeiro, em sua desenvoltura, que além de contribuir para este estudo, enriqueceu meu conhecimento sobre o poder das folhas, à Dona Sueli Fateira, demonstrando sua firmeza na ciência do corte, venda e utilização do fato, e ao Seu Raimundo, o Ralador de aipim, tímido e engenhoso em seu oficio para ralar o aipim.

Agradeço aos professores amantes da Feira de São Joaquim, que nortearam minha pesquisa: Naia Alban, Valdemar Lima, (integrantes do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim de 2008) e ao professor Márcio Nicory.

Agradeço aos meus queridos filhos, Lucas e Hugo, pela empolgação quanto ao tema e pela escuta das histórias da Feira de São Joaquim. *In memoriam*, agradeço minha querida madrinha, por me mostrar o poder de cura e alívio dos chás.

Em especial, agradeço à Professora Alice Duarte pela permanente gentileza, atenção e tempo dedicado à orientação da pesquisa.

Resumo

A Feira de São Joaquim (FSJ), localizada em Salvador da Bahia, Brasil, nasceu no início do Século XX, próximo à área portuária e ao Mercado Modelo, numa parte integrante do Centro Histórico de Salvador e lugar de trocas e pequeno comércio informal realizado pelas populações vindas de barco do Recôncavo Baiano. A presente dissertação procurou investigar as transformações e permanências ocorridas na cidade de Salvador, concentrando-se no espaço que envolve a FSJ até ao Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim (PRFSJ), de 2008 – que contemplou a sua valorização como patrimônio cultural. Ao longo da sua história, a FSJ tem sido alvo de constantes conflitos e intervenções, a última das quais em redor do PRFSJ de 2008, cuja equipe de trabalho era multidisciplinar e perseguiu um enfoque sociocultural e patrimonial que envolveu a participação dos feirantes, na tentativa de não cometer os equívocos do passado, observados em outras requalificações empreendidas na cidade de Salvador. A partir da contextualização histórica, procurou-se documentar como a evolução dos processos socioeconômicos e urbanos ocorridos na cidade interferiram diretamente no espaço da Feira. Para além da comercial, destacou-se a importância patrimonial da FSJ para a cidade de Salvador, bem como dos seus produtos, cujo valor simbólico é relevante nas festas e manifestações de fé da população, nas tradições populares, inclusive na influência de patrimônios culturais imateriais já registados e classificados. O estudo permitiu confirmar a pertinência do PRFSJ para os envolvidos, através das respetivas funções definidas, autorreguladas e necessariamente desempenhadas dentro desse território. Espera-se que o resultado desta pesquisa possa ser útil para ajudar a instruir o processo de registo e inscrição da FSJ no Livro dos Lugares do Patrimônio Imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e/ou para programas de educação patrimonial, visando a valorização do Patrimônio Cultural.

Palavras-chave: Feira de São Joaquim, Centro Histórico de Salvador, BA, Brasil, Patrimônio Cultural, Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim

Abstract

The São Joaquim Market (FSJ), located in Salvador, Bahia, Brazil, was established in the early 20th century near the port area and the Mercado Modelo, within an integral part of Salvador's Historic Center. The Market emerged in an area that previously hosted small informal commerce conducted by populations arriving by boat from the Recôncavo Baiano. This dissertation aimed to investigate the transformations and consistencies that have occurred in the city of Salvador, focusing on the space occupied by the Market up to the São Joaquim Market Requalification Project (PRFSJ), initiated in 2008, which aimed to enhance its value as cultural heritage. Throughout its history, the São Joaquim Market has faced constant conflicts and interventions, the latest being around the 2008 PRFSJ, which involved a multidisciplinary team pursuing a sociocultural and patrimonial approach that included the participation of market vendors, in an attempt to avoid the mistakes of the past observed in other requalifications undertaken in the city of Salvador. From a historical context, this research sought to document how the evolution of socioeconomic and urban processes in the city has directly influenced the space of the Market. Beyond its commercial aspect, the study emphasized the cultural heritage significance of the market for the city of Salvador, along with its products, which hold symbolic value in the festivals and expressions of faith within the community. It also highlights the market's influence on the intangible cultural heritages that are already registered and classified. The study confirmed the relevance of the PRFSJ for those involved, through the respective defined, self-regulated functions necessarily performed within this territory. It is hoped that the results of this research will be useful in guiding the process of registering the São Joaquim Market in the Book of Places of the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) and/or for heritage education programs, aiming to promote the appreciation of this Cultural Heritage.

Keywords: São Joaquim Market, Historic Center of Salvador, Bahia, Brazil, Cultural Heritage, São Joaquim Market Requalification Project.

Índice de Figuras

Figura 1 - Salvador em 1875, vista da Alfândega (atual Mercado Modelo)..... 20
Figura 2 - Edifício do atual Museu Casa das Histórias de Salvador, ainda localizado à beira-mar. 21
Figura 3 - Vista panorâmica de Salvador depois dos aterros. 21
Figura 4 - Dados relativos à população da cidade de Salvador em 1940 a 1950 223
Figura 5 -Dados dos setores profissionais da população de Salvador, em 1950. 23
Figura 6 - Feira Água de Meninos vista da Ladeira de São Francisco de Paula, 1957. ... 25
Figura 7 - Noticia mais antiga encontrada pela autora, demonstrando as condições precárias da FSJ em 1947. 25
Figura 8 - Noticia de 1972 sobre a transferência da FSJ para Santa Luzia nos Alagados 27
Figura 9 - Dados sobre área e número de bancas da FSJ (PRFSJ)..... 30
Figura 10 - Dados das atividades predominantes na FSJ (PRFSJ). 30
Figura 11 - Nomes das ruas. 31
Figura 12 - Asfaltamento na FSJ, cobrindo o trilho do comboio de carga fotografado em 20.8.1986. 32
Figura 13 - A vida social das folhas. 37
Figura 14 - Banca de ervas e folhas do Sr. Raimundo, o raizeiro. 39
Figura 15 - Algumas raízes comercializadas na Feira de São Joaquim. 42
Figura 16 - Máquina de ralar mandioca do Sr. Salvador. 44
Figure 17 - A fateria Dona Sueli, sua neta e os fatos expostos. 46
Figure 18 - Produtos tradicionais: azeite de dendê, animais vivos, quiabo e pimenta.. 47
Figura 19 - A máquina que produz a massa do acarajé para a sua venda pronta, numa banca da FSJ..... 49
Figura 20 - Roldão por tração animal para produção de dendê, em desuso. 50
Figura 21 - A árvore do dendê; os cachos retirados; o coquinho; a panela de cozimento; o azeite já pronto; e o resto, que será reaproveitado como combustível para a caldeira ou para alimentação do gado. 51
Figura 22 - Evento ocorrido na FSJ: Os Exus do Brasil, janeiro de 2024. 53

Figura 23 - Loja de artigos de Candomblé. 56
Figura 24 – Em cima, foto da área da Enseada em que se observa a construção de um muro, em 1978. Em baixo, foto das loja construidas em material frágil e sobre terra e cimento fofo. 58
Figura 25 - À esquerda, a reforma na área dos pescados e 80 bancas padronizadas na FSJ em 1996. À direita, os feirantes abrindo as bancas lacradas pela Prefeitura em 2004. 60
Figura 26 - Instâncias de gestão da FSJ, segundo o PRFSJ. 63
Figura 27 - Etapas da intervenção geral do PRFSJ original. 65
Figura 28 - Galpão provisório (GAM), também chamado Feira Nova. 67
Figura 29 - Área da Enseada antes do PRFSJ. 68
Figura 30 - Área da Enseada após a requalificação: com espaços destinados à comercialização de pescados e animais vivos, área de estacionamento ao fundo da FSJ, área de circulação e boxes e restaurante, ao fundo à esquerda. 68
Figura 31 - Novo planeamento para execução das obras, em que se observa a alteração do Projeto original. 70
Figura 32 - Terceira Etapa com as sete fases previstas no Projeto original. 71
Figura 33 - Terceira fase em execução em 2023 (ou segunda Etapa na designação atual) 72
Figura 34 - O círculo amarelo identifica a primeira fase do *Miolo* da FSJ já com os telhados dos novos boxes; no círculo branco está o GAM; a área entre os dois círculos é o que falta requalificar do *Miolo* da FSJ. 72
Figura 35 - Dinâmica de frotas de autocarro que se conectam com a FSJ. 73
Figura 36 - Linhas de autocrro e rotas com acesso à FSJ. 74
Figura 37 - Notícia da demora no início da execução das obras do PRFSJ de 2008. 77
Figura 38 - Notícia sobre atrasos na execução já iniciada em 2014. 78
Figura 39 - Visão dos novos boxes. 81

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dez principais ocupações dos trabalhadores informais na cidade de Salvador (1997-2004). 36

Indice de Quadros

Quadro 1 - Lista de ervas indicadas pelo feirante Sr. Raimundo. 41

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADA.....	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
CONDER	Companhia do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
FMLF	Fundação Mário Leal Ferreira
FSJ	Feira de São Joaquim
GAM	Galpão Água de Meninos
GRPU	Gerência do Patrimônio da União
ICOM	*International Concil of Museum*
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
OCEPLAN.....	Orgão Central de Planejamento de Salvador
PCI	Patrimônio Cultural Imaterial
PRFSJ	Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
SEI	Serviço Eletrônico de Informação
SECULT	Secretaria da Cultura do Estado da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SEDHAM.....	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
SINDIFEIRA	Sindicato dos Comerciantes, Varejistas, Feirantes e Ambulantes da cidade do Salvador
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SSP	Secretaria de Serviços Públicos
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Quantas ervas e raízes há n´este Brasil de muitas virtudes nesse Reino e em toda a Europa redondarão grandes utilidades e entre ellas o chá dos sertanejos, que além do seu sabor ser muito agradável ao gosto, os seus efeitos são em comparação melhores, que o chá da India e proporcionados a muitos males."

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino. Brasil – Baia .1788, julho, 31, Baia. Projeto Resgate

INTRODUÇÃO

Para mim, a Feira de São Joaquim (FSJ) surgiu quando tomei conhecimento de que somente lá encontraria produtos típicos e legítimos por bons preços, além de ser um destino turístico. Posteriormente, meu filho visitou a FSJ numa visita promovida pela escola, a qual rendeu mais informações e curiosidades sobre o local. Hoje, a FSJ se localiza dentro de um espaço comercial e histórico da cidade de Salvador – Bahia, a cidade que K. Mattoso (1978, p. 2) descreve como permanecendo, ao longo do século XIX, um mercado, feira, porto, lugar de trocas para populações vindas de todos os horizontes, e que, por isso mesmo, a sua existência e sobrevivência estaria dependente das feiras e mercados locais. Por outro lado, a historiadora reconhece igualmente que esses espaços também se procuram adaptar segundo as oscilações da conjuntura do momento, que, com frequência, lhes são desfavoráveis (1978, p. 260). Em concreto, a FSJ originou-se de outras duas feiras que funcionavam na região portuária da Cidade Baixa, em Salvador, entre os bairros do Comércio da Calçada, a Feira do Sete e a Feira de Água de Meninos (Oliveira, 2017, p. 46). O nome é uma referência à igreja e ao Colégio dos Órfãos de São Joaquim, ambos pertencentes à Ordem dos Jesuítas, localizados em frente à FSJ. Os espaços ocupados pela FSJ foram fotografados e desenhados por Pierre Verger e Carybé, cantados por Gilberto Gil em sua música *Água de Meninos* (1967) e deram origem ao filme: *A Grande Feira*, de 1961, pela lente do cineasta Roberto Pires. A Feira é famosa por se encontrar no meio do caminho de uma das maiores festas populares – a Procissão do Senhor do Bonfim (Patrimônio Cultural da

Humanidade) – e por ser catalisadora de diversas festas culturais na cidade de Salvador durante todo o ano.

O período definido para proceder à contextualização histórica da FSJ vai do início do século XX até à atualidade. Desse modo, diversos fatos históricos, como crises econômicas, o crescimento demográfico e questões de ordem urbanística, que se refletem na área portuária de Salvador, são abordados. Durante este longo período, o poder público entendeu ser sua obrigação intervir constantemente no espaço dos feirantes, motivo pelo qual ao longo da história da FSJ foram feitas diversas intervenções visando a sua reorganização. A mais recente, tratou-se do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim (PRFSJ), em 2008, que contou com uma equipe multidisciplinar e avançou de forma inédita com um enfoque sociocultural e patrimonial que incluiu a participação e escuta dos feirantes[1]. Pela primeira vez, e diferentemente das intervenções pontuais e emergenciais anteriores, havia a consciência de que haveria resistência dos envolvidos, buscando-se, por isso, construir uma ponte de diálogo durante todo o processo. Os levantamentos realizados pelo PRFSJ buscaram demonstrar a representatividade e a importância cultural da FSJ e dos seus agentes e produtos, valorizando a herança patrimonial presente no processo contínuo de transmissão de saberes e modos de saber-fazer, repassados por gerações e mantidos pelas famílias. O PRFSJ procedeu igualmente à classificação das diversas funções existentes hoje na FSJ, onde se observa a coexistência do trabalho formal e informal, destacando a importância de cada um desses dois grupos de trabalhadores e suas funções e interdependências, bem como as *profissões especializadas* surgidas na própria FSJ, como a do vendedor de folhas e raízes, a fateira e o ralador de aipim.

O presente estudo foi motivado pelas aulas do Mestrado em História e Patrimônio, sobretudo quando, na disciplina de Identificação e Classificação do Patrimônio, se discutiu sobre intervenções em lugares de memória e, no final, elaborei um primeiro ensaio sobre a FSJ. Emergiram deste trabalho académico uma reflexão e a

[1] Disponível em.: http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/519-marche-agua-de-meninos.html

vontade de aprofundamento do tema com apoio das seguintes noções teóricas: a consciência do conceito de patrimônio cultural necessariamente envolver as dimensões material e imaterial; o levantamento da principal legislação pertinente; o tópico do direito à preservação da memória como exercício de cidadania; o conceito de identidade como algo refletido no cotidiano das comunidades; a mediação patrimonial como forma de capacitar os envolvidos nas discussões e decisões sobre questões patrimoniais; o papel crítico das políticas públicas. Em especial, a leitura de um artigo de S. Zanirato (2006) sobre a requalificação da zona do Pelourinho, na cidade de Salvador, trouxe reflexões pertinentes. Nele é descrito como o processo de requalificação conduzido pelo poder público local, cuja intervenção se direcionou principalmente ao interesse turístico, retirou os atores sociais locais daqueles cenário, cujos casarões foram adquiridos por novos proprietários e entregues ao empreendedorismo gastronômico e turístico, com desprezo pela comunidade há muito instalada no espaço e desconsiderando o patrimônio enquanto construção sociocultural. Essas questões atraíram o meu interesse em desenvolver o assunto.

Assim, a presente investigação objetivou apresentar e documentar a FSJ como manifestação de patrimônio cultural e, a seguir, analisar e compreender como o PRFSJ processou o estudo e as linhas de intervenção que adotou sobre essa manifestação patrimonial, destacando a necessidade e as vantagens de incluir a participação e o diálogo com a comunidade. De forma mais especifica, pretendi (a) contextualizar historicamente o espaço onde se instalou a FSJ, para compreender a dimensão da sua importância em relação ao Recôncavo e à crescente mão-de-obra não-qualificada e respetivos desdobramentos que aqui foram sendo absorvidos; (b) apresentar e caracterizar o PRFSJ: como o espaço existente da Feira foi mapeado, as funcionalidades idealizadas e executadas até o momento atual; (c) analisar os impactos da PRFSJ na vida dos feirantes.

Quanto à metodologia, a dissertação pautou-se pela análise documental, com exposição descritiva e investigação de campo, pretendendo-se a reunião de dados históricos e uma abordagem etnográfica suportada em observação direta e entrevistas com três feirantes, de modo a destacar os seus saberes e saber-fazer. Para conseguir

atender ao objetivo de descrição da FSJ, história das suas antecessoras e transformação urbanística da cidade de Salvador, utilizou-se as obras de K. Mattoso (1978), M. Santos (1958) e P. Vasconcelos (2016), pois permitem reconstruir a história da cidade e das atividades mercantis da área do porto, de modo a complementar as informações obtidas com outras pesquisas acadêmicas que forneceram dados relativos à população e ao trabalho informal na cidade. Conhecer os antecedentes históricos da cidade e da FSJ permite compreender a evolução da população e saber como se dava o abastecimento da cidade e quais as mercadorias e tipos de vendedores que se destacavam nesse cenário. Para a análise de como os trabalhos de intervenção de 2008 foram conduzidos, a sua proposta de gestão, fases e mapeamento, consultou-se o dossiê do PRFSJ. Para além da análise documental deste material, foi também realizada uma entrevista com a Professora e arquiteta N. Alban, coordenadora do conteúdo do Projeto, o que tornou possível compreender com mais pormenor como os trabalhos da equipe se desenvolveram por forma a serem elaborados indicadores humanos e econômicos da FSJ. No decorrer desse encontro, N. Alban disponibilizou-me um artigo de sua autoria que discorria sobre o espaço político da cidade informal (2011, p. 231). Do mesmo modo, estabeleci contacto com o coordenador técnico do grupo de trabalho sociocultural, o professor e museólogo V. Lima (2017), que tem publicado um artigo sobre mediação patrimonial, com base no PRFSJ e no seu envolvimento, visando a participação dos feirantes durante o período do projeto. Ao dossiê do PRFSJ e às entrevistas com os dois coordenadores do PRFSJ, somou-se ainda uma visita à CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) em um encontro com os responsáveis atuais da execução, Srs. Thiago Matos e Felipe Novaes, que me informaram acerca do andamento atual da obra e me forneceram a Nota Técnica mais recente (Anexo 2), bem como o contacto com o Professor Marcio Nicory Souza, cuja autoria da dissertação-livro *A Teia da Feira* integra a referência bibliográfica deste estudo, abrindo caminho para outras tantas referências. Por fim, houve uma visita ao Arquivo Público de Salvador e à Fundação Mário Leal Ferreira, que forneceu dados sobre as intervenções do passado na Feira.

Na busca por mais pistas, foi consultado via *online* o dossiê FSJ do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[2], em concreto o Processo nº 01502.000028/2004-91, que se encontra em tramitação desde 2004; bem como o Laudo Antropológico da Feira de São Joaquim, Salvador – Bahia, elaborado por V. Moreira (2005). Ambos os documentos são bastante informativos no que diz respeito aos saber-fazer dos feirantes e sobre os produtos tradicionais comercializados na FSJ. Em sequência, busquei ainda informações sobre outras feiras ocorridas no Brasil, para que pudesse conhecer mais sobre as suas dinâmicas e evolução, a exemplo da dissertação realizada por J. Santos (2017), que demonstra como os feirantes, com seus produtos carregados de tradições, se adaptam à economia urbana e são capazes de interagir no mundo moderno globalizado, desempenhando um papel importante na economia urbana. Para recolher dados sobre a FSJ, no tocante aos produtos comercializados e aos saberes transmitidos com base na oralidade dos feirantes, além do material constante do PRFSJ, optei por entrevistas assentes nas respetivas histórias de vida, realizadas com três dos mais representativos saberes, o raizeiro, o ralador de aipim e a fateira, observando-os em suas rotinas. Através da observação direta procurei compreender como são conduzidas as vendas no cotidiano e em dias de festa, como, por exemplo, no último dia do ano, quando a clientela busca o poder mágico-religioso das folhas e amuletos tradicionais.

Considerando os objetivos mencionados e o respetivo embasamento teórico que sustenta a ideia da requalificação de um espaço vivo e de memórias não poder ignorar os atores sociais que dão vida a esse cenário, a presente dissertação foi montada em quatro capítulos. No **Capítulo 1,** *Uma Feira como Patrimônio*, desenvolvem-se as noções teóricas pertinentes, por meio das quais se explica porque uma Feira vista como um estorvo social, se transforma em objeto de patrimônio. O **Capítulo 2**, *A Cidade de Salvador e seu Crescimento desde o Início do Século XX à Atualidade,* atende a esse

[2] O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é um organismo federal vinculada ao Ministério da Cultura do Brasil que responde pela preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

período cronológico com a intenção de fazer compreender como a FSJ, emerge na história de Salvador, sua atual localização, suas mercadorias, especialidades e tipos de vendedores. Considerando que, não raro, as feiras se fixam próximas a portos, a exemplo da Feira da Madrugada, em Fortaleza, no Ceará (Sampaio, 2020), procuro destacar como durante o percurso histórico deste cenário existiram processos mercantis, sociais e urbanos, que se refletem na história da formação e localização atual da FSJ. O **Capítulo 3**, *A Feira de São Joaquim no Projeto de Requalificação de 2008*, analisa o PRFSJ e a projeção da nova Feira, atendendo ao mapeamento do espaço da FSJ e seus reflexos na dinâmica atual da cidade. A função do Capítulo 3 é demonstrar como os trabalhos da PRFSJ se desenvolveram para conduzir uma intervenção em diálogo com os envolvidos, propondo uma gestão articulada com as instituições públicas. O **Capítulo 4,** *Avaliação do PRFSJ: os impactos na FSJ,* propõe uma análise dos resultados até agora obtidos e, procede à sua crítica, a partir do olhar dos feirantes.

1. Capítulo 1 – Uma Feira como Património

1.1. Património. Identidade. Memória

O património não existe por si só nos bens.

Os bens patrimoniais são resultado do valor atribuído por um grupo de indivíduos que negociam e decidem construir e preservar algo; é, portanto, resultado de forças sociais. O património está ao serviço da identidade e esta, por sua vez, serve a um grupo social, sobre o qual se irá refletir, e pode ser reinventada para atender à indústria do turismo. Ambos são conceitos que são associados a pessoas e coisas, são construções sociais que dependem da ação humana.

Procurando clarificar, património não é o mesmo que cultura, mas é sempre cultural: um conjunto de símbolos que determinado grupo social quer preservar, não pela sua autenticidade, mas por ser expressão de criatividade que se recria na atualidade e se reconecta com o passado e se projeta para o futuro.

A autenticidade por sua vez, não deve ser só entendida como original e genuína, imbuída de genialidade ou provável extinção, pois até mesmo a noção complexa de autenticidade em sua visão materialista passa a abranger a construção cultural (Jones, 2010, p. 184).

Não é aconselhável engessar os conceitos de património cultural nem de identidade, como o fez algumas leis espanholas, a exemplo da Lei do Património Cultural Basco, que não faz alusão a Espanha nem aos seus referentes simbólicos (Peralta e Anico, 2006, p. 29). Qualquer objeto, como por exemplo uma indumentária, desconectado de uma localização específica ou de determinado ritual especial ou sagrado, ou ainda do processo a que foi submetido, é somente um objeto. A água benta e a água comum não têm diferenças químicas entre si, mas a primeira tem uma carga simbólica, um valor atribuído pela sociedade que é inexistente na segunda (Crippa, 2011, p. 247). A exemplo dos artefactos do Candomblé, assim como das folhas de poder mágico, produtos à venda e disponíveis na FSJ, estão imbuídos de significado para

aqueles que os procuram. Assim, o património cultural nas suas dimensões material e imaterial constitui uma inter-relação.

O processo de patrimonialização é uma construção de símbolos, em constante mutação e negociação pelos grupos sociais e países, preserva uma história e uma memória, que, por sua vez, se inserem como elementos constituintes de determinado sentimento de identidade, entendido como sentimento de continuidade e transformação. A memória é dinâmica e rápida para reconstruir o passado no presente. Por outro lado, portanto, não se pode esquecer que esse processo também tria, seleciona e apura um feixe de informações para atender às demandas contemporâneas, políticas, turísticas, e muitas vezes o "discurso autorizado do património", em que se concebe o modo como o conhecimento é construído e reproduzido (Smith, 2006). Assim, pode-se considerar que a narrativa patrimonial tem sua própria lógica e atende a um objetivo próprio, que se aparta, por vezes, do discurso histórico e da narrativa da memória. Nem sempre, com a preservação de um bem, se preserva a história e a memória do respetivo grupo cultural que detinha determinada prática ou objeto, pois quando a memória é patrimonializada, ela também é enquadrada por determinado objetivo (Tamaso, 2012, p. 29). Após uma triagem e uma seleção de entre toda a memória coletiva, no final, a narrativa patrimonial atenderá a um objetivo próprio, seja político ou do grupo de profissionais que dirige o processo de patrimonialização; e que se aparta por vezes, talvez quase sempre, do discurso histórico e legítimo dos envolvidos, causando exclusões sociais, a exemplo da Igreja do Rosário na cidade de Goiás Velho (Estado de Goiás no Brasil), fundada em 1734 e reconstruída em 1933, cujo dossiê apresentado à UNESCO para sua candidatura a Património Mundial, apagou a religiosidade negra e escrava da antiga Igreja do Rosário dos Pretos, silenciando sobre a sua memória coletiva.

Os elementos constitutivos da memória são aqueles vividos pessoalmente e lembrados por outros (Pollak, 1992, p. 201). A memória individual, que se soma à coletiva, está na base de toda a lembrança, um estado de consciência puramente individual, aquela que reaparece, sem que seja possível relacioná-la a um grupo. Dentro de um fundamento comum, a memória coletiva, reporta-nos a uma memória afetiva

que é sentida no espírito como uma necessidade duma comunidade (Halbwachs, 1990, p. 21 e 22). A memória deve ser um direito, um exercício de cidadania, ainda que caminhe em direção contrária a outros propósitos, ainda que cause desconforto. O direito de não se esquecer nem ser esquecido.

Feitas estas considerações iniciais, vejamos como o património foi sendo compreendido ao longo do tempo e a quem foi representando.

1.2. O Património e seu Percurso Histórico

Uma linha histórica é traçada, desde a Revolução Francesa até à Convenção da Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em 2003, para compreender o alargamento da noção de património, que se aproxima da noção de cultura antropológica, resultando na apreensão de que o património possui dimensões material e imaterial inseparáveis.

A noção moderna de património inicia-se com a Revolução Francesa, destruindo símbolos do Antigo Regime e partes do antigo tecido de Paris, em nome da higiene, da circulação e da estética (Choay, 1925, p. 189), e preservando alguns bens de valor histórico e artístico. Obras foram salvas e centralizadas em museus como o Museu do Louvre, agora transformados em bens nacionais da nação francesa, à disposição do interesse público, desvinculando-se da anterior propriedade da realeza e aristocracia. Cresce a ideia dominante e elitista dos tesouros históricos monumentais durante o século XIX e os sítios históricos multiplicaram-se aos milhares durante o século XX, sendo que 95 por cento dos museus nasceram no pós-guerra (Tamaso, 2012, p. 21). O modelo dominante sobre o significado do património histórico-artístico herdado rompe-se apenas na segunda metade do século XX, quando se eleva o valor da diversidade cultural, ampliando-se a compreensão do que sejam os bens culturais de um povo.

Importa destacar aqui que o conceito essencialista de cultura, que congela diferenças internas, nega o movimento e propõe fronteiras rígidas, se opõe à definição universalista do conceito de cultura antropológica, definido por E. Taylor em 1871 (Leal, 2013, p. 5) como “um todo complexo que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a

moral, o costume, e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade". Observa-se que esta formulação já se aproximava ou referia elementos que viriam a conceituar mais tarde a cultura como uma noção totalizante, incluindo o ser humano enquanto membro de uma sociedade. A influência deste conceito antropológico de cultura está subjacente à ampliação dos bens considerados patrimoniais, passíveis de preservação e incluindo e/ou privilegiando a sua dimensão imaterial, ocorrida na segunda metade do século XX. Portanto, há uma mudança de perspetiva acerca do património e uma nova forma de organização da sociedade civil, trazidas pelo conceito antropológico de cultura, aquele que privilegia os processos sociais pelos quais os seres humanos significam e interpretam o mundo e a si mesmos. A consideração de um bem como património passa a implicar e atender aos sentidos atribuídos e sustentados pelo respetivo grupo social (Crippa, 2011, p. 250).

Em especial, é na América Latina nos idos dos anos 1970, que se observa uma reação em defesa da diversidade cultural e da valorização das produções locais, face ao aumento do consumo de bens estrangeiros (Crippa, 2011, p. 244). A anterior expressão *património histórico* tende a ser substituída pela expressão *património cultural,* aí incluindo as práticas sociais, as crenças, os eventos festivos, conhecimentos e práticas relativas à natureza e à participação das comunidades locais, valorizando-se a diversidade cultural e alargando, portanto, o seu sentido para muito mais tipos de objetos e permitindo que um objeto físico seja valorizado em conjunto com a narrativa que o produz. A partir daí, o conceito de Património Cultural desenvolve-se, aumentado em sua complexidade e nos seus conteúdos, tomando consciência da invenção de novos significados e ressignificação de antigos rituais que abrangem a história, etnografia e arte (Peralta e Anico, 2006, p. 32).

E conforme se caminha para o final do século XX surgem também questionamentos acerca da hierarquização cultural entre os povos, sobre a necessidade de descolonização e do reconhecimento da diversidade cultural e respeito pelas identidades étnicas. Nasce, então, uma nova noção de património, sensível à sua possível utilização como recurso identitário, mas também económico e turístico, assente no consumo de tradições, do mundo rural e de rituais diversos. Há uma intensificação

dos processos de patrimonialização em todo o mundo. Os centros históricos assumem posição central, os patrimónios expandem-se e multiplicam-se: são usados para estimular sentimentos de patriotismo, para atraírem turismo cultural, para aumentar a autoestima dos herdeiros daqueles legados já que todos começam a ter parte nesse património (Tamaso, 2012, p. 22-23). Há, portanto, uma revisão de valores calcada na dívida ao conceito de cultura antropológico, mas compreende-se que ainda assim tal visão foi criada a partir das estruturas ocidentais dominantes em detrimento das diversas manifestações dos povos. Assim, ganha consistência a ideia de que o património não é apenas de todos, mas também deve representar todos (Peralta e Anico, 2006, p. 27).

Nesse processo, o ano de 1972 surge como central. Nesse ano, o ICOM (International Council of Museum), fundado após a II Guerra Mundial e associado à UNESCO, em sua Mesa Redonda intitulada, *O papel dos museus na América Latina, produz* a Declaração de Santiago do Chile; também em 1972**,** a Bolívia apresenta uma proposta solicitando à UNESCO a proteção do Folclore por *copyright,* que não é aceite em razão de ser considerado instrumento inadequado (Crippa, 243). Contudo, nesse cenário, há lugar para colocar questões sobre a ampliação e formas de atuação do museu e espaços de debate e discussão de forma democrática.

No ano de 1982, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizada na cidade do México, observa-se que a noção de Património Cultural Imaterial passa a ser incluída na nova definição de cultura e de património cultural, que considera os centros históricos, as criações populares e as obras de artistas populares. Em 1989, após solicitação de alguns países não-europeus, foi publicada a *Recomendação de Paris sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular,* incluindo-se no conceito as produções de grupos populares que dependem da tradição oral e correm riscos de desaparecer. Compreende-se, então, como a maioria começa a ter parte nesta nova noção de património e passa a desejar transformar suas histórias em património, valorizando suas manifestações culturais, ao invés de reconhecer e valorizar o património dos outros (Tamaso, 2012, p.24).

Com o avanço dos debates sobre o conceito de Património Cultural Imaterial, em 2003**,** a Conferência Geral da UNESCO considera a salvaguarda do património cultural imaterial fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, destacando que:

> Entende-se por *patrimônio cultural imaterial* as práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (Conferência da UNESCO – Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, IPHAN, 2003, p. 02).

Nesse momento, a noção antropológica de cultura, a universalista de Taylor mencionada anteriormente, está embutida na noção de Património Cultural Imaterial da UNESCO, da Convenção de 2003, que fala de tradições e expressões orais, da língua, das práticas sociais, de conhecimentos, abarcando as manifestações culturais em sua totalidade, incluindo os espaços e as comunidades onde residem essas atividades.

Em 2004, a Assembléia Geral do ICOM, alinhando-se com as ideias da Convenção UNESCO de 2003, destaca a importância de o museu materializar o imaterial focando as histórias e práticas culturais do Património Cultural Imaterial.

Por sua vez, também no Brasil, pais herdeiro da cultura européia, não havia no início do século XX uma noção de Património próxima à noção de cultura antropológica. Por isso, e seguindo a então tendência dominante, a legislação em 1937, almejava a proteção do património histórico, monumental e artístico, verificando-se que até recentemente a seleção dos bens patrimoniais se deu pelos grupos sociais dominantes. Como ocorreu em outros países, os valores considerados representativos e merecedores de proteção concentravam-se na ideia da forte presença do Estado e da igreja, e a aplicação desses critérios ficou a cargo dos especialistas do então Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (hoje denominado IPHAN, Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional).

Portanto, assim como no cenário mundial, até à década de 1970, mereciam destaque a monumentalidade relativa aos feitos importantes da história oficial, aos bens materiais ligados à formação dos Estados nacionais, privilegiando igrejas, edificações coloniais, barrocas, o que implicava apagar as marcas do cotidiano social de uma grande parte da população. O anseio de alcançar a modernidade e a renovação urbana, que orientou os governos por décadas, impedia a inclusão de todas as regiões do Brasil na política patrimonial nacional.

A partir dos anos de 1970, observam-se reinterpretações de manifestações culturais historicamente marginalizadas, a exemplo da Capoeira, criminalizada durante décadas e reconhecida, em 2014, como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Do mesmo modo, ainda que de forma mais lenta, ocorreu com as religiões de matriz africana. Os primeiros Terreiros de Candomblé começaram a ser classificados como bens patrimoniais apenas na década de 1980, após décadas de políticas patrimoniais voltadas a referências exclusivamente européias.

Antecipando-se ao entendimento de 2003 da UNESCO acerca do conceito de Património Cultural Imtaterial, a Constituição Federal do Brasil, de 1988, ampliou o conceito de património cultural, considerando as suas dimensões material e imaterial. Faz isso quando define e caracteriza o património cultural (artigo 216) nos seguintes termos:

> São patimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores e referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição Federal do Brasil de 1988, artigo 216)

A partir deste conceito mais abrangente, o poder público se compromete a promover e proteger o património cultural brasileiro, por meio de “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação”, e delega aos municípios a

competência para a preservação do património histórico-artístico local, por meio das Secretarias, incluindo a proteção de espaços de memória traumática, territórios indígenas e afrodescendentes e comunidades tradicionais. Assim, em 2000**,** o Brasil cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, com a publicação do Decreto 3.551, compilando uma legislação específica para a proteção destes bens. Além disso, o Brasil é signatário da Convenção nº 169 da OIT, que estabelece uma série de compromissos com outros países e suas comunidades tradicionais. O direito à consulta prévia é um destes compromissos. A Convenção nº 169 da OIT, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 10.088/2019, determina que:

> Art. 6º.
> 1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza, responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
>
> Art. 7º.
> 1. Os povos interessados terão o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.
> E por povos e comunidades tradicionais entendemos aqueles definidos pelo Art. 3º, inciso I do Decreto nº 6.040/2007, quais sejam:
>
> Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Não obstante a iniciativa e a participação da população na discussão do tema, a exemplo do registro do Toque dos Sinos em Minas Gerais, em 2009, iniciado por um abaixo-assinado dos moradores de São João Del-Rey, a participação social na política de preservação dos bens patrimoniais no Brasil, entende Zanirato (2009), é relativamente

pequena por várias razões. A desigualdade social, que permanece por séculos, após uma história de colonização e dominação, faz com que surja como natural que sejam as classes dominantes a definirem o que deve ser considerado bem patrimonial, a partir do ponto de vista e do lugar que ocupam na estrutura social e dos quais definem a sua identidade. Em resultado disso, uma grande parte da população não se reconhece nos símbolos e práticas patrimonializados de que não fazem parte. Assim sendo, os normativos legais existentes não se mostram suficientes para ultrapassar a limitada participação social nas políticas de preservação dos bens patrimoniais. É imprescindível que se desenvolva na população um sentimento de valorização da pluralidade cultural do Brasil, o que ainda que superficial, permitiria a reconciliação com uma história que, até agora, destacou e valorizou muito mais a representação da classe dominante. Só assim se contribuirá para diminuir as ações excludentes, ainda muito presentes no cenário nacional brasileiro.

1.3. Uma Feira como Património Cultural Imaterial

Como referido, a evolução do conceito de património cultural até declaradamente abranger as dimensões materiais e imateriais, permitiu uma reinterpretação de manifestações antes marginalizadas, a exemplo da Capoeira e das religiões de matriz africana. O Estado da Bahia possui onze manifestações culturais registradas como Património Cultural Imaterial brasileiro pelo IPHAN: o Samba de Roda do Estado da Bahia, o Ofício das Baianas do Acarajé, a Roda de Capoeira e o Ofício de Mestres e Mestras de Capoeira, a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim, a Literatura de Cordel, o Bembé do Mercado, o Repente, as Matrizes Tradicionais do Forró, o Choro e o Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais.

A FSJ, embora seja atualmente uma candidata à classificação como Património Cultural Imaterial, está associada a diversos bens registrados, por se configurar como local de trocas de experiências e saberes, comercializar itens alimentícios, religiosos e culturais, utilizados pelas baianas do acarajé, capoeiristas, povos de Terreiros, além de se localizar em frente à Baía de Todos os Santos, onde acontece o Samba de Roda

semanalmente e se pratica a pesca artesanal e a mariscagem. O património cultural na sua dimensão material, representado pelos produtos à venda, está intrinsecamente ligado as técnicas e conhecimentos transmitidos de geração em geração, bem como às tradições reinventadas que geram sentimento de identidade e continuidade, com permanência das relações de finalidades religiosas, mágicas e sociais, e, por consequência, contribui com o respeito e proteção das diversidades culturais.

Atualmente, o IPHAN não dispõe de um banco de dados atualizado que indique a localização exata ou aproximada dos detentores de bens culturais registrados nos diversos municípios baianos, o que dificulta demarcar a presença de tais bens e suas comunidades nas áreas diretamente afetadas (ADA), nas áreas de influência direta (AID) e nas áreas de influência indireta (AII) dos empreendimentos que afetem bens culturais. Agregada a esta dificuldade, soma-se ainda o caso específico de bens cuja dimensão imaterial é especialmente significativa no que diz respeito ao uso do território, porque, neste caso, as áreas a serem consideradas não se restringem somente aos bens diretamente acautelados, mas compreendem lugares com os quais os detentores têm relações ativas, permanentes, provisórias ou pontuais. De igual modo, é por esse motivo que o Decreto nº 3551/00 faz alusão aos usos eventuais dos territórios tanto para a prática em si dos ofícios, quanto para lugares importantes de referência simbólica para os detentores dos bens registrados.

Nesse contexto, a FSJ como fenômeno sociocultural, dada a sua importância, é detentora de forte identidade coletiva local e abrangente, pois toca e atravessa os praticantes de todos os bens culturais imateriais acima citados, fazendo parte integrante da existência desses bens , para além de comercializar os produtos considerados pelos mesmos praticantes como adequados e autênticos, assim promovendo a continuidade das tradições (Smith, 2006).

Portanto, o modelo de análise adotada na presente dissertação sustenta-se no conhecimento acerca da evolução histórica da noção de Património, pelo que permite compreender como houve um ganho de consciência da importância das dimensões material e imaterial das culturas locais. Esse desenvolvimento refletir-se-á na revitalização também dos espaços em que ocorrem essas manifestações,

redirecionando um outro olhar sobre grupos antes excluídos. Daí, o cenário da FSJ surgir como objeto de análise patrimonial neste estudo.

1.4. O Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim (PRFSJ) 2008

As noções de património e seu percurso histórico delineadas acima, explicam porque o olhar do poder público sobre a FSJ é distinto ao longo de sua história. Outrora, uma feira qualquer a ser revitalizada era pensada como devendo ser higienizada e, só assim, poder ser posta ao serviço do turismo. O culto do património e seus excessos explica a saga do poder público em relação ao consumo cultural e a disputa do mercado imobiliário pelo prestígio aliado ao espelho que mitiga nossas angústias (Choay, 1925, p. 231-233). Intervenções que atendam prioritariamente a interesses imobiliários com deslocações forçadas, excluindo o valor socioemocional da comunidade, resultará em desagregações de comunidades vulneráveis. Ao contrário, a manutenção pelo Estado do vínculo afetivo e social de comunidades de baixa renda, contribuirá para a preservação urbana, histórica e da memória do lugar (Alawadi, 2017).

Após diversas intervenções executadas de forma pontual e emergencial, cujos propósitos eram, na sua maioria, restringidos ao aspeto da higienização e fomento do turismo, ao que parece, desta vez o Estado pelo menos admitiu que, sem o diálogo com os feirantes, implicando-os num projeto mais amplo e num estudo imersivo sobre o funcionamento da FSJ, uma nova requalificação não poderia ir adiante, para além de não possibilitar reeleições com garantia de voto, considerando que a FSJ é permanente palco de promessas políticas[3]. Assim, o PRFSJ de 2008, baseou-se no reconhecimento de aspetos como o direito às práticas democráticas e à participação cidadã nas políticas de revitalizações dos espaços-base das identidades culturais. Posto o desafio da realização de um projeto com a interferência do Estado numa requalificação desse porte, pensar em impactos ao património cultural imaterial é pensar nos impactos diretos às práticas

[3] https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/se-nao-tem-competencia-passe-para-prefeitura-que-a-gente-executa-diz-bruno-reis-sobre-feira-de-sao-joaquim-0424

culturais e, de forma abrangente, às comunidades praticantes, sob pena de desagregação e desaparecimento de tais práticas. Ou seja, não existe património cultural imaterial sem as práticas da respetiva comunidade. Portanto, torna-se evidente que não existe turismo sem cultura e que o turismo pode trazer visibilidade e vantagens económicas para a organização da comunidade envolvida, além de contribuir para repensar o que se deve entender por património histórico e por identidade nacional (Canclini, 1994, p.95). Contudo, o entendimento do património prioritariamente como produto de consumo e especulação, despreza o seu fundamento, que devia ser priorizar o respeito pela diversidade, o diálogo e a mediação como meio de preservação do grupo social responsável pela sua continuidade. Se há algo de fundamental a ser preservado no Património Cultural Imaterial é o processo social que lhe está subjacente, única forma de assegurar a criação e recriação continuada de valores vivos e com significado (Duarte, 2010, p. 47).

2. Capítulo 2 - A Cidade de Salvador e seu Crescimento desde o Início do Século XX à Atualidade

2.1. O Recôncavo, Deslocações da População e Desemprego

Apesar das suas encostas mais ou menos íngremes e da sua fachada altiva, geograficamente, a cidade de Salvador possui toda uma *Hinterlândia* de tabuleiros que se distribuem pelo seu Recôncavo. K. Mattoso (1978, p. 26) entende que a cidade de Salvador não pode ser, de modo algum, isolada dessa sua *Hinterlândia*, esse Recôncavo no seu sentido alargado, seu celeiro de açúcar, tabaco, mandioca, coco, bananas e laranjas, peixes e camarões. Assim, o porto da cidade de Salvador, visceralmente vinculado ao Recôncavo Bahiano numa simbiose incansável, dinamizou a circulação e distribuição desses bens para consumo. Decerto, a proximidade com o porto foi um estímulo ao crescimento da feira local: os artesanatos em palha, a cerâmica, os produtos de Candomblé e as frutas tropicais compunham o colorido da Feira de Água de Meninos.

O Recôncavo como região produtiva estabeleceu-se com o auxílio de meios de transporte ferroviário e aquático, que definiram estratégias para os municípios de Cachoeira, Nazaré das Farinhas, Maragogipe e São Roque como centros de produção e distribuição. Barcos-do-Recôncavo, saveiros de carga, saveiros de pesca, lanchas-rabo-de-peixe, jangadas de xaréu, jangadas a remos, jangadas à vela, canoas e barcaças, coalhavam diariamente a enseada do porto, despejando em terra mercadorias das mais variadas e várias centenas de marinheiros, comerciantes e passageiros, segundo a rica descrição de K. Mattoso (1978, p. 72). Outro autor fazia notar a presença de cinco mil e quinhentos saveiros, barcos à vela, de doze a quinze toneladas, que realizavam o transporte de mercadorias e que desapareceram posteriormente devido à concorrência do transporte rodoviário (Vasconcelos, 2016, p. 405).

Alguns dos produtos escoados do Recôncavo foram selecionados por K. Mattoso (1978) para proceder ao estudo das flutuações do preço na Bahia, no consumo alimentar de base local: farinha de mandioca, carne verde (de boi) e feijão, arroz, carne do sertão, toucinho, galinha, sal e azeite de peixe (baleia), que servia como combustível para a

iluminação privada (Mattoso, 1978, pp. 253 e 300-301). A intensidade e dinamismo do comércio e das atividades ligadas ao porto de Salvador, já vindos de trás, explicam que o espaço da Alfândega tenha sofrido ampliação em 1861, com a construção de um edifício em estilo neoclássico, ocupando o local onde atualmente se situa o Mercado Modelo (Figura 1), local de onde era possível controlar a entrada e saída de mercadorias chegadas ao porto. Sabido que feiras surgem em pontos de desembarque de mercadorias, é nesse local que acontecia a Feira da Rampa, assim chamada porque a *Rampa* era o acesso ao antigo Mercado Modelo, inaugurado em 1912, principal centro de abastecimento da cidade, onde fervilhavam os saveiros com mercadorias vindo do Recôncavo Baiano[4].



Figura 1 - Salvador em 1875, vista da Alfândega (atual Mercado Modelo).
Fonte: Fotografia realizada por Guilherme Gaensley entre 1873 e 1878. (Guia Geográfico, 1870) Disponível em https://salvador-antiga.com/fotografos/gaensly.htm.

Com o início das obras de modernização do novo porto de Salvador, em 1906, a instalação dos três primeiros armazéns, em 1913, e os aterramentos a partir da década de 1920 (Rosado, 1983, p. 10), rompeu-se a dinâmica anterior de proximidade da cidade ao mar e foi inserida uma nova tipologia arquitetónica no comércio. A figura 2 mostra, entre 1880-1910, o edifício onde atualmente está instalado o Museu Casa das Histórias de Salvador, ainda localizado à beira-mar, antes do aterramento da Cidade Baixa.

[4] O termo saveiro designa um barco de madeira, geralmente de um ou dois mastros, usado para a pesca, travessia de rios e transporte de cargas e passageiros em regiões litorâneas. É um símbolo histórico da Bahia, eternizado nas obras de escritores como Jorge Amado e nas canções de Dorival Caymmi. O termo veio de Portugal, onde era usado para embarcações que capturavam o peixe sável.



Figura 2 - Edifício do atual Museu Casa das Histórias de Salvador, ainda localizado à beira-mar.
Fonte: Fotografia feita pela autora, de um quadro no Museu Casa das Histórias de Salvador.

Na figura 3, vê-se o mesmo local, após os aterramentos, podendo se observar, agora à beira-mar, os armazéns do porto. Sabe-se que a zona da Feira da Água de Meninos foi aterrada por etapas entre 1920 e 1960 (seta azul; a seta vermelha indica a localização do Museu Casa das Histórias de Salvador, e ao lado deste, o Mercado Modelo após o aterramento e alterado em relação ao constante da Figura 2).



Figura 3 - Vista panorâmica de Salvador depois dos aterros.
Fonte: Foto feita pela autora em visita ao Museu Casa de Histórias de Salvador-Bahia

Contudo, o crescimento urbano-demográfico da cidade de Salvador entre 1900 e 1940 foi bastante insignificante, em razão da dominante cultura do cacau exportar toda a sua produção para o exterior, o que se reflete na remodelação apenas do porto (Santos, 2008, p. 48). Assim, Salvador continuava em seu antigo papel de porto e cidade comercial. Entre 1940 e 1950 observa-se um acréscimo de 127.000 habitantes, dos quais cerca de 70% eram de origem migratória (Santos, 1959), razão pela qual as feiras eram locais de inserção no mundo do trabalho para parte significativa desse contingente que chegava, quando a área do porto ainda continuava como a principal área comercial da cidade.

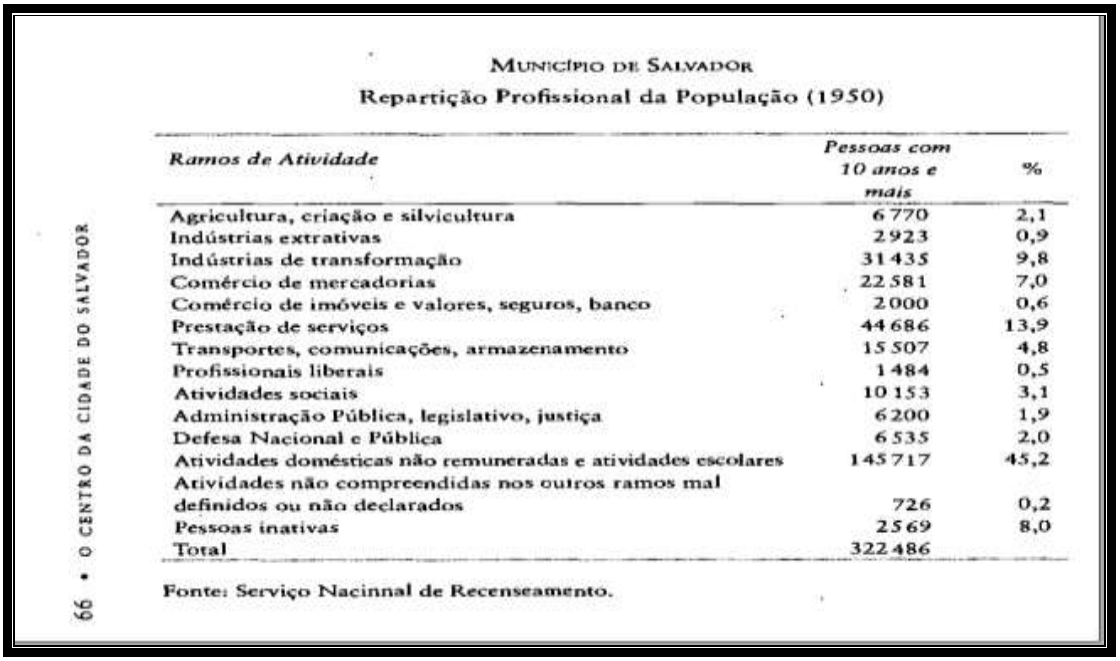
Depois da abolição da escravatura e face à crise do açúcar no início do século XX, a agricultura entrou em declínio e, em 1950, o petróleo entra no cenário econômico com a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), no município de Mataripe. O Recôncavo torna-se a única região produtora de petróleo do Brasil (Oliveira, 2003, p. 20). Com a descoberta e exploração do petróleo é que ocorrem mudanças significativas na organização econômica e social da região. Milton Santos (1981, p. 48) faz notar que os dados obtidos pelo Recenseamento de 1950 trazem o testemunho de outros aspetos dessa migração, bem como dos períodos de seca e da chegada de população de proveniência rural com destino a Salvador. Grande número destas pessoas não sabia ler nem escrever, segundo o censo, cerca de 31 % dos maiores de cinco anos (Santos, 2008, p. 51).

REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE E POR SEXO
(1940/1950)

Grupos de idade	1940 Homens	1940 Mulheres	1940 Total	1950 Homens	1950 Mulheres	1950 Total
0 – 9	32060	32134	62511	47386	47363	94749
10 – 19	29184	64194	33408	41232	47850	89082
20 – 29	26553	33327	59961	40682	48830	89512
30 – 39	19024	22784	41808	26593	31542	58135
40 – 49	12731	15403	28234	18310	21620	39930
50 – 59	7664	10475	18139	10152	13224	23376
60 – 69	3373	6091	9474	5442	8485	13927
70 – 79	1113	2847	3960	1669	3778	5447
80 e mais	376	1245	1621	464	1521	1985
Idade ignorada	215	326	541	463	629	1092
Totais	132305	158140	290443	192393	224842	417235

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

Figura 4 - Dados relativos à população da cidade de Salvador em 1940 a 1950.
Fonte: Imagem extraída do livro *O centro da cidade do Salvador* (Milton Santos, 2008).



MUNICÍPIO DE SALVADOR

Repartição Profissional da População (1950)

Ramos de Atividade	*Pessoas com 10 anos e mais*	%
Agricultura, criação e silvicultura	6 770	2,1
Indústrias extrativas	2923	0,9
Indústrias de transformação	31435	9,8
Comércio de mercadorias	22581	7,0
Comércio de imóveis e valores, seguros, banco	2000	0,6
Prestação de serviços	44686	13,9
Transportes, comunicações, armazenamento	15507	4,8
Profissionais liberais	1484	0,5
Atividades sociais	10153	3,1
Administração Pública, legislativo, justiça	6200	1,9
Defesa Nacional e Pública	6535	2,0
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares	145717	45,2
Atividades não compreendidas nos outros ramos mal definidos ou não declarados	726	0,2
Pessoas inativas	2569	8,0
Total	322486	

Fonte: Serviço Nacinnal de Recenseamento.

66 • O CENTRO DA CIDADE DO SALVADOR

Figura 5 -Dados dos setores profissionais da população de Salvador, em 1950.
Fonte: Imagem extraída do livro: O centro da cidade do Salvador (Milton Santos, 2008, p. 66).

Na década de 1950, São Paulo e Rio de Janeiro orientaram-se para a indústria. A cidade de Salvador, incapaz de se industrializar, não oferece empregos suficientes e o interior agrícola empobrece e obriga a emigrar para a cidade, aumentando assim a sua população (Santos, 2008, p. 55). As feiras funcionarão como uma válvula de escape para estas crises de emprego.

2.2. Os C*antos,* os Antecessores da Feira de São Joaquim (FSJ)

Os chamados *Cantos* eram pontos de aglomeração de trabalhadores em atividades de rua ou à espera de trabalho, situados em qualquer esquina de rua por vários pontos da cidade. Eram uma espécie de reduto onde predominava o trabalho precário e os chamados *ganhadores* (aquele que g*anha a vida*). Os *cantos* eram mais numerosos na Cidade Baixa, em razão da sua proximidade com o porto e suas demandas (Durães, 2006, p. 77).

Dentre as atividades desenvolvidas pelos *ganhadores* registam-se as das negras *ganhadeiras* que desde as primeiras horas da manhã lhes vendiam canjicas e mingaus

de tapioca (amido extraído da mandioca, preparada de forma granulada, conhecido em Portugal como *beiju*), quentes, arroz e carne seca, carne de baleia, inhames cozidos, bem como os vendedores ambulantes de frutas e doces, negros trançando chapéus e tapetes, trabalhadores braçais como os carroceiros e os que disponibilizavam cadeiras com proteção para o sol, para transportar pessoas de um lado para outro. Essas cenas ainda fazem parte do cotidiano em alguns pontos da cidade, onde há um ponto de venda, estrategicamente localizado no caminho de fluxo de trabalhadores ou mesmo em frente a alguma obra de construção.

Com a modernização do porto, que dotou a Cidade Baixa de Salvador, entre os bairros do Comércio e da Calçada, com oito grandes armazéns, a região portuária passou a fazer parte do centro histórico de Salvador. Na década de 1930, origina-se ali, a Feira do Sete, assim chamada, em razão da sua proximidade com o 7º Armazém (Figura 6), que se deslocou quando foi construído o Moinho de Farinha da Bahia com suas instalações próximas ao porto de Salvador. Em 1934, a Feira do Sete sofre um incêndio em parte das suas barracas de madeira[5], pelo que foi retirada do espaço que ocupava semanalmente, ocorrendo a transferência dos feirantes para uma feira fixa e estabelecida em frente à enseada de Água de Meninos (Souza, 2010, p. 82).

Além do incêndio de 1934, mencionado anteriormente, houve o incêndio de 1964 da Feira de Água de Meninos, evento marcante na história desta antecessora da FSJ. Há razão para acreditar que o incêndio de 1964 pode ter tido origem criminosa, como asseveram os feirantes, sabendo-se da disputa da área por conflitos de interesse permanentes. Há, porém, também a possibilidade de ter sido, tão-somente, um acidente em razão da precariedade das instalações (Figura 7) e do processo primário de armazenamento (Rosado, 1983, p. 41). Convém notar ainda registos de incêndios anteriores ao de 1964, sendo curiosa a Figura 6 por mostrar como na área de Água de

[5] Como se pode entender da consulta do material do jornal *A Tarde, há o*utras versões para os incêndios da Feira do Sete. https://atarde.com.br/colunistas/atardememoria/feira-do-sete-foi-considerada-um-incomodo-ate-desaparecer-em-incendio-1209741

Meninos havia fumaça originada das atividades mercantis das embarcações e dos armazéns.



Figura 6 - Feira Água de Meninos vista da Ladeira de São Francisco de Paula, 1957.
Fonte: Guia Geográfico Salvador Antiga. Disponível em http://www.salvador-antiga.com/agua-meninos/feira-agua-meninos.htm


OS ASPECTOS DESOLADORES DA CIDADE

Criaturas humanas vivendo na mais triste condição de miséria, sem têto, sem trabalho e sem pão — O que o reporter foi vêr em Agua de Meninos — Onde estão os orgãos de assistência social ?...

Figura 7 - Notícia mais antiga encontrada pela autora demonstra as condições precárias da FSJ em 1947.
Fonte: Foto do recorte do *Jornal a Tarde,* extraído do Arquivo Público Municipal de Salvador.

De qualquer modo, o processo judicial crime 1447/68 foi iniciado pelo Sindicato dos Feirantes e tramitou no Tribunal de Justiça com as seguintes partes: Esso Brasil de Petróleo e o Sindicato dos Feirantes. Após anos e face a um laudo pericial contestado veementemente como insuficiente pela defesa da empresa acusada, obteve sucesso o Sindicato dos Feirantes: eis que uma única testemunha, um rapaz que *viu de longe* exatamente de onde se originou a explosão, prevalecendo a memória como prova. As memórias sobre o incêndio ocorrido em 1964 é das mais presentes quando se trata de falar dos fatos da FSJ como símbolo de resistência[6].

O filme *A Grande Feira*, de Roberto Pires, de 1961, traz um discurso do presidente do sindicato que afirma: *a feira será engolida pelos tubarões*, em referência à especulação da área da Feira, motivada pelo desenvolvimento da produção de petróleo. De modo interessante, no filme há um personagem que coloca fogo à feira, antecipando o que acontecerá em 1964.

No vídeo da Feira de São Joaquim, 1ª. Parte[7], pode-se observar o depoimento do feirante Manoel Ferreira, que teve sua barraca queimada, sobre as consequências do incêndio, bem como de outros que contam como se arranjaram após o evento.

Paim (2005) relata sobre o recomeço:

> Outras permaneceram na `Palmeira' (local próximo à ladeira do Canto da Cruz, entre Água de Meninos e a enseada de São Joaquim), improvisando fogareiros, trazendo seus quitutes já prontos de casa, embora não mais quentinhos, e reelaborando outros modos e valores que possibilitassem sua subsistência e sobrevivência e a de sua prole. As práticas cotidianas daquelas mulheres foram recriadas, no intuito de reinventar novas estratégias cotidianas para assegurar o fornecimento da alimentação e demais haveres para seus fregueses e freguesas, pois, o vai e vem na Avenida Frederico Pontes prosseguia, mesmo que envolto no rescaldo da Feira (Paim, 2005, p. 60).

[6] Disponível em.: https://atarde.com.br/colunistas/atardememoria/feira-do-sete-foi-considerada-um-incomodo-ate-desaparecer-em-incendio-1209741

[7] O vídeo disponível em https://www.youtube.com/watch?v=HxPZ31MG0AY&t=905s.

Em 1972, quando os feirantes já estão acomodados na FSJ, surge outra tentativa de os fazer deslocar de novo, desta feita para o bairro do Lobato, também na parte baixa de Salvador, nos Alagados, cerca de cinco quilômetros mais distante (Figura 8). O prefeito, juntamente com os governos estadual e federal, e a nova conjuntura política e econômica de tempos ditatoriais, seguiam o *slogan* do *Prá frente Brasil* ou *Este é um país que vai prá frente*. Contudo ante os pedidos desesperadores dos feirantes, a ideia não foi adiante (Paim, 2005, p. 99).



Feira de São Joaquim vai para Santa Luzia

A feira de São Joaquim vai mesmo para Santa Luzia. Os barraqueiros, em sua maioria, não têm opinião formada sobre a mudança: "Não maltratando a gente, deixando a gente viver em paz, tá bom", dizem.

Eles vêm de Portão, do Rio Vermelho e de outros lugares, chegam cedinho. Compram o que têm para comprar e armam os seu estabuletros. Em Santa Luzia será a mesma coisa. "Para os sindicalizados talvez, a transferência não agrade muito, mas, enfim, tudo na vida é progresso", disse seu Manoel, barraqueiro dos tempos da Agua de Meninos.

A MUDANÇA

A mudança da feira para a antiga Ilha de Santa Luzia, nos Alagados, a dois passos da feira do Curtume, será efetuada pela CEABA, o órgão do governo responsável pelo abastecimento da cidade.

Lá será feito o trabalho de aterragem, ligando a ilha ao continente, além da construção de um cais para os saveiros que vêm do interior e da construção e pavimentação da área a ser ocupada pela feira.

Segundo o pensamento dos órgãos oficiais envolvidos na mudança, Cepral e Ceaba, o novo local terá a vantagem de oferecer maiores facilidades para o escoamento e chegada das embarcações provenientes do Recôncavo. O canal de Mussaranduba oferece essas condições e além do mais o acesso a feira dar-se-á pela avenida Suburbana e as ruas do Uruguai, Mussaranduba e Jardim Cruzeiro, descongestionando a Jequitaia.

A Comissão Executiva do Plano de Recuperação dos Alagados, CEPRAL, fez um levantamento geral da área, ouvindo as opiniões dos feirantes e dos moradores do local, havendo plena concordância sobre a área a ser ocupada pela feira.

OPINIÕES

Os feirantes, de um modo geral, se não estão satisfeitos com a mudança, também não são contra. Alguns, principalmente os mais velhos, mostram má vontade em transferir-se. Dona Brígida, por exemplo, quando soube da notícia, exclamou: "de novo! quando a gente chegar lá, vão arranjar outro lugar, você vai ver".

Mas a maioria não vê diferença entre São Joaquim e Santa Luzia. A única diferença é que o percurso para aqueles que vem da cidade alta será atrevido de 3 ou cinco minutos.

Figura 8 - Noticia de 1972 sobre a transferência da FSJ para Santa Luzia, nos Alagados.
Fonte: Foto da autora do recorte do Diário de Notícias, extraído do Arquivo Público Municipal de Salvador.

A tentativa dos líderes políticos à época, que não se concretizou, mereceu registo de Jorge Amado em seu livro, *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios* (2002, p. 398):

> "A Feira mudou-se para São Joaquim, mais adiante, provisoriamente. Já vai sair dali, não se sabe ainda para aonde irá parar em definitivo esse centro de abastecimento fundamental na vida de Salvador".

Assim, os dados reunidos fornecem um arcabouço que permite entender a cidade de Salvador do século XX: a dinâmica do Recôncavo com a cidade de Salvador, a projeção da população da cidade, os eventos socioeconômicos, a apropriação de diferentes espaços pelas diferentes classes sociais, os mercados nas imediações do porto, a sucessão das feiras nos espaços próximos, os produtos significativos para a subsistência da população em geral, os *Cantos* e o seu pequeno comércio como focos de subsistência local e da evolução da cidade em sua organização e explosão de trabalhos informais.

2.3. Prestando Atenção ao Espaço e aos Números da FSJ

Após o incêndio de 1964, a então Feira de Água de Meninos foi transferida provisoriamente para uma área mais afastada do porto, em frente ao Colégio dos Órfãos de São Joaquim. A concessão pelo governo federal aos feirantes se deu de forma gratuita por 31 anos e, apesar de já vencido esse prazo, ainda permanece vigente a gratuidade (Souza, 2010, p. 93). As condições do acordo foram firmadas entre a Prefeitura Municipal do Salvador, o Sindicato dos Feirantes, a Companhia Docas da Bahia e a Capitania dos Portos, a 12 de setembro de 1964.

Nasce então a FSJ, assim nomeada em razão de ter à sua frente o Colégio dos Órfãos de São Joaquim, tendo como vizinhos as Estações Marítimas, a Estação de Trens da Calçada, que conecta com o subúrbio por ferrovia, e outros supermercados privados que a cercam, tudo atraindo uma população relevante, que, de transeunte, se transforma em freguês. Nos registos das memórias da mudança da Feira, encontramos manifestações de sincretismo religioso:

> A mudança dos feirantes da extinta Água de Meninos para a enseada de São Joaquim se concretizou, mesmo que parcialmente, num dia significativo para a população soteropolitana: 8 de dezembro, feriado, data consagrada

> para os católicos, a Nossa Senhora da Conceição da Praia. A mudança foi realizada sob as bênçãos ou rituais a lemanjá, para os adeptos das religiões de matriz africana. (Paim, 2005, p. 60 e 75)

Segundo dados da OCEPLAN, órgão de planejamento municipal, em estudo realizado em 1979, a área ocupada pela FSJ correspondia a quase 20.000 m² (Souza, 2010, p. 160). Os documentos mais recentes apontam para um crescimento da área ocupada, passando para 34.000 m², com quase 2800 pontos comerciais desde meados da década de 1990, segundo dados incorporados em matéria do jornal *A Tarde*, de 05.05.1996, intitulada *Supermercados tiram fregueses de feirantes*. Abaixo, a Figura 9 detalha os números referidos pelo PRFSJ acerca da área atual da FSJ, bem como o número de *boxes* existentes e a serem demolidos. Hoje, a FSJ conta com 7.500 feirantes cadastrados entre fixos e ambulantes[8].

[8] Disponível em: http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br/index.php/solicitacoes-e-localizacoes-de-feiras



Figura 9 - Dados sobre área e número de bancas da FSJ (PRFSJ
Fonte: Imagem extraída do Dossiê PRFSJ (2008).

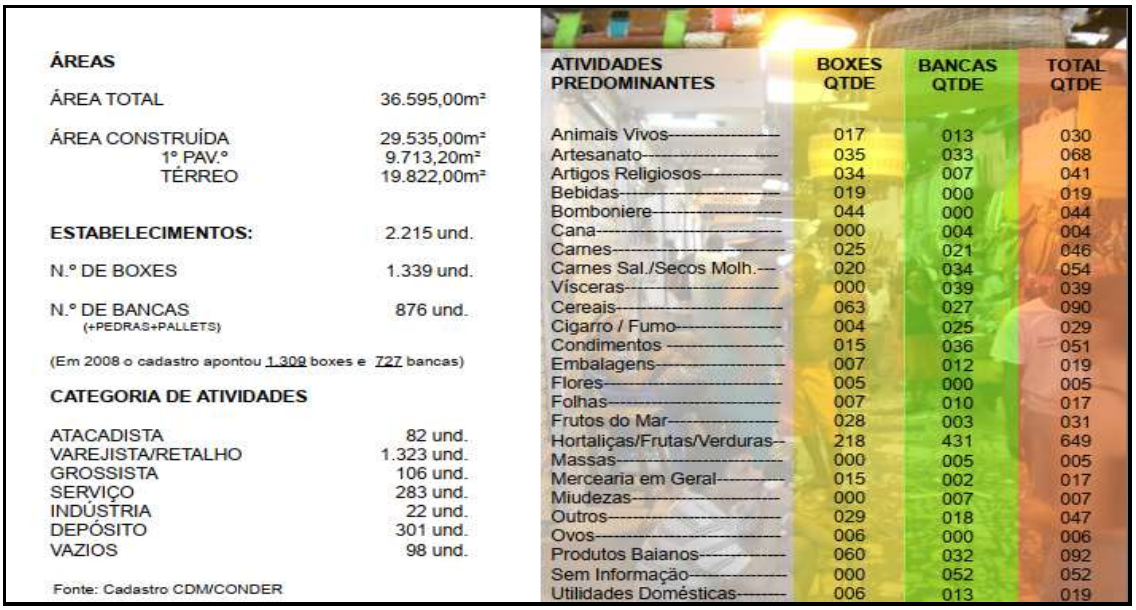


Figura 10 - Dados das atividades predominantes na FSJ (PRFSJ).
Fonte: Imagem extraída do Dossiê PRFSJ (2008).

A Figura 10 apresenta a lista de produtos elaborada pelo grupo de trabalho do PRFSJ, com destaque para animais vivos – imprescindíveis para rituais religiosos afro-

brasileiros, só se encontrando ali – quiabo, considerado de melhor qualidade, carimã – massa de mandioca, feita a partir da fermentação das raízes, por processo normalmente artesanal – camarão seco, utilizado em várias receitas típicas, sobretudo nos acarajés, e vísceras.

O espaço da FSJ é ricamente fragmentado e labiríntico e poder-se-ia dizer que são várias feiras dentro da Feira, cuja dinâmica gera intensos trabalhos de carga e descarga em horários distintos. A FSJ está organizada de forma temática com divisão de quadras e ruas e concentra um significativo volume de atividades, em particular relacionadas com a pequena produção agrícola, remanescente do Recôncavo.

As mercadorias dão nomes às ruas: a rua do Fato, do Camarão, do Quiabo, da Farinha, etc. A rua principal ou Rua Nº 1, nos leva a uma vista para o mar onde estão os restaurantes e os serviços de barbearia, sapataria e banco automático (Figura 11).

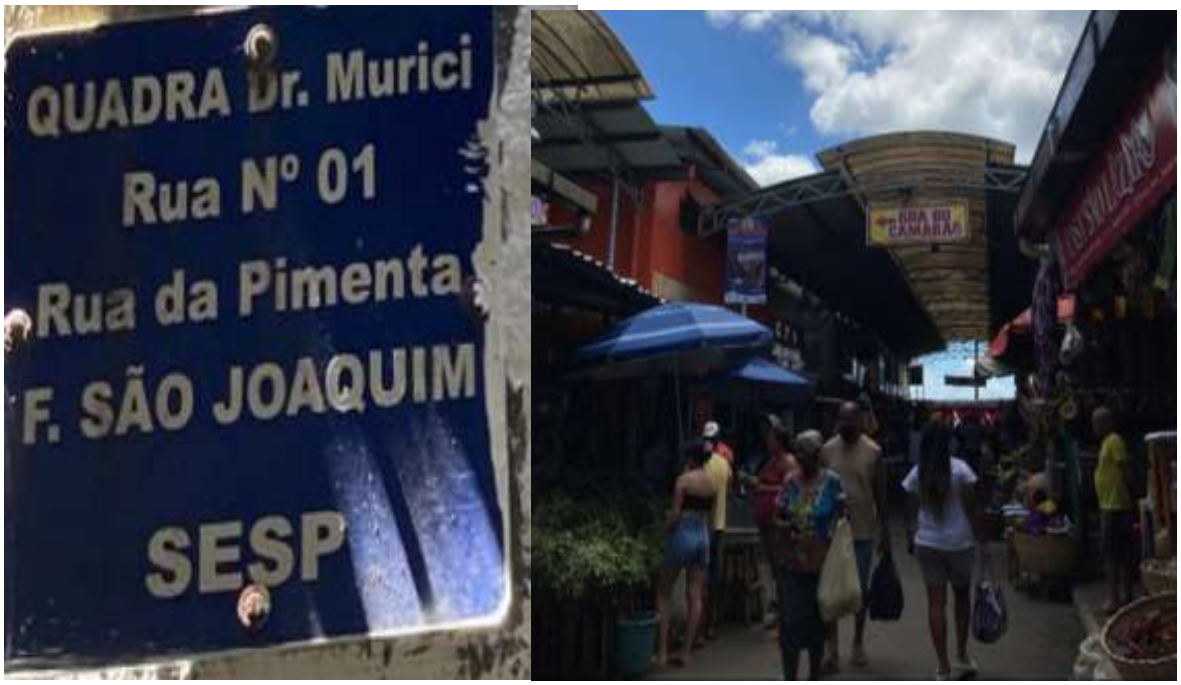


Figura 11 - Nomes das ruas.
Fonte: fotos feitas pela autora.

Até ao início da década de 1990 passava pela FSJ um comboio de carga. Na Rua da Linha da Máquina, também conhecida como Rua do Trilho, podem ainda ser visualizados

os trilhos sobre os quais cruzavam os comboios da Linha Férrea Federal, passando pelo Terminal de São Joaquim de *ferry-boat até o* porto de Salvador (Figura 12).

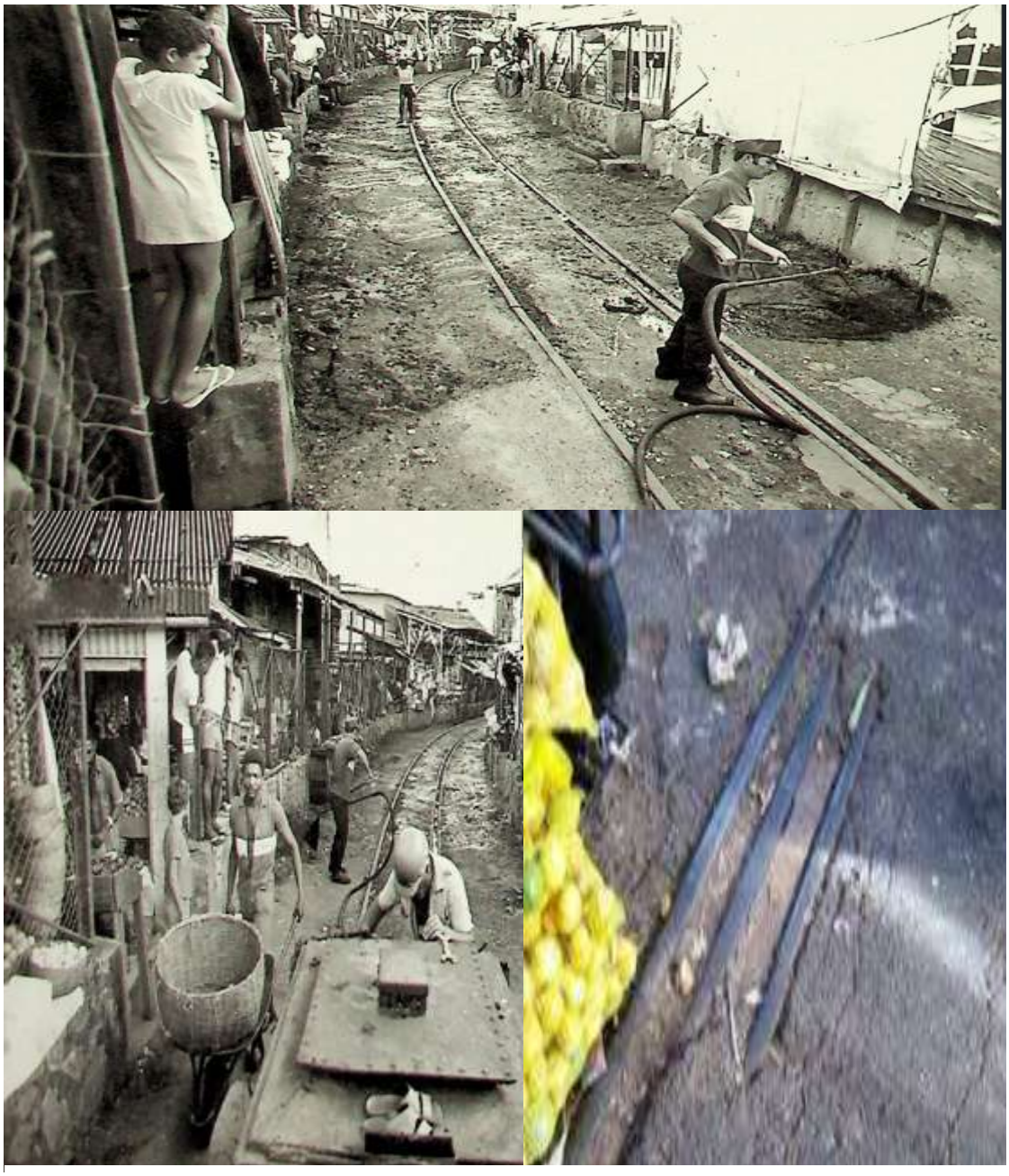


Figura 12 - Asfaltamento da FSJ em que foi coberto o trilho do comboio de carga, fotografado em 20.8.1986. A foto colorida é o trilho aparente nos dias atuais.
Fonte: cópia da foto número 8373 (Pasta 460) arquivada no AHMS (Arquivo Histórico do Município de Salvador), do acervo da Fundação Mário Leal Ferreira. A foto a cores foi feita pela autora.

Na parte intramuros da FSJ, observam-se evidentes manifestações de religiosidade no seu cotidiano: fé professada pelos feirantes e pelos fregueses pode ser observada na

forma de tratamento entre todos, nos santos postos à frente da Feira, nas frases decorativas. Enquanto referência cultural da cidade de Salvador, a FSJ com o seu abastecimento informal serve também as práticas religiosas afro-brasileiras, sendo reconhecida como marco de referência na preservação da cultura local e do consumo alimentar que se mantem vivo, apesar da diminuição da sua relação direta com o Recôncavo. A FSJ é também símbolo da gastronomia regional. Como centro agregador, a FSJ é lugar de trocas simbólicas e relações de confiança, que vão além dos interesses comerciais, conforme a fala de uma cliente que a frequenta deixa claro:

> Minha relação com a Feira é mais afetiva do que comercial. Eu gosto de fazer compras lá porque eu sempre saio muito mais rica, sempre tem alguém, um novo personagem, uma nova história, um novo retrato que eu tiro na minha memória, porque a Feira é muito rica e esteticamente muito linda. Um retrato do nosso povo preto e pobre, retrato da África aqui dentro também é um lugar onde eu posso comprar tudo da culinária aqui do nosso território de identidade e além. Todos os Sabores da Bahia a gente encontra na Feira de São Joaquim. (Pacheco, 2020, p. 4)

Destaco aqui a expressão *esteticamente muito linda*, que pode ser contraposta a uma das questões mais polêmicas e frequentemente levantadas, sobretudo pelo município fiscalizador, acerca da falta de limpeza e higiene da FSJ. O afeto gera sentimento positivo e favorece o elo identitário. Ainda assim, não devem restar dúvidas de que a intervenção nas questões de higiene, trarão transformações na FSJ:

> Vale dizer que diversos aspetos estéticos e sanitários são tomados como fundamentais nesse referido projeto governamental. A padronização e a ordenação dos boxes[9] seguem a arquitetura de feiras padronizadas e

[9] *Box* e *Banca* são duas palavras comumente usadas no Brasil para designar pontos de venda numa feira. *Box* é equipamento de 1 a 12 m2, vasado, formando balcão e não possui área de circulação para o comprador, tem estrutura fixa e permanente, de cimento ou metal (LIMA, 1979, p.57). A *banca* (nomeada de barraca pelo estudo) tem estrutura de madeira móvel e desmontável, de tamanhos variados, permitindo ou não a circulação dos compradores na sua área interna. Há também a *loja*, conceituada como equipamento com mais de 12m2, aberto à circulação do comprador. A título de ilustração, os *boxes* aparecem nas Figuras 28 e 39, as *bancas* nas Figuras 14 e 17 e uma *loja* na Figura 23. Como a variabilidade na FSJ é a regra, frequentemente ouvimos a utilização de uma palavra por outra. Os estudos para anteriores intervenções e o PRFSJ de 2008, utilizam maioritariamente os termos *boxes* e *bancas*. Na produção do meu texto, quando não pude identificar a nomenclatura exata, utilizo a palavra *banca* para designar a estrutura que serve, de um modo geral, para expor os produtos à venda.

> assépticas concebidas como antigos mercados fechados: pequeno espaço interno, pia, prateleiras e balcão de atendimento; a proibição de acesso ao espaço da feira por mendigos e animais de rua como cachorros e gatos; dentre outras. (Cardoso, 2013, p. 32)

> Na FSJ, observa-se a existência de bancas que são pequenas empresas familiares. Muitos feirantes cresceram com os avós ou pais e ajudavam-nos desde tenra idade nos pequenos serviços da feira, razão pela qual lhe estão afetivamente ligados e, de forma continuada, transmitem os seus saberes e saber-fazer, que, em simultâneo, estão constantemente modernizando e criando novas formas de apresentação e novas utilidades para os seus produtos (Abreu, 2009, p. 93). Este sentimento de continuidade e de memória afetiva *abriga as tradições e tudo o que torna único, particular para o povo baiano* (Anexo 1.2., p. 43); *é também afirmado que a FSJ é o espaço onde se expressa a verdadeira Baianidade*. (V.1.1. e Anexo 1.1., p. 15) [10]

2.4. Os Agentes da FSJ

A dinâmica mercantil da FSJ comporta uma dose razoável de solidariedade e flexibilidade para absorver novos empreendedores e também capacidade de se renovar, reinventar e atualizar. É dessa junção que, não só vai apresentando retornos satisfatórios, como também conseguiu sobreviver por mais de um século. Conforme dito acima, os múltiplos vendedores ambulantes da Cidade Baixa, que tomaram as ruas da cidade e se mantém na atualidade, constituem também a classe dos informais, das feiras em geral e da FSJ. Nas palavras de B. Durães (2006), os informais são aqueles que não possuem vínculo empregatício que assegure direitos trabalhistas mínimos. É utilizado o trabalho de rua para abarcar todos esses integrantes da informalidade, que, no final do século XIX, era a única possibilidade para negros e mestiços, movendo a rua *de Canto a Canto* (Durães, 2006, p. 30). Hoje, a noção de informalidade inclui como requisitos, dentre outros, a incerteza da renda, a criatividade e a especificidade do uso de técnicas peculiares de venda (Durães, 2006, p. 152). Podem ser permanentemente observadas

[10] O dossiê de Registro de Candidatura da FSJ a Património Cultural Imaterial da Humanidade está disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/890

na FSJ as práticas incorporadas e de uso da força familiar e atividades de baixa capitalização.

O uso de máquinas de cartão de crédito e débito, que são vendidas na própria FSJ, para facilitar os pagamentos e, muitas vezes, o parcelamento do pagamento, são exemplos da FSJ se adaptando aos novos tempos. É a FSJ se atualizando: nada segue um padrão, a variabilidade é a regra, o que comprova a capacidade do feirante à adaptação e improvisação, lidando com as deficiências estruturais a seu modo, com valores e experiência próprios. Isso demonstra também que a dinâmica da FSJ não mais obedece apenas aos feirantes, porque são instalados novos objetos que são estranhas aos mesmos, mas que estes aceitam e reproduzem. Essa intencionalidade é mercantil, mas também simbólica, assim como trocas de informações acerca de potenciais ajudas do governo, benefícios ou financiamentos em bancos. A informalidade de hoje nem sempre assenta no mesmo excedente de mão-de-obra que se constatou no final do século XIX, porque se observa que muitos aprenderam os seus ofícios de feirantes e estão felizes com ele.

Percebe-se ainda uma maior presença dos cônjuges e dos filhos entre os trabalhadores informais, indicando que os efeitos da crise no mercado de trabalho provocaram uma reconfiguração da família, a fim de compensar o desemprego e perdas sociais. Portanto, houve a inserção dos cônjuges e filhos nas atividades informais, além do que as mulheres que trabalham na FSJ trazem seus filhos porque não tem onde deixá-los, assim também aprendem e contribuem com pequenas atividades[11]. Também parece ser constatável que estes trabalhadores apresentam um grau de escolaridade mais elevado do que os dos trabalhadores informais ingressos antes da década de 1990 (Oliveira, 2005, p. 138).

Considerando as redes de parentesco da FSJ, observa-se que a Feira não se constitui apenas como uma porta de entrada no trabalho informal da cidade de Salvador, mas que também desempenha um papel fundamental para a constituição de

[11] Disponível em.: https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/feira-mae-mulheres-sao-maioria-entre-feirantes-em-sao-joaquim-0824

redes de solidariedade no espaço do trabalho. É bastante comum encontrar numa mesma rua vários membros de uma mesma família, como pai, mãe, filhos, irmãos e tios, todos trabalhando a partir da mesma banca ou em bancas próximas (Oliveira, 2005, p. 167), como é o caso da Fateira, Dona Sueli (Figura 17), cujo filho também tem uma banca de fato. A Tabela 1 evidencia o número crescente de vendedores ambulantes, entre os quais os feirantes estão incluídos.

Posição	Ocupações	
1°	Vendedores Ambulantes (baleiros, doceiros, feirantes, quitandeiras, sorveteiros etc.).	16,4
2°	Vendedores (jornais, revistas etc.).	7,9
3°	Motoristas, Tratoristas e Operadores de máquinas da construção civil.	5,9
4°	Barbeiros, Cabeleireiros, Esteticistas, Maquiladores, etc.	5,4
5°	Atendentes de bar e lanchonetes, Copeiros e Garçons.	5,0
6°	Trabalhadores braçais (ajudante de pedreiro, carregadores, lavadores de carro, etc.).	4,4
7°	Pedreiros	4,4
8°	Cozinheiras	4,4
9°	Alfaiates e Costureiras	3,7
10°	Lavadeiras e Passadeiras	2,9
Total		**60,4**

Tabela 1 - Dez principais ocupações dos trabalhadores informais na cidade de Salvador (1997-2004).
Fonte: PDM RMS (1997 – 2004) SEI/SETRAS/UFPBA/DIEESE/SEADE. Retirada de Oliveira (2005).

Fernanda Querino, em um artigo de 2006, registava que a renda pessoal média dos comerciantes da Feira de São Joaquim era o salário mínimo para 3,35% dos feirantes. Entre estes, 84,26% têm como fonte única de renda do ponto comercial na FSJ. Na população da FSJ, a quantidade média de dependentes por família era de 6,6 pessoas e entre os dependentes, 60% estavam em idade escolar (pré, 1º e 2º graus). Além disso, 85% do número total de dependentes não trabalhava; dos dependentes, exerciam atividade remunerada, e, assim, contribuíam para o aumento da renda familiar, apenas os restantes 14,73% (Rios e Lima, 1989). Dos feirantes consultados, 72,30% possuíam algum tipo de bem, 27,70% nada possuíam, 60,93% residiam em casa própria e 25,95% pagavam aluguel de casa.

A FSJ possui especialidades, entre elas, o mercado das folhas e raízes, em que os clientes buscam produtos para os Terreiros de Candomblé – produto mágico-religioso ou mágico-terapêutico, para uso terapêutico propriamente dito – de diversos chás para uma diversidade de doenças e de temperos para a gastronomia. As vendas destes produtos acontecem três vezes por semana, entre as quatro e as sete da manhã. Nesse período, os raizeiros ambulantes, vindos de diversas partes da cidade e de municípios próximos, expõem as suas folhas no chão, sendo o exemplo clássico da informalidade na FSJ, já que envolve vários tipos de *vendedores.* O caminho das folhas foi traçado por Orlando Oliveira (2017) na sua tese de doutorado, onde é atendido ao percurso da matéria-prima erva até à sua transformação em produto objeto final de erva sagrada-*ewé* (Oliveira, 2017, p. 25). São descritos todos os agentes envolvidos nessa dinâmica: os mateiros, que buscam as folhas nos matos e os raizeiros que as vendem e movimentam estes bens simbólicos, como explicitado na Figura 13:

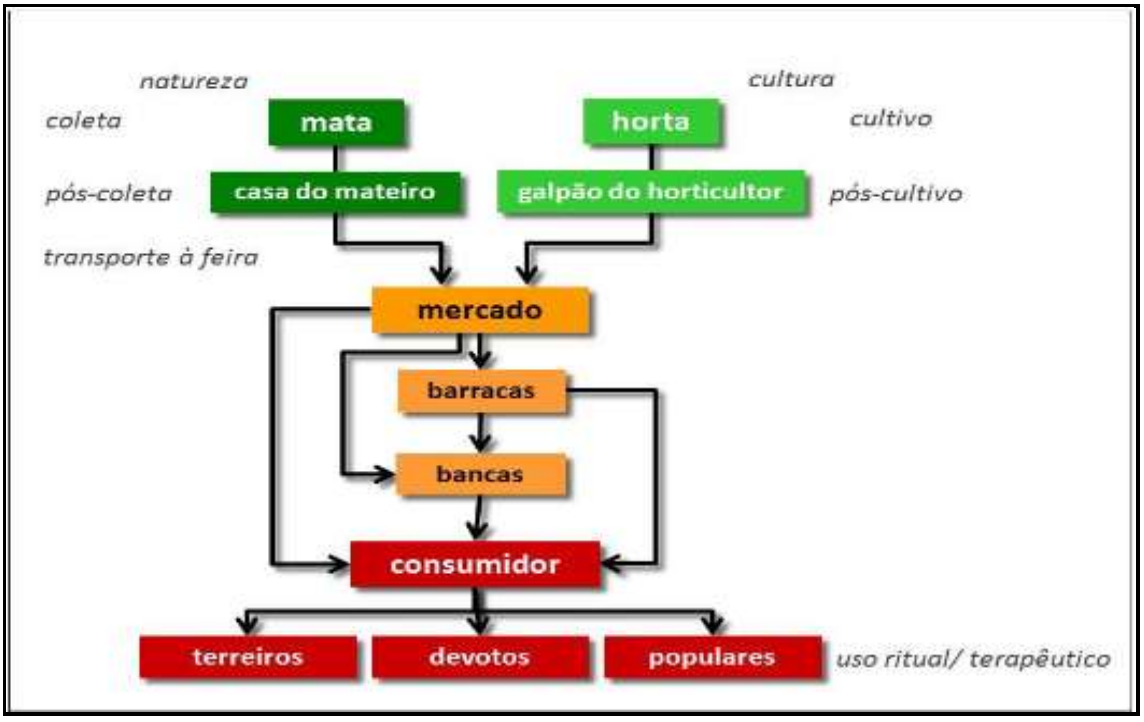


Figura 13 - A vida social das folhas.
Fonte: Retirada de Oliveira (2017).

A folha *quando* sai de circulação, abandona seu valor de troca; segue para o consumo, agora fora do mercado e dentro da esfera mágico-religiosa-medicinal;

operando-se a metamorfose final, a folha se torna a erva sagrada-*ewé* (Oliveira, 2017, p. 191). A dinâmica social das folhas é descrita da seguinte forma:

> A ida à Pedra é um evento importante para a vida social, não se restringindo a aspectos estritamente comerciais e econômicos (que, sem dúvida, são fundamentais, já que a maior parte das mulheres vive da atividade produtiva com as folhas), mas envolve outras esferas das suas vidas sociais, servindo-lhes a Feira de espaço de sociabilidade, de encontros e trocas simbólicas, ocasião e oportunidade para novos contatos, para troca de informação e para afirmação identitária. Tradicionalmente, a Feira não é apenas local de compra e venda de produtos, mas é, antes, um espaço público de socialização intensa, de comunicação e de articulação, e, sobretudo um lugar de reprodução de identidade e de cultura, especialmente daqueles que ali trabalham e atuam. Deve-se ressaltar o fato de que muitas mateiras, sobretudo as mais jovens, vêm à Feira bem arrumadas, apesar da simplicidade das vestimentas (condizentes com as tarefas do trabalho e com o seu poder aquisitivo). (Oliveira, 2017, p. 25)

A dinâmica social das folhas compõe a explicação do que se entende como os traços de solidariedade entre os escravos de um mesmo engenho, que foram preservados e ampliados, o que permite entender a lógica social e simbólica que norteia as escolhas individuais e dos grupos. Walter Fraga Filho (2004, p. 17), ao recompor histórias de ex-escravos e suas trajetórias, nos fala que:

> Sustenta-se que os recursos materiais e simbólicos das comunidades, formados durante a escravidão, foram fundamentais para a concepção de estratégias de sobrevivência após o fim do cativeiro, sobretudo quando os ex-escravos buscaram alargar alternativas de vida dentro e fora dos antigos engenhos.

Para ilustrar a especialidade de raizeiro e como funciona a venda das folhas realizei uma entrevista com o Sr. Raimundo Nogueira, o raizeiro. Trata-se de um raizeiro de 67 anos, que nasceu em Cabeceiras do Paraguaçu, entre São Roque e Nazaré das Farinhas, no Recôncavo Baiano, feirante há 58 anos na FSJ. Comercializa os seus produtos em uma banca fixa na Rua 1, a principal que já foi requalificada, logo em frente às lojas que vendem artefactos de Candomblé. O Sr. Raimundo conheceu a antecessora Feira de Água de Meninos e aprendeu o ofício com a mãe, que fazia *garrafada,* mel com

mastruz, agrião e pitanga. Acorda às três horas da manhã, pega o autocarro às 4:05 e chega à FSJ às 5:30, porque compra aos mateiros, mas diz saber o que está comprando. Não paga ao sindicato, nem a taxa, e não vai a nenhuma confraternização, reclamando, contudo, da demora na execução da requalificação de 2008 de forma completa, porque *a politicagem é muito ruim ali dentro*. Como ponto de observação, usa o local onde o encontrei, exercendo a sua função cotidiana, conduzindo as vendas com a força da oralidade no conhecimento sobre folhas e raízes, que é repassado de geração em geração. A figura 14 ilustra a banca na qual o Sr. Raimundo expõe as ervas para venda.



Figura 14 - Banca de ervas e folhas do Sr. Raimundo, o raizeiro.
Fonte: Fotografia feita pela autora.

Sendo verdade que não é simples falar da sua própria vida, o feirante/narrador sempre impõe a sua marca pessoal, assim como ressalta muito mais o que importa para si em suas memórias, considerando sua forte relação pessoal com as histórias do local. A maioria das histórias narradas fala do descaso das políticas públicas e das lutas diárias. Tais questões merecem respeito, cautela e cuidado para ouvir.

A partir dos testemunhos dos feirantes que se submeteram às entrevistas, tem-se acesso a um conhecimento, que pode ser constantemente confrontado com outras fontes: reportagens de imprensa de épocas diversas, trabalhos acadêmicos, processo

judicial, arquivos e cadastros municipais e estaduais, dossiês. Como já dito, muitos dos feirantes com seus pais e avós, cresceram na FSJ, ajudando-os desde tenra idade nos pequenos serviços. Era também esse o caso do Sr. Raimundo, o raizeiro, que herdou a pequena empresa familiar. No tempo que ali passei, observei que as diversas funções desempenhadas pelos diversos feirantes dentro do território da FSJ são muito bem definidas, mas também interdependentes. É a força da solidariedade nas relações que sustenta a diversidade das funções; como estas se interconectam e como são, cada uma delas, necessárias entre si, é percetível, ao mesmo tempo, que se autorregulam internamente de forma pacifica.

Enquanto aguardava que o Sr. Raimundo atendesse os seus fregueses para iniciar a entrevista, observei que as ervas são procuradas para diversos fins: religiosos, terapêuticos, decorativos, e também por seus poderes mágicos. Uma jovem perguntou ao Sr. Raimundo se tinha *carrapicho do mato*; perguntando depois para que servia essa folha, foi-me respondido que era para o *amor*, assim como a mirra. A seguir forneço uma lista de algumas folhas que, segundo Sr. Raimundo, se destinam ao tratamento de várias doenças ou à sua cura.

ERVAS	**BENEFÍCIOS PARA SAÚDE**
Alecrim	Nervos, memória
Aroeira, espinho cheiroso, mãe-boa	Anti-inflamatório, infeção vaginal
Capim Santo	Gripe
Cavaquinha	Vistas
Cebola branca, rompe-jibão, folha de pitanga, poejo, folha da costa, maria-preta, sabugueiro	Secreção, tosse, catarro
Copeba	Rins
Canela de velho, tapete-de-oxalá	Estômago

Erva-doce, manjericão	Gases
Melissa	Calmante para dormir
Merici, Kioiô	Colesterol
Pega-pega	coceira
Quebra-pedra, mandacaru	Pedra na vesicula
Suspiro branco, chapéu de couro	coração
Pata de vacas	Diabetes
Cordão de São Francisco	Efeito anti-inflamatório

Quadro 1 - Lista de ervas indicadas pelo feirante Sr. Raimundo.
Fonte: Elaborado pela autora de acordo com o relato do feirante.

Muitas destas plantas são comumente usadas pelos povos indígenas. Plantas como a copaíba, a capeba, as quinas brasileiras, o jaborandi, a ipecacuanha e a umbaúba, dentre outros, estão disponíveis hoje de forma industrializada. No caso da FSJ, as receitas são *passadas* juntamente com a venda da erva/folha: para a prosperidade, são sete folhas à escolha do freguês, alfazema e arruda por exemplo; e as sete folhas para o banho do *descarrego*, podem ser, por exemplo, *vence-tudo*, *quebra-feitiços*, *tira-quinzanza*, *vassourinha-mufina*, sendo que esta última também se utiliza para rezar. Existem folhas para chá e para banho, sendo que algumas devem ser maceradas e coadas para uso, como é o caso da cavaquinha.

Assevera ainda o Sr. Raimumdo que, as folhas têm poder *me-di-ci-nal* (soletra), e que ele *nunca tomou remédio na vida, só vacinas*, e que *os índios também sabem muito sobre a cura das doenças nas plantas, folhas e raízes, porque eles nunca têm remédios, não é*? Conta que algumas folhas medicinais, são ligadas a *Órixas* (divindades das religiões de matriz africana), por exemplo, a folha de cansanção, que cura doença venérea, é ligada ao *Exu*. Por fim, chega uma freguesa com um ramo de *patchouli* nas mãos, dizendo que a pessoa que lhe tinha encomendado essa folha, disse que não era *patchouli*, pelo que o Sr. Raimundo respondeu com autoridade e com a experiência que

lhe é própria: *Olha, se isso não for patchouli, a senhora pode ficar com a minha barraca*. Na figura 15 estão algumas raízes e suas identificações (tipo).



Figura 15 - Algumas raízes comercializadas na Feira de São Joaquim.
Fonte: Fotografia feita pela autora, após coleta e identificação das raízes.

Outras raízes abordadas ou coletadas na entrevista foram: *aroeira*, para infeções urinárias, *barbatena* que funciona como anti-inflamatório, *catuaba* para impotência sexual, *quina-quina* ou *agoniada* para cólicas menstruais, *mil-homem* para asma, gota e flatulência, *pau de resposta* como tonificante do sistema nervoso, *obi vermelho* utilizado em rituais sagrados. O Sr. Raimundo explica que a folha seca tem menos acidez que a folha fresca. Segue explicando que grande parte dos clientes procuram as folhas para atrair o bem: *folha palma da rainha, patchouli, elefante miúda, mocaça, manjericão, folha da costa, mirra, alfazema.*

Faço agora entrar em cena o Sr. Salvador, o ralador de mandioca. Este feirante é natural de Valença, interior da Bahia, trabalha há mais de 30 anos na FSJ e tem 72 anos de idade. É o irmão mais novo de Dona Balbina, com 75 anos de idade, que não mais

trabalha em razão de problemas na coluna. Os filhos de Dona Balbina e do Sr. Salvador não ajudam na atividade, o que implica que, quando ele não mais puder ir à FSJ, terão de vender o *ponto*. Começa por me receber com ar de desconfiança, o que é comum a todos os feirantes, perguntando *para que é essa pesquisa*. Enquanto entrevisto o Sr. Salvador, outras pessoas pedem que ele guarde isso ou aquilo. Pergunto se ele recebe algum dinheiro para guardar essas coisas e ele esclarece que não, *aqui todos se ajudam.* Está previsto que a requalificação chegue à sua banca daqui a dois anos, *o que considera uma enrolação que não sabe onde vai.*

A mandioca**,** um dos produtos favoritos da gastronomia brasileira, é originária da região central do Brasil e espalhou-se por todo o país por intermédio das culturas indígenas, já que é rica em carboidrato, resistente à seca e se espalha facilmente em solos mesmo de baixa fertilidade. Da mandioca se extraem mais de 20 subprodutos e, até mesmo, a folha tóxica pode ser processada e consumida. Em outras regiões do Brasil, se chama *aipim. O* Sr. Salvador explica que a mandioca é amarga e o aipim é doce.

A máquina de ralar a mandioca, ferramenta artesanal, está instalada ao lado de uma pequena banca de 4m2. Trata-se de um equipamento simples de ferro e alumínio, em formato de trapézio, que tem na lateral direita superior uma bandeja de entrada e na esquerda um saco transparente acoplado a um balde receptor do produto final: a massa de mandioca. O principal componente deste equipamento é o cilindro de ralação, que consiste numa peça com cerdas pontiagudas de metal cujo processo de rotação acelerada possibilita a ralação da mandioca. A mandioca é adquirida na própria feira e descascada por outras pessoas que prestam esse serviço pela manhã. O Sr. Salvador contrata o serviço de algumas mulheres para descascarem a mandioca.

Há toda uma experiência em escolher as raízes boas para ralar. O Sr. Salvador coloca uns óculos e um avental, não usando qualquer proteção auricular, apesar da máquina ser ruidosa. As raízes de mandioca foram mergulhadas num barril com água, após terem sido selecionadas; são colocadas na bandeja situada em cima à direita e pressionadas em direção ao cilindro, que, de forma rápida, rala a mandioca; depois, esta é depositada num grande balde, colocado à frente da máquina e coberto por um plástico. O processo exige concentração para evitar acidentes; a posição para a atividade

é desconfortável e é evidente o risco de mutilação dos dedos. O plástico, que cobre o grande balde em frente da máquina de ralar mandioca, é uma proteção para assegurar que desde o cilindro ralador até ser ensacada nada cai na massa de mandioca. Depois de raladas, as porções são ensacadas, pesando somente a primeira porção, já que as outras são ensacadas n*o olho*, isto é, por cálculo aproximado com a primeira (um padrão de medida da FSJ). A seguir, os sacos são refrigerados e estão prontos para venda, conforme a Figura 16. A história de vida da família que possui a banca da massa de mandioca é de muito trabalho árduo na elaboração da massa final, exigindo esforço físico e verificando-se ausência de ventilação adequada.



Figura 16 - Máquina de ralar mandioca do Sr. Salvador.
Fonte: Fotografias feitas pela autora durante a observação de ralar a mandioca.

Dona Sueli, a fateira orgulhosa de sua profissão, explica como lida com os fatos (vísceras, tripas dos animais), que são utilizados para consumo na alimentação ou para oferendas nos rituais das religiões de matriz africanas. Iniciou a sua atividade na FSJ com 13 anos de idade, vendendo pequenas coisas, e só depois aprendeu o ofício de fateira. Como fateira, sustentou e continua a manter toda a sua família. Hoje, o seu filho

também tem uma banca na FSJ. Conta que, há dez anos atrás, em razão da exigência colocada pela fiscalização, comprou os balcões com vidros fechados parecidos com os de açougue; por causa dessa despesa, muitos outros feirantes não conseguiram pagar o equipamento que, entretanto, caiu em desuso. Conta que *nada adiantou porque o cliente quer ver o produto, cheirar, pegar;* defende *que não adianta aprisionar a Feira, porque o nome já diz tudo: a Feira é livre.* O que Dona Sueli quer dizer é que a FSJ é um espaço de satisfação do desejo de cada cliente, o que não acontece no mercado. Na FSJ, o cliente pode satisfazer o desejo de adquirir o produto cortado deste ou daquele jeito, para a finalidade que cada um deseja. Assim, o modo de exposição dos objetos, o manejo e o corte, que são reproduzidos pelos feirantes há anos e possuem uma lógica própria (Souza, 2010, p. 211), quando são confrontados pela fiscalização levantam resistências. Alterar esses costumes e introduzir mudanças de comportamento não é pacífico porque é entendido como repressão perante a labuta diária e a honestidade com que esses hábitos estão consolidados há anos. Observo que, em algumas bancas, determinadas peças são penduradas para facilitar a sua escolha pelos clientes. Dona Sueli mantém o ambiente limpo e higienizado, sobre papelões, que são constantemente limpos com água sanitária e mantém um ventilador ligado o tempo todo para espantar as moscas. É visível a satisfação do cliente em adquirir uma peça única, aquela que escolheu, muitas vezes por orientação do feirante. Esse prazer compensa a visão do que pode não ser esteticamente agradável. A tolerância do cliente é alta e o conceito de limpeza é minorado quando se tem o hábito de compra de fatos. Pelo contrário, é observado desconforto em clientes que passam pela banca e não compram o produto. Os feirantes têm consciência de que a manipulação de vísceras, por exemplo, poderia ser mais a*dequada* se estivesse de acordo com as normas sanitárias do município. Repelem-nas, contudo, com a justificativa do desejo dos clientes, daí se originando motivação coletiva para a preservação do modo tradicional de venda do fato.



Figura 17 - A fateria Dona Sueli, sua neta e os fatos expostos.
Fonte: fotografia feita pela autora.

2.5. A Marca FSJ

2.5.1. As Mercadorias Tradicionais

As memórias reproduzidas por meio das receitas transmitidas na FSJ são um bônus para o cliente que chega para adquirir um bem. Algumas vezes, o vendedor orienta o comprador a optar por outro produto *melhor* para as suas necessidades, tentando sempre oferecer o mais *adequado*. Em outra circunstância típica, é habitual ver-se compradores de pimenta, tomando cuidadosamente nota das receitas de conserva com base na especiaria, fornecidas pelo vendedor (Lima, 2008, p. 15). No vídeo, *Passeio pela Feira de São Joaquim* (2019), conduzido pela entrevistadora Tereza Paim, a gerente do restaurante *A Casa de Teresa* destaca algumas iguarias como o camarão seco e defumado, o azeite de dendê, ingrediente fundamental do acarajé, e diversas outras receitas[12]. Também é explicado o modo artesanal de preparar o azeite de dendê: *o coquinho é lavado, fervido e batido, vai lavando até*....

[12] Disponível em.: https://www.youtube.com/watch?v=YU4YPT9q00o

A FSJ é procurada tanto por aqueles que possuem baixa renda, como por proprietários de restaurantes sofisticados e de alta gastronomia em Salvador, em busca de originalidade para a composição dos seus pratos. Aqui se percebe o fenômeno da *gourmetização,* pela qual é entendido como charmoso fazer compras num ambiente que parece pertencer ao passado (Souza, 2010, p. 129). Por outro lado, ainda que o produto receba críticas quanto à sua baixa qualidade nutricional, a população em geral não abre mão desse ingrediente da alimentação tradicional porque está habituada, porque aprecia o seu sabor e porque é barato e acessível.



Figura 18 - Produtos tradicionais: azeite de dendê, animais vivos, pimenta e quiabo.
Fonte: fotografias feitas pela autora.

É na praça do quiabo, ingrediente básico do caruru[13], comida típica para a tradicional festa de São Cosme e São Damião, que há maior movimento anual no dia 27 de setembro[14]. Os santos gêmeos médicos da igreja católica, Cosme e Damião, que cuidavam gratuitamente das crianças, na religião afro-brasileira são tidos como especialmente protetores das crianças escravizadas, sendo por isso sincretizados como entidades infantis[15]. As promessas feitas nas famílias, católicas ou não, são dirigidas a estes santos e, quando alcançada, a graça recebida é lembrada para sempre, bem como a sua promessa. Na maior parte das vezes, a promessa consiste na distribuição de caruru pelas ruas às crianças em estado de vulnerabilidade, ação que é replicada de geração em geração (Volume 1.1. do dossiê do registro de Candidatura da FSJ a Património Cultural Imaterial, p. 79). Portanto, no dia da festa dos Santos, o consumo de quiabo e a feitura de caruru são em grande escala.

O tão festejado acarajé[16], vendido nas ruas de Salvador pelas mais de 5000 Baianas do Acarajé, cujo ofício é reconhecido pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial desde 2012, também pode ser comprado na FSJ como massa pronta (Figura 19). O Sr. Manoel é outro feirante da FSJ e é o idealizador da máquina que revolucionou a feitura da massa do acarajé, mais uma demonstração da força de atualização da Feira e da sua capacidade de impor uma *marca* relativa a esse espaço (Souza, 2010, p. 161).

[13] O Caruru é um guisado cremoso e muito aromático, com fortes raízes africanas e afro-brasileiras, muito comum na Bahia, feita com quiabo cortado e refogado com azeite de dendê, camarão seco, cebola, amendoim e castanha de caju ou do Pará.
[14] Informação disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Quiabo
[15] Informação disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Cosme_e_Dami%C3%A3o
[16] Acarajé é um bolinho de massa de feijão-fradinho, cebola e sal, frito exclusivamente em azeite de dendê. De origem afro-brasileira, é servido pelas "baianas do acarajé, cortado ao meio e recheado com vatapá (creme feito com pão, leite de coco, castanhas, camarão e dendê), caruru e camarão seco.



Figura 19 - A máquina que produz a massa do acarajé para a sua venda pronta, numa banca da FSJ.
Fonte: Fotografias feitas pela autora.

Outro produto em destaque na FSJ é o azeite de dendê, símbolo da Bahia e do Brasil[17]**.** O designado *ouro do Recôncavo*, foi trazido de África para o Brasil no século XVI, coincidindo com o tráfico negreiro. É utilizado largamente na gastronomia, em especial nas moquecas e no acarajé. A sua produção pode ser feita de maneira artesanal ou industrial. O antigo processo artesanal em poucos lugares ainda é feito no roldão (Figura 20). Primeiro, o dendê é cozido; depois vai para o roldão, movido por tração animal, para triturar e separar os caroços da massa; passa por mais uma fervura a alta temperatura. Portanto, as principais etapas são o corte dos cachos, a limpeza, trituração, cozimento e separação do bagaço para o cozimento final.

[17] O azeite de dendê (ou óleo de palma) é produzido a partir do fruto do dendezeiro, uma palmeira, cujo nome científico é *Elaeis guineensis*.



Figura 20 - Roldão por tração animal para produção de azeite de dendê, em desuso.
Fonte: extraído da WEB

Ao indagar o feirante acerca da procedência do galão de azeite de dendê colocado à venda sem rótulo (Figura 18), foi-me respondido que o comprava numa pequena indústria, em Valença em Itaparica, município do Recôncavo. Agendada a visita na *Kindendê*, lá estive para conhecer a versão industrial de produção do azeite de dendê. O gerente, Sr. Sandro de Jesus, acompanhou-me gentilmente na visita. Depois de observar este modo de produção, arrisco dizer que é semi-industrial: os cachos do fruto do dendezeiro são comprados a moradores e produtores locais, uma vez que a palmeira do dendê está por toda parte; o coquinho do dendê é separado do cacho, cozido numa grande panela e, após triturado, novamente cozido e finalmente envasado. Não pude perceber nenhuma adição de qualquer outro produto. O cacho é utilizado na caldeira que esquenta a grande panela e o coquinho, já separado do dendê, é utilizado para alimentação do gado. Portanto, tudo é aproveitado (Figura 21).



Figura 21 - A palmeira do dendê; os cachos retirados; o coquinho; a panela de cozimento; o azeite já pronto; e o resto, que será reaproveitado como combustível para a caldeira ou para alimentação do gado. Fonte: Fotografias feitas pela autora, durante a visita à pequena indústria do dendê no Recôncavo.

Quanto aos seus locais de origem, os diferentes produtos disponibilizados na FSJ advêm de vários municípios baianos, responsáveis pelo seu fornecimento. Há poucos produtos refrigerados, o que facilita o transporte e a manipulação. Todos estes produtos têm, portanto, uma marca de diferenciação, imbuída a partir de práticas tradicionais, em que se combinam o ritual com a certificação informal de origem e de qualidade singular, sempre preservados por uma cultura reproduzida através de processos intergeracionais. A atratividade da FSJ, dos seus produtos e dos seus feirantes vai para além de serem um mero lugar de visita e contemplação e de dinamismo económico-social. Inclui evidentes dimensões histórico-culturais. Feirantes e consumidores

ratificam o valor patrimonial, cultural, social e económico da FSJ, no sentido de que a existência, manutenção e renovação de uma população pobre na cidade é assegurada pela via da persistência de um consumo de produtos tradicionais, fabricados com métodos não-modernos (Santos, 2004, p. 263).

2.5.2. Os Produtos Destinados às Religiões de Matriz Africana

Além de ser um espaço de abastecimento geral da população da cidade, a FSJ desempenha igualmente um papel sagrado por meio dos produtos e artefactos religiosos que disponibiliza: sobretudo contas e adereços utilizados nos rituais das religiões de matriz africana. Esta é uma das especialidades mais comercializadas e mais procuradas na FSJ, verificando-se que serve mais de 1200 Terreiros de Candomblé (Alban, 2011).

A continuidade das religiões tradicionais africanas, através da concretização de diferentes cultos, a exemplo do Candomblé, representa um dos principais espaços de resistência e preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, das civilizações negras africanas em diáspora, e pode ser entendida como a tradução e o resultado de uma história comum que unificou identidades diversas (Hall, 2006, p. 26). A tradição não é transmitida ao longo das gerações sem mudanças. Assim, o Candomblé é a recriação e a adaptação de crenças africanas, ressurgidas em condições de grande opressão. Por outro lado, a prática do Candomblé está também profundamente ligada à natureza através de práticas terapêuticas. Com base nas informações do Anuário de Estatística e Demographo-Sanitária da cidade de S. Salvador do ano de 1903, no início do século XX, em razão das más condições de vida e saúde dos moradores de Salvador, muitos recorriam às casas de culto dos orixás como centros de medicina popular e alternativa (Santos, 2013, p. 30). Esta interpretação coaduna-se com a informação de K. Mattoso (1978, p. 260) quanto ao facto das pessoas se procurarem adaptar, segundo as oscilações da conjuntura do momento que, com frequência, lhes era desfavorável.

Em 1937, no mesmo ano em que o Decreto-lei 25 cria o SPHAN, acontece o II Congresso Afro-Brasileiro, em Salvador, o qual levanta a discussão acerca da

perseguição aos Terreiros de Candomblé (Santos, 2013, p. 216). Merece registo que o I Congresso tinha acontecido no Recife, em 1934, organizado pelo sociólogo Gilberto Freyre e marcado o início de uma revalorização da matriz africana na identidade nacional brasileira, logo após a publicação da obra *Casa-Grande Senzala*. Até essa data, era apenas nas feiras e mercados que cotidianamente se tinha notícias dos sucessos e insucessos das casas de Candomblé. Pode-se supor que estes espaços de feiras e mercados eram os locais ideais para a divulgação e troca de informações sobre eventos e fatos importantes, uma vez que, dentro dos seus becos, ruelas e pequenos nichos, as notícias eram dadas ao *pé da orelha*, de forma a evitar a repressão (Zambuzzi, 2010, p. 21-23).

A importância da FSJ no abastecimento dos espaços de religiões de matriz africana é destacada pelo Candomblé de Rua que acontece todos os anos na FSJ (Figura 22). Em 2024, o evento reuniu 58 Terreiros para o xirê (evocação dos orixás) e manifestações culturais, com o apoio da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR-BA), estando voltado para o incremento do afroturismo e, sobretudo, para a valorização das religiões de matriz africana.



Figura 22 - Evento ocorrido na FSJ: *Os Exus do Brasil*, janeiro de 2024.
Fonte: Foto feita pela autora.

É, então, bastante evidente que a FSJ tem como uma das suas funções:

> destacar a importância das religiões de matriz africana como expressões de herança cultural para o Brasil e, em particular, para a cidade do Salvador, aproveitando para mensurar as atividades econômicas que estão diretamente ligadas a estas religiões. A ideia é mostrar para a comunidade, no formato feira na praça, a capacidade e contribuição destas religiões de gerar negócios, emprego, trabalho, renda, além de promover a integração entre os Terreiros de Salvador, permitindo que eles troquem informações e, assim, possam enriquecer as atividades que já exercem. (Souza, 2010, p. 166)

Como descrito no subcapítulo anterior, as ervas e plantas têm papel protagonista entre o universo das religiões afro-brasileiras, e a FSJ é o principal local onde são adquiridas. Nos sistemas de crenças afro-brasileiros, as plantas detêm um duplo papel: sagrado e terapêutico, sendo usadas para propósitos ritualísticos e de tratamentos nas comunidades dos Terreiros. Registos históricos elucidam que diversos produtos utilizados nos rituais do Candomblé faziam parte das cargas de navios de carga, a exemplo da noz de cola, conhecido pelos adeptos dos orixás como *obi* (Santos, 2013, p. 114), produto constante na Figura 23.

O significado mágico de muitos desses produtos faz com que sejam irradiados para outros campos da vida da cidade, nomeadamente por meio do entretenimento cultural durante todo o ano. São, por exemplo, adquiridos na FSJ todas as plantas que os fiéis usam na tradicional Lavagem e Procissão do Senhor do Bonfim (Patrimônio Cultural da Humanidade) e com os quais *lavam* as escadarias da Igreja do Bomfim: folhas de alfazema. Os blocos afro no Carnaval são decorados utilizando arruda nos adornos, que tem significado de proteção espiritual. Pude perceber em visita à FSJ no penúltimo dia do ano, que muitos fregueses ali aparecem em busca de folhas mágicas, capazes de trazer prosperidade para o ano que se iniciará em breve.

M. Santos (2013), criado em Terreiro de Candomblé, detalha a importância da colheita das folhas e sua simbologia:

> Partes essenciais do culto aos orixás, as folhas (ewé) devem ser usadas corretamente. Essa ação está associada a toda uma ritualização que começa no momento da escolha do local onde elas serão colhidas, passa pelos

> elementos que estão no seu entorno, pela época do ano, pessoa que colhe, horário da colheita, fase da Lua etc. Cabe lembrar que os próprios santos se distinguem e se identificam por meio de suas preferências em matéria de consumo; pelas peculiaridades de gosto de cada um deles. Uma divindade privilegia certas cores e texturas nas vestimentas; certos sabores e aromas nas comidas; determinados paladares, em suas bebidas; determinadas essências, nos 'defumadores'; certos metais, nos seus adereços e emblemas; certas pedrarias, nas joias. (Santos, 2013, p. 96)

Zambuzzi (2010, p. 32) entrevistou o responsável por um Terreiro de Candomblé, indagando se as folhas podiam ser compradas nas feiras da cidade:

> Pode! Tem os folheiros, que vão para as matas colher as folhas. Só que essas folhas, elas têm que chegar no Terreiro, elas passam por um processo. Porque qualquer um pode tirar a folha, todo mundo que tem mão. Agora, o povo do Candomblé tem um ritual próprio, porque a mata tem dono. Pra nós da nação Angola, todas as matas são Katendê. Então, antes de você colher uma folha, você tem horário pra pegar, você tem um ritual a fazer, de solicitação de pedido pra entrar, de pedido pra sair. E aqui, no Terreiro, se você pegar essa folha, qualquer um pode pegar. Agora, sacralizar aquela folha, torná-la sagrada para um tipo de ritual, é o segredo que está dentro do controle dos Candomblés. E isso ninguém vai tirar.

A memória veiculada através da FSJ pode ser observada nas receitas de curas, fundamentadas em conhecimentos das culturas indígenas e africana, que se aproveitam da grande quantidade de espécies da flora nativa com propriedades medicinais. As ervas têm o seu lugar específico nas manifestações e rituais, sendo o mais comumente conhecido como o *banho de ervas*, cuja prescrição é feita pelo feirante, *de acordo com a situação a ser resolvida*. Assim, no interior da configuração temática da FSJ, pode-se encontrar no corredor das ervas, muitas plantas que estão atreladas a superstições, como a espada de São Jorge, comumente vista na entrada das casas para evitar o *mau-olhado*, dentre outros, conforme consta na dissertação *Quintais Urbanos de Salvador*: "(...) eram cultivadas (...) sem motivo decorativo nenhum: só por profilaxia da casa contra o mau-olhado: o alecrim e a arruda, por exemplo" (Oliveira van Holthe, 2002, p. 250).



Figura 23 - Loja de artigos de Candomblé.
Fonte: Foto feita pela autora.

3. Capítulo 3 - A Feira de São Joaquim no Projeto de Requalificação de 2008

3.1. Alguns Estudos e Intervenções Anteriores ao PRFSJ de 2008

Conforme consta no Capítulo 1, após o incêndio de 1964, deu-se a transferência da Feira de Água de Meninos para o espaço mais adiante, que se tornará a Feira de São Joaquim. Registe-se que, antes mesmo do incêndio, já havia sido feito aterramento e terraplanagem no local da enseada, pois o governo já planejava a realocação da Feira. Pesquisando junto ao Arquivo da Prefeitura de Salvador – Fundação Mário Leal, consegui encontrar alguns documentos, noticiando estudos e intervenções pontuais de médio porte feitas pela Prefeitura de Salvador.

Em 1979, um plano de intervenção da OCEPLAN, chamado de *Diagnóstico sobre a Feira de São Joaquim*, incluía um diagnóstico socioeconômico e nele constava a referência à necessidade de participação dos feirantes por meio de entrevistas. Neste estudo havia referência ao aumento das verticalizações, bancas aumentadas por um segundo andar, solução encontrada pelos próprios feirantes para resolver a questão do volume dos seus materiais e saturação do espaço. Apesar do quadro dramático (Figura 24), há dois fatos nesse estudo que chamam atenção: dos 343 feirantes entrevistados (hoje, 45 anos depois, há mais de 7000 feirantes), 70% eram imigrantes do interior do Estado da Bahia e, curiosamente, 60% possuíam casa própria, apesar das dificuldades. (Lima, 1979, p. 18).

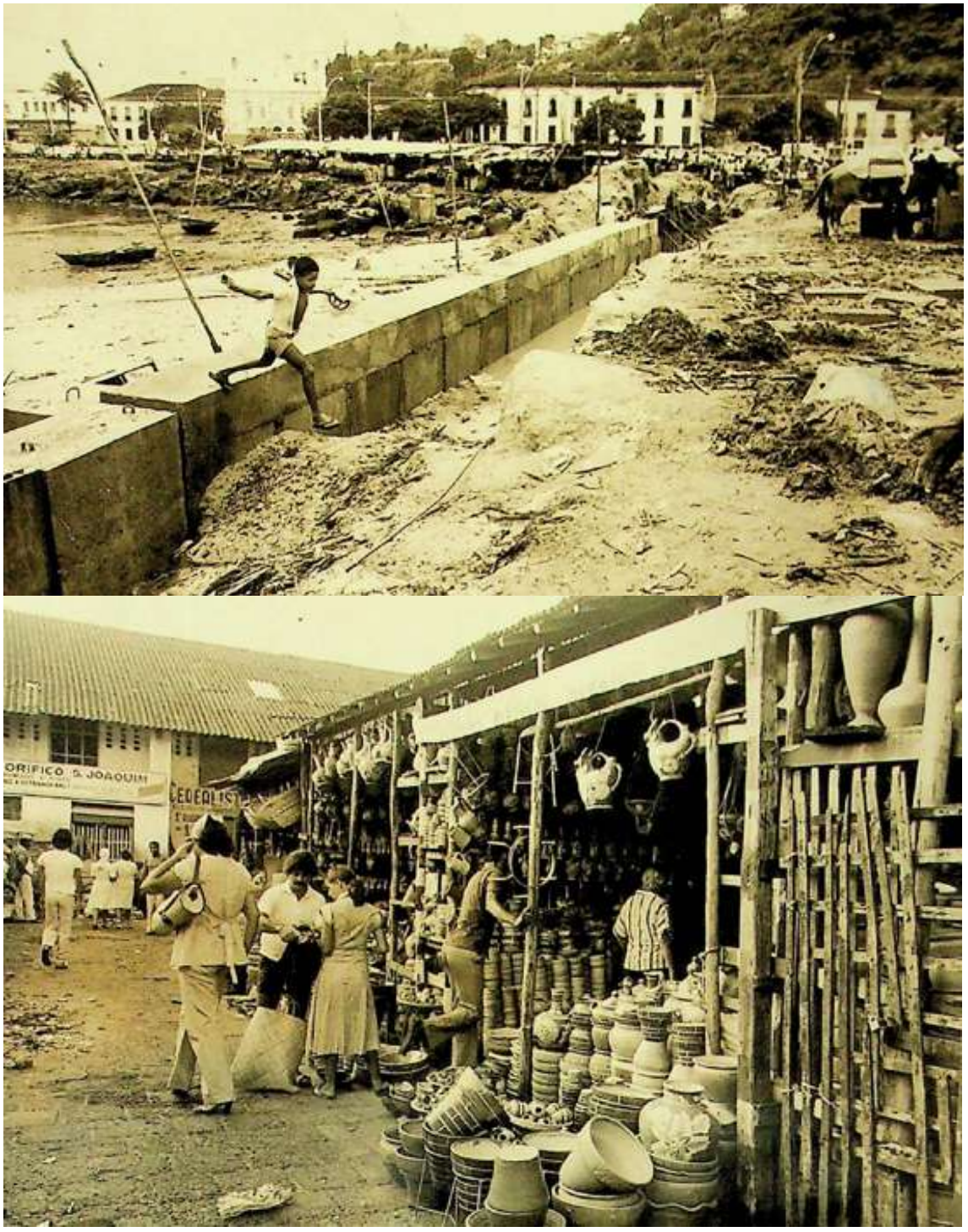


Figura 24 – Em cima, foto da área da Enseada em que se observa a construção de um muro, em 1978. Em baixo, foto das lojas construídas em material frágil e sobre a terra e cimento fofo.
Fonte: Ambas as fotos são cópias extraídas da Pasta 139, número 1245 (Pasta arquivada no AHMS (Arquivo Histórico do Município de Salvador), do acervo do Departamento Fotográfico da Fundação Mário Leal Ferreira .

Em dezembro de 1980, a Secretaria de Serviços Públicos (SSP) publicou *Estudos e Diretrizes para Intervenção na Feira de São Joaquim,* complementando, compilando e aprofundando os dados do estudo anteriormente realizado em 1979 e já mencionado (SSP, 1979).

Em 1992, a OCEPLAN apresenta uma proposta de intervenção na FSJ no âmbito da limpeza e saúde pública, chamado Plano de Ações Emergenciais, a desenvolver num período de dois anos, incluindo um plano de ação emergencial. Neste estudo, registou-se que há 28 anos as instalações da FSJ eram as mesmas, não havendo notícias de reformas (LOBO, 1992, pp. 25-28). Observa-se nesse estudo que tinha havido avanço no que dizia respeito à formação de uma equipe multidisciplinar de arquiteto, economista e advogada, com trabalho articulado, incluindo visitas em órgão público e em conjunto com os feirantes. A apresentação das mudanças propostas pelo grupo de trabalho obteve a votação favorável de cerca de 500 feirantes. Produz-se neste estudo um diagnóstico mais apurado do que o realizado no ano de 1979, com aprofundamento das complexidades da Feira, destacando a necessidade de reinstalação de um posto médico, encartando uma pesquisa socioeconómica dos feirantes e das atividades predominantes e afirmando a importância da FSJ no que diz respeito ao abastecimento da população de baixa renda.

No Jornal A Tarde, de 02.05.1996, em matéria intitulada *Bancas padronizadas foram instaladas em S. Joaquim*, há noticia da entrega de 80 bancas. No período eleitoral seguinte (1997-2000 e 2001-2004), os feirantes tornaram-se alvo de fiscalização rigorosa do governo municipal, com ações de lacre das bancas (Figura 25).



Bancas padronizadas foram instaladas em São Joaquim

Os novos equipamentos ocupam uma área antes degradada da feira.

Mercadorias vêm de saveiro

Feira de São Joaquim

Liminar garante abertura dos boxes e a Sesp terá que devolver bens apreendidos

Figura 25 - À esquerda, a reforma na área dos pescados e 80 bancas padronizadas na FSJ, em 1996.
À direita, os feirantes abrindo as bancas lacradas pela Prefeitura em 2004.
Fonte: ambas as fotos foram feitas pela autora e extraídas do Arquivo Público Municipal de Salvador. À esquerda, foto da Diário Oficial do Municipio, em 1996; À direita, o jornal *A Tarde*, em 2004.

Em 2005, estreando um novo período eleitoral, existiu uma proposta para um Complexto Turístico de São Joaquim, pouco realista no que dizia respeito a como realocar os feriantes e requalificar a FSJ (SEDHAM, 2005).

Assim, o que se constata é que há alguns estudos, mas poucas ações, de caráter emergencial foram executadas. A razão para essa descontinuidade parecem ser os períodos de eleição política, nos quais se abandona um projeto anterior para elaboração de um novo ou se priorizam outras obras.

3.2. A Proposta do PRFSJ: gestão e objetivos

Tendo presente o quadro descrito no subcapítulo anterior, o PRFSJ de 2008, resultado do convênio de cooperação nº 008/2008, formado entre o Ministério da Cultura e o IPHAN, é o que mais aprofundou o estudo da FSJ, considerando que, por meio de uma equipe multidisciplinar de arquitetos, antropólogo e museólogo, valorizou

a participação dos feirantes e promoveu oficinas e discussões sobre a requalificação a realizar durante seis meses. O Projeto destacava, portanto, a dimensão patrimonial da FSJ, pois aprofundou o seu estudo em diversas áreas e mapeou o local.

A ideia de uma nova intervenção sobre a FSJ, iniciou-se a partir da pressão do Ministério Público da Bahia, para que se "resolvessem" as questões das péssimas condições de higiene e comercialização dos produtos, já que o espaço não havia tido revitalização em mais de 15 anos (Figura 37). Em julho de 2007, o Ministério da Cultura (MinC), em conjunto com a Fundação Cultural Palmares, promoveram uma oficina de trabalho em Salvador, com o objetivo de discutir a questão. A oficina tinha em vista a preservação e valorização do patrimônio cultural da FSJ e contou com a participação de representantes de vários federativos brasileiros (federal, estadual e municipal): Câmara de Vereadores, Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Banco Interamericano, Sindicatos, Associações e Entidades do Movimento Negro. Em janeiro de 2008, foi assinado o Termo de Acordo e Compromisso entre o MinC e o Governo do Estado da Bahia e, em julho desse mesmo ano, ficou estabelecido o Convênio entre a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) e o Governo Federal através do MinC, disponibilizando recursos financeiros para elaboração do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim (PRFSJ) – 1ª Etapa. O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA), órgão vinculado à SECULT, responsabilizava-se pela supervisão e gestão dos recursos financeiros e humanos [18].

O que havia a enfrentar, perante o permanente descaso do poder público, era uma predominante autorregulação do espaço pelos próprios feirantes, o que, muitas vezes, tinha conduzido a um quadro de vulnerabilidade sanitária e social, gerando

[18] O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA), vinculado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), atua de forma integrada e em articulação com a sociedade e os poderes públicos municipais e federais, na salvaguarda de bens culturais tangíveis e intangíveis, na política pública estadual do patrimônio cultural e no fomento de ações para o fortalecimento das identidades culturais da Bahia.

conflitos entre os feirantes e entre estes e a fiscalização. Assim, foi concebido um Modelo de Gestão Consolidado, que construiria ferramentas que pudessem ser utilizadas para sua sustentabilidade, já que seria gerido de forma autônoma pelos próprios feirantes, tornados representantes para atuar junto ao poder público. Este comprometia-se a desempenhar o papel que correspondia aos objetivos sociais e econômicos preconizados pelo PRFSJ. Conforme o Modelo idealizado, ter-se-ia a participação de três esferas de poder: uma empresa contratada para a gestão integrada do PRFSJ, um agente regulador com funções de mediação e orientação e os feirantes para que a FSJ pudesse participar na gestão da própria vida.

O agente gestor seria a empresa contratada para desempenhar as atividades e funções delegadas a partir de um contrato de gestão entre essa empresa e os feirantes (Conselho da Feira), estabelecendo objetivos, regras operacionais e econômicas. O agente regulador seria a entidade com funções de mediação, fiscalização e orientação à luz do contrato de gestão. Este poder de regulação sobre a FSJ foi idealizado para incluir as três esferas do poder público: federal, estadual e municipal[19]. Era assim criado um sistema capaz de envolver as entidades interessadas, incluindo os feirantes, possibilitando a atualização de dados sobre a FSJ, bem como o acesso aos números da FSJ: quantos feirantes formais e informais, qual o valor dos ganhos em cada função, o número de visitantes, o valor dos impostos arrecadados, quantas notas de compra e/ou recibos eram emitidos. A Figura 26 fornece uma visão mais detalhada do fluxo de gestão estabelecido pelo PRFSJ.

[19] A FSJ é afetada pelo poder municipal responsável pela fiscalização, concessão de alvarás de funcionamento, dentre outros; pelo poder estadual responsável pelas obras de infraestrutura (a CONDER que está executando o PRFSJ) e a arrecadação do imposto sobre serviços (ICMS); e pelo poder federal, considerando que a FSJ está de frente para o mar, espaço classificado como terreno de marinha, conforme a Constituição Federal de1988: as faixas costeiras são bens da União, objetivando garantir a soberania e a segurança nacional.

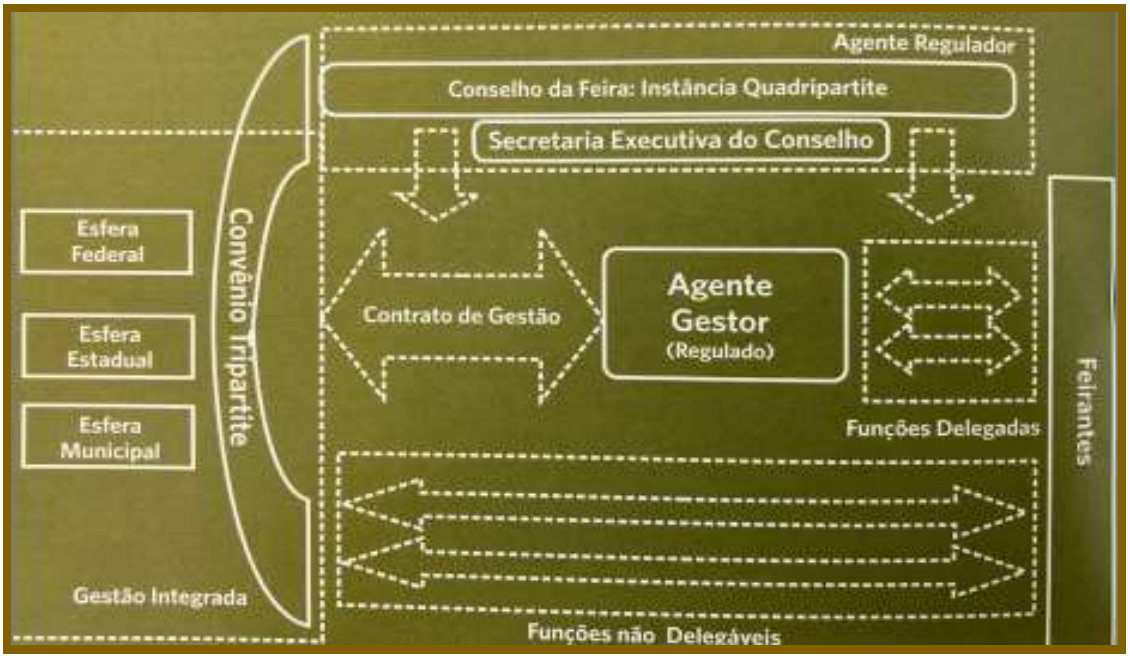


Figura 26 - Instâncias de gestão da FSJ, segundo o PRFSJ.
Fonte: Imagem do Dossiê PRFSJ, 2008.

Além da divulgação e conscientização sobre o respeito pelos saberes, fazeres, trocas e vivências e do valor simbólico das dinâmicas da Feira, o PRFSJ envolveu os feirantes vistos como consultores, avaliadores em todo o processo, por entender que somente uma ação coletiva entre as partes envolvidas e o governo, poderia atender às necessidades da intervenção, por meio de consultas públicas, com a participação de representantes da sociedade civil e dos feirantes nos grupos de trabalho que discutiram a proposta. Os princípios específicos formulados foram: estruturar um modelo de gestão administrativa, fiscal, comercial, cultural e patrimonial, elaborado com a participação resultante de consulta aos feirantes, para que as condições de trabalho dos feirantes pudessem ser melhoradas. Foram realizadas ações culturais que visavam o fortalecimento da autoestima dos feirantes, como difundir o conhecimento sobre a história da FSJ, divulgar tradições culturais, saberes e modo de fazer locais, possibilitando o entendimento e a preservação da FSJ como patrimônio cultural do país. Objetivando proporcionar maior qualidade ao ambiente da FSJ e mais agilidade ao seu funcionamento, o PRFSJ comprometia-se a estruturar a Feira dentro de um projeto de qualificação arquitetônica, mantendo, no entanto, as características arquitetônicas próprias de sua ocupação, incluindo o seu entorno imediato.

A requalificação propriamente dita foi antecedida por um estudo durante o qual se estabeleceram articulações institucionais que permitiram um olhar alargado sobre as variadas complexidades da FSJ. O PRFSJ organizou-se através de Grupos Temáticos (GTs) para facilitar o compromisso de cada órgão conforme os seus interesses específicos. Os diversos GTs desenvolveram oficinas de gestão, socioculturais e de sustentabilidade ambiental, assistidos por um facilitador ou agente para fomentar a discussão e mediação. A teia mercantil da FSJ foi classificada em grupos: 1) atração diferenciada, 2) pequenos negócios e 3) tradição atacadista.

No grupo de atração diferenciada da FSJ encontram-se os comerciantes com exclusividade em termos da identidade dos seus produtos, independentemente do tamanho do negócio. Aqui se incluem os produtos culturais, o artesanato e as especialidades alimentares. O segundo grupo reúne com flexibilidade muitos pequenos negócios. Trata-se de estabelecimentos onde predominam bancas de produtos variados, de pequenos vendedores ambulantes e prestadores de serviços, que, em geral, apresentam margens baixas de lucros e frágeis sustentabilidades nos negócios. No dossiê do PRFSJ, a lista destes pequenos negócios está organizada por setores de atividade comercial e respetivos galpões específicos existentes na FSJ, destacados como serviços (ver Figura 10). Estes pequenos negócios comportam alguns segmentos que aparecem na FSJ como consequência do progresso tecnológico: por exemplo, vendedores ambulantes que comercializam telefones, capas de telefone e *Sim CArds* para telefone, que trazem renovação à FSJ, adaptando-a às exigências atuais; mas também há outros que compram alguns cachos de banana ou alguns *bombons* e vendem esses produtos pelos corredores da FSJ a pé. Há também os vendedores oportunos – se chove muito, por exemplo, aparecem os vendedores de sombrinha – , bem como os dos produtos cíclicos e das demandas cíclicas. O terceiro grupo configura a expansão de empreendimentos de porte relativamente grande quando comparados com os restantes implantados na FSJ, reunindo diversas atividades de atacado: cerealistas, vendedores de hortifrutícolas, *bombonieres*, que possuem logística de distribuição e normalmente têm como clientes outros feirantes, retalhistas regionais.

A variada clientela da FSJ exige padrões de conduta que se aproximam das regras gerais do comércio formal, apesar de ser a informalidade da FSJ o que sustenta este mercado atacadista porque oferece cotações de preços mais atrativas para as empresas que o procuram.

3.3. Aspeto Urbano

A dinâmica de trabalho proposta pelo PRFSJ diferenciou-se de outros projetos de requalificação empreendidos na cidade de Salvador, como, por exemplo, o do Centro Histórico do Pelourinho, em que houve afastamento dos atores sociais que ali residiam há tempos, com suas memórias e histórias (Zanirato, 2006), ou o da Feira de Santana, que se tornou um mercado com bancas padronizadas. A execução do PRFSJ, a cargo da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), responsável pela parte física e estrutural, e da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), responsável pela capacitação dos feirantes sobre as exigências sanitárias e de empreendedorismo, foi dividida em três etapas (Figura 27), com previsão de obras de drenagem, instalações hidráulicas, pavimentação, criação de 275 pontos de restauração e a substituição de outras 745 bancas.



Figura 27 - Etapas da intervenção geral do PRFSJ original.
Fonte: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), 2006.

Atendendo às intenções de divisão e classificação das etapas do PRFSJ, conjugadas com a observação realizada no âmbito da presente investigação, bem como das *Notas Técnicas CONDER*, de 2019 e 2024 (que constam dos Anexos desta dissertação e me foram disponibilizadas pelos responsáveis atuais da execução, Srs. Thiago Matos e Felipe Novaes), a execução do PRFSJ encontra-se atualmente na seguinte situação:

A primeira etapa, chamada de Feira Nova, já concluída, abrangeu a construção de um novo pátio de carga e descarga e do espaço provisório, onde os feirantes ficam até à sua reorganização posterior, o chamado Galpão Água de Meninos (GAM) (Figura 28). O pátio de carga e descarga foi contemplado com 38 bancas para atender aos *grossistas* da FSJ; o GAM é composto por instalações provisórias para a relocalização dos feirantes durante a duração das obras de intervenção, cujas obras permtiram a adequação do antigo galpão de pedra da CODEBA. Hoje, o GAM abriga bancas de comércio *grossista*, mercadinhos, restaurantes, lojas e outras pequenas bancas, com cerca de 500 comerciantes transferidos. Os boxes que compõem o GAM foram construídos em alvenaria de bloco cerâmico, com portas metálicas para a comercialização de produtos diversificados e com bancas, que são equipamentos metálicos móveis para a venda de artigos de natureza variada; as designadas *pedras* são lajes em betão, revestidas em material cerâmico, usadas para a exposição e comercialização de frutas; e os *pallets* são estruturas em madeira, onde se expõem sacos de verduras e legumes para a comercialização e revenda a comerciantes mais pequenos. Há ainda os *gigos* que são gaiolas metálicas para a comercialização de aves (galinhas, pombos ou outras). Esta primeira etapa foi dada como finalizada em 2012.



Figura 28 - Galpão provisório (GAM), também chamado de Feira Nova.
Fonte: fotografia feita pela autora.

A segunda etapa engloba as obras de requalificação da Enseada (Figura 27), com intervenções urbanísticas, de limpeza e dragagem, construção de um cais (plataforma ou passarela que se estende sobre a água, usada para atracação de embarcações, passeios ou turismo) e recuperação do quebra-mar e respetivos muros de contenção e aterro hidráulico, abrindo uma nova panorâmica para a Baía de Todos os Santos, e permitindo um maior fluxo de embarcações. O novo cais idealizado garante a atracação de saveiros e escunas com qualquer situação meteorológica, permitindo a integração da Feira na Rota Náutica da Baía de Todos os Santos. Nas figuras 29 e 30 pode-se observar as fotografias da enseada antes e após a requalificação realizada nessa área.



Figura 29 - Área da Enseada antes do PRFSJ.
Fonte: PRFSJ. Ortofotocarta PMS/CONDER 2006. Disponível em: https://www.conder.ba.gov.br. Acesso em 26 de mai. de 2021.



Figura 30 - Área da Enseada após a requalificação: com espaços destinados à comercialização de pescados e animais vivos, área de estacionamento ao fundo da FSJ, área de circulação e boxes e restaurantes, ao fundo à esquerda.
Fonte: fotografia feita pela autora

As Figuras 29 e 30 permitem observar as diferenças no quebra-mar: onde antes havia um vazio, depois da reforma vê-se um restaurante onde acontece o *Samba da Feira* aos domingos. Os feirantes e os frequentadores da FSJ reportaram a falta de higiene como sendo antes muito comum neste espaço, principalmente na parte dos pescados onde os comerciantes tratavam os peixes na área de atracação dos barcos, na área da enseada e jogavam as vísceras ao mar, causando com isso mau cheiro bem notório. Infelizmente, ainda hoje, se presencia comerciantes atirando restos de peixes ao mar.

As obras portuárias na área da enseada englobaram dragagem e a construção do cais, do quebra-mar, de muros de contenção e o aterro hidráulico, bem como a construção de bancas para os *grossistas* da FSJ e a construção do Galpão I para Frutos do Mar e Animais Vivo, com 37 boxes de peixes e 19 de animais vivos, área para restaurantes, sanitários, bancas para vendas de produtos diversos e áreas de circulação coberta. Ainda, conforme pode ser documentado pela Figura 29, verifica-se a existência de uma área de estacionamento na frente da FSJ, que estava previsto no PRFSJ, mas que após a ocupação do espaço se percebeu ser uma área conflitante entre os carros que procuram estacionamento, e entram e saem da via pública, e as pessoas que vendem os seus produtos. Muitos vendedores não cadastrados na Prefeitura Municipal exercem a sua atividade distribuindo-se de maneira aleatória pelo estacionamento, o que dificulta a livre circulação automobilística dos visitantes que chegam à FSJ.

O objetivo da terceira etapa de intervenção foi o chamado *Miolo* da FSJ (Figura 27), onde se concentra a maioria dos comerciantes. No Projeto original, esta tarefa foi dividida em sete fases. Em cada fase, a previsão era transferir 400 comerciantes, em função da capacidade receptiva do GAM (Figura 28). É de destacar que esta foi a fórmula encontrada de fazer a reforma da Feira, sem a desativar (BAHIA, 2012a). Verifica-se que o *Miolo* é um espaço que ainda carece de organização e de uma infraestrutura que proporcione a livre circulação das pessoas, sem barreiras físicas para ser acessível a todos. Contudo, antes era referido como sendo um espaço insalubre, apresentando esgoto e lixo a céu aberto, onde, em dias de chuvas intensas na cidade, devido à falta de pavimentação, se formavam grandes poças de água misturada com terra, um lamaçal, que dificultava a livre circulação pela FSJ.

No PRFSJ original, a primeira fase do *Miolo* (Figura 27) tinha previsto construções em alvenaria de bloco cerâmico com um único pavimento e cobertura em telha cerâmica. Na realidade, em toda a Avenida Oscar Pontes até à enseada, essas lojas foram removidas, dando lugar ao passeio e permitindo a visibilidade da baía. A primeira fase, já foi executada em 2012, tendo incluído bastantes alterações em relação ao original (Barreto, 2022, p. 36). De todo o modo, realojou 439 feirantes no espaço provisório adaptado do GAM, cumprindo o objetivo de permitir a continuidade das suas atividades.

Relembre-se que se tratava do primeiro grupo identificado pelo PRFSJ: proprietários, empregados e familiares (Cardoso, 2013, p. 67).

Após a leitura das *Notas Técnicas* da CONDER de 2019 e 2024 percebe-se bem a alteração em relação ao Projeto original, passando agora parte do *Miolo* a fazer parte da segunda Etapa e não mais da terceira Etapa, como constava do plano em 2008 (comparem-se as figuras 27, 31 e 32).



Figura 31 - Novo planeamento para execução das obras, em que se observa a alteração do Projeto original. Fonte: figura extraída da *Nota Técnica* de 2024, cedida à autora pela CONDER.

Ao que parece, a atual previsão de execução considera o *Miolo* como integrando a primeira, a segunda e a terceira Etapas (Figura 32). Segundo a *Nota Técnica* de 2024, a atual segunda fase englobará 407 *boxes* e 169 unidades móveis (bancas e *pallets*).



Figura 32 - Terceira Etapa com as sete fases previstas no Projeto original.
Fonte: Imagem extraída do Dossiê PRFSJ (2008).

Fazendo um breve resumo da *Nota Técnica* de 2024 compreende-se o enorme conjunto de infraestruturas em questão: construção de 180 lojas, aqui entendidas como estruturas fixas de cimento (chamadas *boxes* pelos executores da obra da CONDER), dedicadas a atividades diversas, 37 lojas no galpão do pescado e 19 no galpão dos animais vivos, uma área para restaurantes, bancas para vendas de produtos diversos, sanitários, urbanização, áreas de circulação coberta, intervenção paisagista, instalações elétricas e hidrosanitárias com medidores individuais, instalação de gás canalizado com abastecimento individual pela BAHIAGAS, infraestrutura de esgotos e drenagem, rede de proteção contra incêndio, com implantação de hidrantes e extintores, placas com rota de fuga. Na *Nota Técnica da CONDER* de 2019 constava uma importante observação que era de sentido oposto ao decidido posteriormente: “na continuidade da segunda fase não haverá customização e personalização individual de cada unidade comercial”, o que conduz à conclusão de que a intenção nessa altura era que as lojas e bancas seguiriam um único padrão.



Figura 33 - Terceira fase em execução em 2023 (ou segunda Etapa na designação atual).
Fonte: foto feita pela autora (na cidade alta de um *rooftop).*



Figura 34 - O círculo amarelo identifica a primeira fase do *Miolo* da FSJ já com os telhados dos novos boxes; no círculo branco está o GAM; a área entre os dois círculos é o que falta requalificar do *Miolo* da FSJ.
Fonte: foto feita pela autora (na cidade alta de um *rooftop).*

3.4. Aspeto Sociocultural

O GT sociocultural do PRFSJ fez também o respetivo levantamento e elaborou um mapa refletindo o número de linhas de autocarro utilizadas pelos consumidores da FSJ, num total de 120 linhas, que transitam diariamente, o que é mais uma demonstração da importância da FSJ na vida da cidade e no largo raio de atendimento aos interessados (Figura 35). É curioso também como este tipo de transporte público é bastante tolerante para com os feirantes e seus fregueses, considerando a aceitação dos imensos sacos, trouxas, animais vivos, pacotes de mercadorias que são diariamente levados e trazidos dentro desses veículos, e a paciência dos motoristas para a espera do embarque e desembarque de pessoas e produtos, os quais cruzam rotineiramente toda a cidade para atender a outros mercados.



Figura 35 - Dinâmica de frotas de autocarros que se conectam com a FSJ.
Fonte: Imagem do Dossiê PRFSJ (2008).

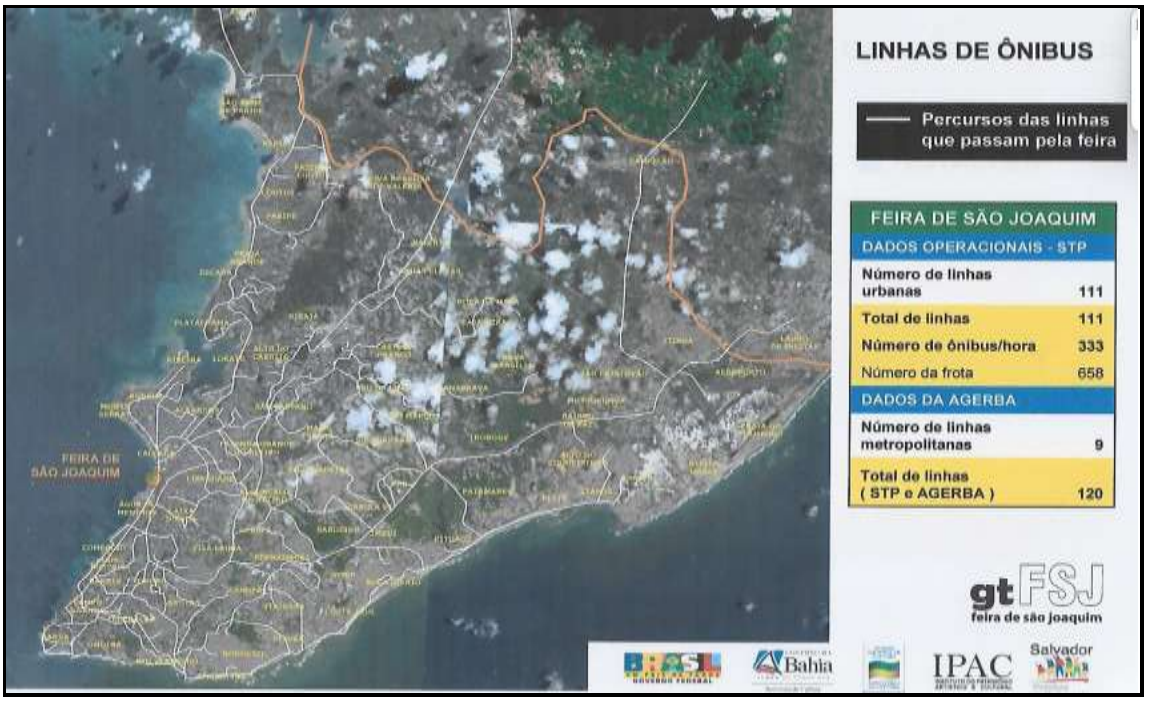


Figura 36 - Linhas de autocarros e rotas com acesso à FSJ.
Fonte: Imagem extraída do Dossiê PRFSJ (2008).

Procurar compreender a FSJ em seu todo evidenciou, não só a complexidade real da estrutura física que se pretendia requalificar, como também a riqueza cultural a ser catalogada. O bem cultural de dimensão imaterial pode ser vivenciado pelos olhos, *tocado* e experienciado por todo aquele que o reconhece e legitima como identitário. Com essa perspetiva em mente, o Grupo de Trabalho sociocultural empreendeu uma viagem para conhecer a Feira de Caruaru, em Pernambuco, a primeira a ser registrada como Patrimônio Cultural Imaterial (Processo 01450.002945/2006-24), após a promulgação do Decreto-lei 3551/00, em 2006. Esse processo e sua conclusão serviu, portanto, de paradigma para o Relatório do Grupo de Trabalho do PRFSJ, em 2008, que o menciona[20].

Depois de conhecerem o processo da Feira de Caruaru foram também escutar os feirantes da FSJ. Identificaram as diversas áreas de produtos especializados e entenderam como merecedores de destaque os produtos que carregam particular valor simbólico, com atributos de poder mágico e religioso, terapêuticos e decorativos.

[20] Disponível em.: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/61

Portanto, foi concedida especial atenção às dimensões imateriais associadas aos produtos que na sua forma material se apresentavam como bens patrimoniais.

No final, o PRFSJ acaba por fazer uma proposta museológica, concebendo um Museu de Rua, também designado como *museu vivo*, que deverá ser capaz de contar a história das transformações e permanências da FSJ ao longo da sua história, assim como das práticas nascidas em seu seio. A FSJ seria apresentada graficamente aos feirantes e seus frequentadores, para que fosse partilhada a sua história num movimento de conscientização e iniciativa de preservação do saber popular. Neste ponto, deve ser reconhecido o destaque concedido à dimensão imaterial da Feira, ela própria reconhecida como patrimônio cultural de Salvador. Os técnicos do Grupo de Trabalho sociocultural realizaram entrevistas com os feirantes e pesquisas diversas, tendo alcançado um inventário da FSJ, cujos bens constituintes foram em grande parte elencados pela comunidade local. A investigação realizada pelo GT sociocultural subsidiou as abordagens histórica, antropológica e museológica que, por sua vez, revelaram os significados da identidade cultural baiana, presentes no tecido social da Feira e incorporados no imaginário popular brasileiro[21]. Contudo e lamentavelmente, os planos idealizados para fomentar a parte cultural da FSJ, não se realizaram até ao momento. Nas previsões, pelo menos no *papel*, também não há menção aos mesmos.

[21] A idealização da exposição permanente a ser materializada através de painéis consta do Anexo 3.

Capítulo 4 - Avaliação do PRFSJ: os impactos na FSJ

O que se percebe dos estudos e das tímidas intervenções anteriores é que, apesar dos números levantados apontarem para o inequívoco papel da FSJ, que abastecia 50% da população da classe baixa de Salvador (SSP , 1980), os poderes públicos municipal e estadual não se ocuparam devidamente desse segmento de abastecimento alimentar da cidade de Salvador desde os idos de 1950/1960, quando ocorreu a maior migração da população rural com destino a Salvador que fez aumentar o processo de crescimento urbano. Este tópico foi tratado no sucapítulo 2.1, onde se demonstrou a importância das feiras, quitandas e mercearias no cenário do abastecimento alimentar da cidade e na qualidade acessível às camadas mais carentes, em especial quanto ao fornecimento dos produtos que compõem a cesta básica, quais sejam: arroz, feijão, farinha de mandioca, açucar, tomate, banana, carne bovina, café, manteiga e pão. Além disso, a FSJ também se mostrou uma solução temporária para a crise do desemprego, que depois se torna definitivo para muitos.

É verdade que, com as grandes atacadistas, que atendem as classes médias e altas, os governos arrecadam mais em impostos, mas a dificuldade de impor impostos e taxas aos feirantes talvez não seja exatamente a razão pela qual os preços praticados nas feiras ainda se podem manter baixos, barateando o produto.

A meu ver, de um modo geral, o PRFSJ de 2008 andou bem quando destacou a importância da FSJ nos seus diversos aspetos: urbano, socioeconômico, sóciocultural e patrimonial, demonstrando a sua grandiosidade face à cidade de Salvador da Bahia, ao mesmo tempo que acolheu a “teoria” já existente na FSJ de que o funcionamento da Feira é fundamental na manutenção da tradição, nas suas criações, improvisações, assim consolidada no tempo, desde os tempos de esquecimento.

4.1. Aspeto Urbano

O excessivo prolongamento do prazo de início de execução do PRFSJ, que se estendeu de 2008 até ao início das obras em 2011 (Figura 37), e do prazo de execução

que se estende até os dias atuais, e que atravessa, portanto, quatro ciclos eleitorais, se constitui como a parte mais penosa para os feirantes. É assim porque as modificações estruturais implementadas nas primeira e segunda Etapas e as pausas nos trabalhos ocorridas, entre outras, entre 2011 e 2014 (Figura 38) afetaram as vendas e a organização dos corredores principais, desagregaram o espaço, descontinuaram as relações entre todos, separaram colegas de labuta diária, causaram exclusões com reflexos na perda de práticas tradicionais e ofícios, questões que, antes, se tinham procurado evitar.



Feira sem revitalização

Há 15 anos a Feira de São Joaquim não passa por uma reforma. O local abriga 7,2 mil feirantes e carece de rede de esgoto, posto de saúde, a rede elétrica é ineficiente, o asfalto é precário e há auxílio de apenas dois policiais. Em 2009, o Estado anunciou a revitalização do espaço por R$ 29,118 milhões e, em março de 2010, apresentou o projeto, que tem três etapas.

A primeira fase deveria ser iniciada em junho de 2010, foi adiada para outubro, depois para janeiro de 2011 e até agora nada foi feito.

Segundo o presidente do Sindicato dos Feirantes, Marcílio Costa, o galpão da Companhia das Docas do Estado, que abrigará os feirantes enquanto a obra é realizada, ficou pronto com atraso. Já a área para abrigar os vendedores grossistas ainda não foi entregue.

Há 15 anos a Feira de São Joaquim não passa por reforma

Segundo a superintendente de Desenvolvimento Urbano da Conder, Maria das Graças Gondim, a obra na feira foi iniciada no dia 7/2. "Cada etapa vai durar cerca de quatro meses, e a obra deve ser finalizada em janeiro de 2013.

Gondim diz que o atraso foi causado pela necessidade de readequar o projeto. "Houve mudanças na dinâmica da feira e tivemos que fazer alterações. É uma obra complexa e estamos expostos a diversos problemas", afirma.

Figura 37 - Notícia sobre a demora no início da execução das obras do PRFSJ de 2008.
Fonte: Recorte do *Jornal Metrópole* de 15.04.2011, pp. 8-9, extraído da Biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira, acervo da Prefeitura Municipal de Salvador da Bahia.



ATRASO Conder e Saltur preveem que entrega será realizada em 13 de junho

Obras em São Joaquim têm novo prazo de conclusão

PRISCILA MACHADO

A entrega de 500 boxes da Feira de São Joaquim, que passa por requalificação, está programada para o dia 13 de junho. Este foi o novo prazo dado pelo secretário de Turismo do estado, Pedro Galvão, e por Ubiratan Cardoso, presidente da Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano (Conder), em visita às obras ontem.

A remodelação de São Joaquim – que conta com um investimento de R$ 60 milhões – foi dividida em três etapas. A primeira, a adequação de um galpão para receber os comerciantes de forma provisória, foi concluída em dezembro de 2011.

A segunda, que previa a reestruturação da enseada de São Joaquim, também já está pronta. Entretanto, a terceira etapa, que prevê a estruturação do miolo, está atrasada.

Os primeiros 500 feirantes a migrar para o espaço provisório aguardam há dois anos pela conclusão da primeira fase da terceira etapa da obra.

"Mais de dois anos se passaram e continuamos com a incerteza"

MARCILIO COSTA, sindicalista

Segundo Marcilio Costa, presidente do Sindicato de Feirantes e Ambulantes de Salvador (Sindifeira), quando foram relocados para o galpão Água de Meninos, os feirantes receberam um prazo de seis a oito meses para a conclusão da requalificação. "Mais de dois anos se passaram e continuamos com a incerteza", reclama.

Prejuízo

Segundo os feirantes, as vendas caíram mais de 70% depois que eles foram relocados. "O galpão é escuro e escondido, os clientes não vêm aqui", diz Joacir Ferreira, 52.

Segundo informou a Conder, o atraso deve-se, principalmente, à necessidade de adequação do projeto.

Segundo Cardoso, a próxima fase da terceira e última etapa da obra será realizada por outra empresa, a ser contratada por meio de licitação, que será concluída ainda no primeiro semestre.

Operário finaliza boxe, que terá água, luz, esgoto sanitário, drenagem e cobertura

Figura 38 - Notícia sobre os atrasos na execução já iniciada em 2014.
Fonte: recorte do jornal *A Tarde* em 12.3.2014, p. 14, extraído da Biblioteca da Fundação Mário Leal Ferreira, acervo da Prefeitura Municipal de Salvador da Bahia..

Entretanto, a transferência de parte da FSJ para o GAM – área localizada a alguma distância da entrada principal – também diminuiu as vendas, porque o cliente não se desloca até lá, sobretudo após já ter peso nas sacolas com as compras já realizadas. Observa-se que no GAM, o movimento é sempre menor do que na entrada da FSJ (Figura 28). Por outro lado, o maior ponto de estrangulamento da FSJ é a sua circulação interna, a falta de regulamentação do tráfego e o acúmulo do lixo na área, que se tornam, com toda a certeza, o maior desafio na execução da requalificação, nomeadamente em sua proposta de elaboração por Etapas para evitar assim o desmantelamento da FSJ. Na investigação realizada não pude observar nenhum plano para estabelecer um sistema capaz de sistematizar a recolha do lixo da área chamada *Miolo*, onde se acumula a maior parte dos dejetos. Deve ser reconhecido que os

feirantes recolhem os resíduos de forma não apropriada, seja por falta de equipamentos como sacos de lixo plásticos especiais fortes para os acondicionar, seja por cansaço ou limitações físicas, bem como, por outro lado, a própria dificuldade da coleta pelo órgão público responsável, em razão do difícil acesso e da obstrução das vias. Contudo, uma rotina diária de escoamento por completo do lixo evitaria múltiplos problemas como a obstrução da rede de drenagem e o devido escoamento das águas, mantendo as áreas livres e limpas, sem maus odores, o que também facilitaria os reparos na rede elétrica e no abastecimento de água, além de uma melhor aparência geral da Feira.

O sistema de esgoto e drenagem passa por baixo da área de comercialização de frutos do mar, que sempre apresenta problemas de entupimento, pois não suporta o volume da água da chuva, o que faz com que a água suja fique exposta. No setor dos pescados há ainda o problema de faltarem rampas de acessibilidade (Barreto, 2022).

Ponto relevante no que se refere à dimensão humana, verifico que, por parte do PRFSJ de 2008, estão ausentes quaisquer ações específicas voltadas para a segurança e saúde dos feirantes, a exemplo de pausas para descanso – embora seja evidente a fadiga permanente em razão do excesso de trabalho físico –, conscientização sobre a segura utilização das máquinas ou sobre a utilização de equipamentos de proteção individual, instalação de equipamentos contra fogo ou o retomar de uma proposta anterior de reinstalar um posto de saúde. Não é de escamotear que, na FSJ, as chances de acidentes devem ser admitidas com seriedade, pois além de máquinas velhas e sem a devida manutenção, há sempre restos de materiais como madeiras e peças metálicas no chão, ao lado das bancas, carrinhos de mão por todo lado, telhados precários.

Quanto às lojas já erguidas – chamadas *boxes* pelos executores da obra – construídas em alvenaria e com portas metálicas, pequeno espaço com pia, prateleiras e balcão de atendimento, sempre priorizando o aspeto de higiene, conclui-se que têm pé direito mais alto e que possuem uma boa luminosidade (Figura 39). Contudo, permanece a sensação de confinamento, sendo que os padrões e ordenação do que já foi construído, seguem o modelo dos mercados ao ar livre, o que retira os traços característicos originais da FSJ.

Um ano após o primeiro encontro com Dona Sueli, a fateira, ouço da mesma que, "apesar de estar previsto que eu fosse uma das próximas a ser removida para ganhar o meu *box*, ainda nada aconteceu". Dona Sueli diz que "preferia ter uma banca a um *box,* porque a banca é aberta, se vê melhor a mercadoria", o que nos remete à preocupação acerca do estreitamento do espaço para exposição dos produtos e conforto dos clientes para observação destes.

O Sr. Raimundo, o raizeiro, afirma que houve benefícios para o seu comércio, porque lhe foi proporcionado um espaço mais amplo, higienizado e de fácil acesso. Lembra que, na Rua Nº 1 onde tem sua banca "quando chovia, era um lamaçal, já que tudo ficava molhado*".* Por outro lado, diz que a FSJ continua a ser vista de "fora" como suja e desorganizada. Isso ocorre porque os que comercializam na entrada principal, na frente da FSJ, não se preocupam com a maneira de descartar o lixo, seja na limpeza do peixe ou na seleção de legumes e verduras, e a disposição das bancadas dificulta a livre circulação das pessoas. Comparando a obra concluída da Enseada, com a Rua Nº 1 dos bares e restaurantes totalmente revitalizada e uma fotografia antiga dessa área, percebe-se facilmente a diferença entre o antes e o depois (Figuras 29 e 30). Além disso, através da *Nota Técnica da CONDER* de 2019, dá-se conta do sistema instalado de recuperação das águas que cobrem a Enseada. Por outro lado, nessa mesma Nota Técnica de 2019, há uma referência às *poitas,* estacas cravadas e amarradas do lado do mar, em frente à Bahia de Todos os Santos, de serventia para a pesca artesanal. Contudo, em visita ao local, não pude perceber nenhuma alteração da paisagem, tendo encontrado apenas alguns pescadores com seus próprios equipamentos.

O Modelo de Gestão tripartido (ou quadripartido) concebido pelo PRFSJ de 2008, não foi implementado, nem de forma parcial, e a gestão da FSJ continua a cargo do SINDIFEIRA. Os depoimentos reportam que a deficiente gestão deixa a desejar na falta de planeamento, de organização dos espaços, de escuta dos feirantes, de controle de pessoas e processos e do acompanhamento de resultados[22]. Grande parte dos

[22] Disponível em: https://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/08/simbolos-da-resistencia-vendedores-falam-sobre-feira-de-sao-joaquim.html

problemas da FSJ poderiam ser solucionados através de uma gestão permanente co-participada, como concebido pelo PRFSJ de 2008.

De fato, a gestão do espaço público da FSJ é complexo, em razão da sua dimensão física e humana e das suas funções sociais, dificultando as resoluções de como atender às demandas dos sujeitos que ocupam e se apropriam deste espaço. O Sr. Raimundo, o raizeiro, lamenta que a CONDER tenha entregado ao SINDIFEIRA a responsabilidade da gestão da FSJ. Considera que isso não ocorreu de maneira eficaz e afirma: "(*..)* a Feira tá entregue! Tem feirantes que vendem frutos do mar fora do espaço destinado especificamente para a venda destes produtos. Tentam concentrar-se na frente da Feira, propriamente dita, criando uma Feira alternativa".



Figura 39 - Visão das novas bancas.
Fonte: foto feita pela autora.

Verifico que em todos os estudos anteriores e suas tentativas pontuais de intervenção é destacada a questão da regulação dos ambulantes que se concentram na frente da FSJ: seja propondo removê-los à força ou remanejando-os para outro local. Não foi, contudo, encontrada solução até ao momento. Do mesmo modo, falta regulação para a circulação dos carrinhos de mão.

Muitos clientes já compram os pescados na frente da FSJ porque não querem entrar até ao respetivo setor. Segundo os feirantes, estava estabelecido no PRFSJ de 2008 a forma como seria a distribuição de atividades que acontecem neste lugar, ou seja, quem comercializa pescados deveria utilizar os espaços especificados para este tipo de atividade, deixando a parte externa livre para a circulação de mercadorias, de pessoas e para o estacionamento. Ao final, me parece que a solução é que os ambulantes precisam ser absorvidos pela FSJ, porque ainda são remanescentes de uma crise de desemprego permanente e existem no local há décadas. Uma solução seria deslocar o estacionamento para o canteiro central, logo à frente da FSJ, como já foi no passado, e deixar que os vendedores ambulantes ocupem a frente da Feira.

Em relação às infraestruturas já revitalizadas e criadas, a maioria dos feirantes afirma que o PRFSJ não andou bem, permanecendo, portanto**,** a desconfiança e até o desinteresse, que continua a afetar o bem-estar dos feirantes de forma generalizada. A maioria dos feirantes não quer falar a respeito do processo de requalificação, procurando esquivar-se ao assunto. Inicialmente, não queriam sequer assinar a declaração de consentimento informado para participarem na presente investigação, mesmo quando lhes era garantido o sigilo sobre as suas opiniões e lhes era explicado o objetivo do estudo, frisando a sua distância em relação a fins políticos.

4.2. Aspeto Sociocultural

Em termos gerais, o que se percebe é que, apesar de todas as intenções e até esforços do PRFSJ de 2008, não houve significativo avanço no que diz respeito à conscientização do valor patrimonial da FSJ. À exceção do dono da loja que vende a massa do acarajé, constatei a pouca adesão dos feirantes, apesar de terem sido chamados a participarem nas oficinas e reuniões do PRFSJ de 2008.

Acerca do assunto, o Sr. Raimundo Raizeiro, embora tenha tomado conhecimento das oficinas e ações previstas no PRFSJ, diz não ter participado. Lembra que as reuniões foram realizadas pelos órgãos públicos competentes, a exemplo da SETUR do Estado e da CONDER, que estabeleceram que cada segmento de vendas

tivesse o seu setor para comercialização e que isso era percebido na proposta do Projeto. Porém, do ponto de vista patrimonial, é notório que a maioria dos feirantes não foi sensibilizada e permanece com uma noção muito vaga do que seja o patrimônio ou a sua importância. É, contudo, relevante pontuar que os feirantes, ainda que de modo, por vezes, mais superficial do que o desejável, em suas declarações demonstram alguma consciência do poder simbólico da FSJ e do seu valor patrimonial.

Quanto à sensibilização e dinamização proporcionada pelo projeto do Museu de Rua e pelo espaço da respetiva exposição, verifica-se que a parte cultural se resume a uma pequena galeria do artista Viki Muniz, que, de tempos a tempos, monta uma instalação artística.

Portanto, apesar da FSJ ser frequentemente mencionada no PRFSJ como candidata a registro no Inventário Nacional do Brasil como Patrimônio Cultural Imaterial, o IPHAN quando indagado por mim acerca de que documentos faltavam para instruir e dar seguimento ao respetivo processo de patrimonialização da FSJ, assim se pronunciou:

> Os últimos encaminhamentos realizados no processo que datam de 2022 foram realizados por esta Superintendência e pelo Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN. Assim, o processo neste momento, aguarda a retomada das atividades para sua instrução.
> Atualmente a Superintendência da Bahia está acompanhando, analisando e instruindo cerca de 95 processos de patrimonialização, entre registros, tombamentos e tombamentos de quilombos. Assim, diante da força de trabalho disponível nesta unidade, estamos estudando a melhor estratégia para dar celeridade aos processos, inclusive elencando as prioridades.
> Agradecemos o interesse, reiteramos o interesse institucional de conclusão da instrução do pedido de registro do bem, tendo ciência de sua relevância cultural e sinalizamos que infelizmente nossos recursos humanos são insuficientes para a quantidade de demandas e responsabilidades da instituição frente à sociedade, mas que faremos todo possível para dar andamento ao requerimento e ao processo de forma célere.

4.3. Uma Surpresa no Meio do Caminho

No decurso da finalização desta investigação, surge um tema inesperado**,** a construção iminente de uma nova Ponte entre Salvador e a Ilha de Itaparica, um gigantesco empreendimento em vias de ser implementado, que se debruçará sobre a

Baia de Todos os Santos. É mais uma preocupação a ser agregada às tantas já existentes entre os feirantes. No respetivo Relatório-diagnóstico arqueológico da área, produzido para análise da influência da implantação da Ponte do sistema de travessia Salvador – Ilha de Itaparica, é destacado o impacto na FSJ. O empreendimento, uma ponte que trará modernidade, progresso e aquecerá a economia e o turismo na região de Salvador e Itaparica, não se dará sem fortes impactos sobre a FSJ, dentre outras áreas, segundo o próprio Relatório, que cita por diversas vezes a FSJ como lugar de venda de insumos, a exemplo do dendê, acarajé e da prática da Capoeira.

Um outro Relatório, elaborado pelo IPHAN, assevera que a alteração dos locais desse fluxo impactará na prática da pesca artesanal e mariscagem, afetando as muitas baianas que vendem o acarajé em seus pontos de venda. É sabido e reconhecido que a posse de um Tabuleiro de Acarajé não se configura enquanto mera relação comercial entre o dono desse estabelecimento e o seu ponto de venda. O local de um Tabuleiro de Acarajé carrega uma tradição em que se transmitem relações, que foram construídas durante anos entre as baianas e a sua vasta clientela. Além de mais, os Tabuleiros se configuram como dispositivos de memória entre diferentes gerações de baianas. Por estes motivos, não é fácil realizar uma transferência de local de venda, ou não é possível essa transferência, na medida em que os Tabuleiros se inserem enquanto verdadeiros territórios das suas detentoras, com regras, leis de transmissão e importâncias específicas. Alterar essas relações pode impactar de forma irreversível em alguns pontos de venda, assim como nas famílias das baianas que tradicionalmente ocupam tais locais e que, há gerações, sustentam suas famílias.

Além do impacto direto nos Tabuleiros de Acarajé que se encontram nas áreas diretamente afetadas pelo empreendimento da Ponte, haverá impacto em todas as baianas do Estado da Bahia de forma indireta, através da Feira de São Joaquim; a alteração de preços dos insumos e do acesso à Feira ir-se-ão repercutir em todos os Tabuleiros de Acarajé do Estado, ainda que em especial naqueles próximos à Baia de Todos os Santos.

Outro ponto levantado no Relatório-diagnóstico da Ponte é sobre a relação da Capoeira com o extrativismo e o artesanato, no que diz respeito à produção dos

instrumentos musicais utilizados na prática. Tanto as matérias-primas como os instrumentos podem ser extraídas/confeccionados pelos próprios grupos ou adquiridos de outros capoeiristas, mas também podem ser então comprados na Feira de São Joaquim. Este posicionamento do Relatório reitera o espaço central da FSJ nas dinâmicas de produção e reprodução cultural dos bens registrados como Património Cultural Imaterial da Bahia. E a produção do azeite de dendê também terá a sua produção reduzida.

Apesar dos Relatórios referidos reconhecerem que impactos negativos ocorrerão na FSJ e em algumas práticas culturais importantes, deve ser notado que as consultas prévias realizadas não foram adequadas, porque os mecanismos utilizados não foram capazes de assegurar um contacto efetivo com os envolvidos, o que compromete a analise por falha na garantia de participação. A diminuição do fluxo anterior entre Salvador e Itaparica, pela implantação de praças de pedágio, também terá impactos negativos no deslocamento daqueles que realizam o trajeto entre Salvador e Itaparica, nomeadamente para virem à FSJ. Esses fluxos e deslocamentos sustentam relações de parentesco ritual, filiação religiosa, troca de dádivas e acesso a insumos fundamentais, com destaque para a Feira de São Joaquim. Qualquer descontinuidade nesses trajetos e acessos – seja por mudanças no sistema viário, restrições de acesso, alterações no transporte aquaviário ou aumento de custos e riscos – compromete a própria lógica de funcionamento das redes que sustentam o património cultural imaterial da região. Os impactos diretos sobre a FSJ irão ser transmitidos aos demais bens patrimoniais, na medida em que ela é um importante centro de mercadorias que são necessárias, ou imprescindíveis, para diversos Terreiros de Candomblé classificados e para a aquisição de insumos, por exemplo, para a prática do Samba de Roda. Há ainda que se atentar no fato de haver dois saveiros classificados pelo IPHAN, estando o *Sombra da Lua* ainda atuante no transporte de cerâmicas provenientes de Maragogipe.

Dona Sueli opina sobre a futura Ponte que será contruída entre Salvador e Itaparica e que, dizem, afetará a FSJ. Na sua opinião, não é de ficar muito preocupada com essa obra, já que será feita só daqui a 20 anos, mas não deixa de mencionar que vê como uma incoerência gastar dinheiro com a requalificação da Feira e depois aparecer

uma Ponte que cruza o caminho da FSJ. Afirma que, pela certa, vão ter de fazer mais obras na FSJ, porque com certeza as obras da Ponte vão destruir o que já foi feito na requalificação.

Considerações Finais

A presente dissertação começa por proceder à contextualização da evolução, características e adaptações do mercado de Salvador e seu Recôncavo no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, um mercado originalmente fundado num crescimento de exploração e esgotamento. Nesse contexto, após crises econômicas, ambientais e rebeliões sociais, a cidade de Salvador desemboca no século XX com um desenvolvimento frágil, apesar de beneficiar de mudanças econômicas, a exemplo do Polo Industrial e Petroquímico de Camaçari, que abarca muitas multinacionais.

Para entender a importância da FSJ e de como esta, em 100 anos, passou de um estorvo social a potencial candidata a Património Cultural Imaterial, fez-se necessário entender o alargamento da noção de patrimônio a partir do conceito antropológico de cultura. Por comparação com os anteriores e sucessivos projetos de intervenção no espaço da FSJ, ficou demonstrado que o PRFSJ de 2008 apresentava a inovação de se mostrar interessado na escuta dos feirantes e na tentativa de destacar o património cultural envolvido nas atividades da Feira.

Além do imenso espaço da FSJ ser um importante espaço socioeconómico, é igualmente espaço de memória coletiva, caracterizando o que Maurice Halbwachs (citado por Filomena Silvano, 2017, pp. 20-21) chama de espaço moldado. A organização desse espaço – ou a sua desorganização, para outros – é a garantia de uma identidade cultural particular. Quando as pessoas que lhe dão vida e a frequentam afirmam que a Feira detém um formato original, deve ser entendido que o feirante e o cliente querem dizer que não se pode nem se deve alterá-la muito. Se a requalificação destruir a lógica da organização dada por aqueles que originariamente lá se estabeleceram, há uma desagregação, uma perda de laços e do sentido que os une. Será, portanto, central reservar-lhe os instrumentos capazes para conseguir assegurar a sua manutenção, como por exemplo, autonomia e orçamento próprio, porque a dimensão econômica também lhe traz dignidade.

Como referido ao longo da dissertação, a participação social nas decisões relativas à política patrimonial, no Brasil, é relativamente pequena. É, contudo, muito necessária, pois a ampliação dessa comunicação e correspondente sentido de comunidade permitiria aproveitar muito melhor as oportunidades de intervenção patrimonial. No caso em análise será fundamental que os feirantes sejam os atores e os agentes da sua própria história. Assim, surge como bastante evidente que a educação patrimonial deve ser contemplada nos projetos de requalificação, favorecendo a consciência e sensibilização de todos os envolvidos. A simples preservação do conjunto histórico-cultural na forma do seu levantamento cartográfico não é suficiente para a sobrevivência da FSJ.

Se assim não acontecer, haverá a absorção da FSJ pela indústria do património a que se refere E. Peralta e M. Anico (2006). Esse processo já está ocorrendo em outros espaços e festas, como aconteceu com o Carnaval e o seu aproveitamento pela indústria turística, perdendo-se a essência da folia, tão autenticamente construída pelas comunidades ao longo dos anos.

O *património,* quando estruturado articulando entidades de apoio e poder público juntamente com os cidadãos envolvidos, pode ser motor de desenvolvimento para pequenas economias locais, não só direcionadas ao turismo cultural provindo de outros lugares, como também às festividades e crenças locais. Deve ser evidente que o investimento público não pode visar somente a exploração mercadológica do património, mas também o aumento da autoestima e do bem-estar das populações envolvidas nas respetivas atividades. Nesse contexto, as vantagens de um olhar atento e cuidadoso às manifestações do Património Cultural Imaterial são muitas- Para além dos potenciais benefícios económico-financeiros, que importa tenham efeitos positivos para os detentores do bem, contribuirá igualmente para o aumento de autoestima e do orgulho das comunidades locais, para a dignificação e sentido de pertença e de implicação nos próprios processos de preservação patrimonial e, em consequência, em atitudes positivas de conscientização no exercício da cidadania, a exemplo dos efeitos da visita à FSJ por mais escolas públicas e privadas. Além disso, o espaço da Feira precisa de ser gerido e organizado, não por uma vontade institucional demasiadamente

distante, mas em consonância com as necessidades de sobrevivência das pessoas que dela vivem e consomem.

Por ora, não se pode saber se a patrimonialização da FSJ será efetiva e como isso afetará os feirantes. Da parte deles, há, contudo, o temor de que isso mude as suas vidas para pior, na medida em que as suas práticas e saber-fazer passem a ser objeto de intervenção da parte dos governos, que possam atuar a desfavor da Feira. Esse temor cresceu sobretudo com os atuais desenvolvimentos relacionados com a construção da Ponte Salvador – Itaparica.

A cogitação da concretização de um Museu de Rua e respetiva exposição focados na FSJ, tem por trás o reconhecimento de que as feiras têm potencial para fortalecer laços sociais, ressignificar memórias, refletir identidades, valores e tradições. O PRFSJ de 2008, apesar de não ter logrado êxito completo no que diz respeito à tentativa de envolvimento dos feirantes no processo de construção do plano de requalificação, pelo menos disseminou alguma semente nessa direção com a realização das oficinas, deixando gravado nas memórias da Feira e dos feirantes que nelas participaram ou delas tiveram notícia a ideia do valor cultural e patrimonial da FSJ. Isso, apesar de, em razão da demora da execução do PRFSJ 2008, o aspeto urbano com as improvisações e alterações impactar na rotina dos feirantes.

O extraordinário é que, seja como for, a despeito da atenção cíclica das autoridades, seja com o seu esquecimento ou com o foco na intervenção, ainda assim a FSJ tem cumprido o seu papel, satisfazendo a sua larga e diversificada clientela com preços razoáveis e sem perder a tradição.

Referências Bibliográficas

Abreu, R. & Chagas, M. (2009*). Memória e patrimônio: Ensaios contemporâneos.* 2ª. edição. Rio de Janeiro. Ed. Lamparina.

Alawadi, K. (2017). *Place attachment as a motivation for community preservation: The demise of an old, bustling, Dubai Community*. Urban Studies, v. 54, p. 2973-2997.

Alban, N. (2011). Requalificar a Feira de São Joaquim: espaço político da cidade informal. Salvador. *In:* Gomes, Marco Aurélio Filgueiras e Correia, Eliane Lins. *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA. p. 231-252.

Barreto, J. K. de S. (2022). *Entre a "Feira Velha" e a "Feira Nova": um estudo sobre a intervenção na feira de São Joaquim de Salvador (2012 a 2016).* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais – PROET. Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Canclini, N. G. (1983). *O Património cultural e a construção imaginária nacional. In* Revista do Património Histórico e Artístico Nacional, nº 23, Rio de Janeiro, p. 95.

Cardoso, S. R. (2013). *Significados de Saúde para os feirantes de São Joaquim: um olhar sobre o projeto de requalificação*. Dissertação de Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho. Faculdade de Medicina da Bahia. Universidade Federal da Bahia-Salvador-Bahia. Disponível em.: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31726

Choay, F. (2014). *Alegoria do patrimônio***.** Lisboa. Edições 70, LDA.

Cascudo, L. da C. (1967). *História da Alimentação no Brasil*. 1º. v. São Paulo. Companhia Editora Nacional.

CONDER. *Feira de São Joaquim será requalificada sem fechar*. Notícias, 2012. Disponível em: http://www.conder.ba.gov.br/. Acesso em: 30 ago. 2024.

Cosme e Damião. *In*: *WIKIPÉDIA*: a enciclopédia livre. [Flórida, Fundação Wikimedia], 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cosme_e_Dami%C3%A3o&oldid=67566808. Acesso em: 2 mar. 2024.

Costa, A. de L. R. (1989). *Ekabó!: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia.

Crippa, G.; Souza, W. (2011). *O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. In Em Questão*, Porto Alegre. V.17, n.2, pp. 241-255, jul/dez. 2011.

Duarte, A. (2012). *Museu e desenvolvimento local: O Museu como instrumento de internacionalização da cultura local*. *In* Asensio, Ibanez, Caldera, Asenjo & Castro (Eds.). *Séries Iberoamericanas de Museologia*. Vol. 3.

Duarte, A. (2011). *O patrimônio enquanto ferramenta de desenvolvimento. O caso de dois municípios portugueses*. Revista Memória em Rede. Pelotas, v. 3, n.9 jul./Dez.2013.

Duarte, A. (2010***). O desafio de não ficarmos pela preservação do patrimônio cultural imaterial. In*** Atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Vol. 1, pp. 41-61.

Durães, B. (2006). *Trabalhadores de rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX, para os encantos e desencantos do Século XXI.* Dissertação de Mestrado. UFBA, Salvador-Bahia.

Fabricação de farinha de mandioca. *In: WIKIPÉDIA*: a enciclopédia livre. [Flórida: Wikimedia Foundation], 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Fabrica%C3%A7%C3%A3o_de_farinha_de_mandioca&oldid=67891573. Acesso em: 4 mai. 2024.

Ferreira, M. & Fernandes, T. (2000). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz; Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.

Fraga Filho, W. (2004). *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910. 2004*. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1597005. Acesso em: 5 out. 2024.

Fraga Filho, W. (1996). *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX***.** HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996. *Afro-Ásia***,** Salvador, n. 18, 1996. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20912. Acesso em: 5 out. 2024.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. Revista dos Tribunais.

Hall, S. (2006). Identidade cultural e diáspora. *In Comunicação e Cultura* nº. 1, 2006, p. 21-35.

Holthe, J. M. O. V. (2013). *Quintais urbanos de Salvador - Realidades, usos e vivências no século XIX.* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12504. Acesso em: 14 abr. 2024.

IPHAN (2006). *Dossiê Feira de Caruaru: Inventário Nacional de Referência Cultural*. Redação de Bartolomeu Figueirôa de Medeiros (Frei Tito). Recife, 20 set. 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_feira_de_caruaru.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

IPHAN (2004). *Dossiê Feira de São Joaquim.* Processo nº 01502.000028/2004-91. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/890. Acesso em: 15 ago. 2024.

IPHAN (2000). *Inventário Nacional de referências culturais*. Manual de Aplicação. Brasília: DID, 2000.

IPHAN (2026). *Análise do relatório de valiação do impacto ao patrimônio imaterial do empreendimento sistema rodoviário ponte-Salvador–Ilha de Itaparica***.**. Processo no. 01502.000264.2014-89. Parecer Técnico no. 22/2026/COTEC IPHAN/BA.

Jones, S. (2010). *Negotiating Authentic Objects and Authentic Selves: Beyond the Desconstruction of Authenticity*. *In* http://mcu.sagepub.com/conteent/15/2/181

Leal, J. (2013). *Agitar antes de usar: a antropologia e o património cultural imaterial*. Revista Memória em Rede, v.3, n.9. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/ar ticle/view/9452

Lima, A. A. (1979*). Diagnóstico sobre a Feira de São Joaquim: Subsídios para o plano de intervenção*. Órgão Central de Planejamento. Salvador-Bahia.

Lima, V. & Paim, E. (2008). *Construindo cidadania: o ProjetorRequalificação da Feira de São Joaquim*. Horizontes (EDUSF), v. 35, p. 71-80.

Lima, V. A. (2017) *A educação museal no pensamento museológico contemporâneo: musealidade da educação e delineamentos para uma proposta política educacional a partir do uso social da memória.* Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188265. Acesso em 04 out. 2024.

Lobo, A.; Moura, J.; Mello, M. A. (1992). *Um mercado persa afro-brasileiro.* Revista VERACIDADE: Revista do Centro de Planejamento Municipal, nº 4, Salvador, p. 25-28

MAPCARTA - *Centro Histórico de Salvador*. Disponível em: https://mapcarta.com/26954556/Map. Acesso em: 12 de maio 2022.

Mattoso, K. M. Q. (1992). *Bahia século XIX: uma província no Império***.** Nova Fronteira.

Mattoso, K. M. Q. (1976). *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.* Salvador. Ed. HUCITEC.

Moreira, V. D. (2005). *Laudo antropológico da Feira de São Joaquim – Salvador – Bahia.* Brasília – DF, República Federativa do Brasil, Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Oliveira, L. P. J. (2005). *A condição provisória-permanente dos trabalhadores: o caso dos trabalhadores de rua de Salvador*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador-Bahia. Disponível em: http://www.flexibilizacao.ufba.br/dissertacaoluizpaulo.pdf. Acesso em: 4 out. 2024.

Oliveira, O. J. R. (2017). *O Mercado das folhas na pedra: produção e circulação de plantas rituais/medicinais na Feira de São Joaquim, Salvador-Bahia.* Tese de Doutorado.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia. Salvador-Bahia. Disponível em: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23989. Acesso em: 01 out. 2024.

Pacheco, C. (2020). *Feira com história: comércio em São Joaquim começou com pescadores no século 19*. Disponível em https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/feira-com-historia-comercio-em-sao-joaquim-comecou-com-pescadores-no-seculo-19/. Acesso em 14 de jun. 2021.

Paim, A. M. R. da S. (2005). *Do sete a São Joaquim: o cotidiano de "mulheres de saia" e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973).* Dissertação de mestrado em História Social - Programa de Pós-Graduação em História– Universidade Federal da Bahia. Salvador-Bahia. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/8_do_sete_a_sao_joaquim_o_cotidiano_de_mulheres_de_saia_e_homens_feirantes_em_feiras_soteropolitanas_1964-1973.pdf. Acesso em: 02 de out. 2024.

Peralta, E. & Anico, M. (orgs). (2006). *Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas.* Oeiras: Celta Editora.

Pereira, E. M. R. (2015). *Riscos relacionados ao trabalho em feira livre: uma abordagem sobre a percepção de feirantes***.** Dissertação de Mestrado – Faculdade de Medicina da Bahia - Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, Universidade Federal da Bahia. Salvado-Bahia. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31627. Acesso em: 21 set. 2024.

Pollak, M. (1992). *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro. Estudos Históricos Revista Contracampo.

Querino, F & Mattedi, M. R. M. (2006). *A Feira de São Joaquim*. Disponível em: http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/20/15. Acesso em: 28 jan. 2021.

Ribeiro, O. J. (2017). *O Mercado das folhas na pedra: produção e circulação de plantas rituais/medicinais na Feira de São Joaquim, Salvador-Bahia.* Dissertação de Doutorado. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador-Bahia. Disponível em: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23989.

Roque, Maria I., Ferreira, C. R., & Freitas, E. V. (2019). *Questões de Arte Sacra Funchal*. *Masfjournal* 2019 nº 2.

Rosado, R. de C. S de C. (1983*). O porto de Salvador: modernização em projeto: 1854/1891.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador- Bahia.

Rusty, M. (2019). *Passeio pela Feira de São Joaquim*. You Tube, 07 de janeiro de 2019. 13min24s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YU4YPT9q00o. Acesso em: 06 de out. 2024.

Sampaio, F. E. S. (2020) *A Feira da madrugada na evolução histórica e comercial do centro de Fortaleza (Ceará).* Dissertação de Mestrado em História e Patrimônio - Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Santos, E. dos (2017). *A Feira da Pedra e sua dinâmica urbana e regional.* EDUFRN. Rio Grande do Norte.

Santos, F. G. dos. (2013*). Economia e cultura do candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937.* Ilhéus. Universidade Federal de Santa Cruz. Editora da UESC. Santa Catarina. Disponível em http://books.scielo.org

Santos, G. (2024). *Requalificação da Feira de São Joaquim vai durar cerca de dois anos*. *Correio24horas*. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/requalificacao-da-feira-de-sao-joaquim-vai-durar-20-meses-424#:~:text=A%20Feira%20de%20S%C3%A3o%20Joaquim,investimento%20de%20R%24%2042%20milh%C3%B5es. Acesso em: 10 jul. 2024.

Santos, M. (2008). *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia Urbana.* Salvador-Bahia. EDUFBA.

SESC TV. (2016). *Arquiteturas: Feira de São Joaquim*. You Tube, 14 de março de 2016. 26min18s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fEp6p5zRKm0. Acesso em 15 ago. 2024.

Silva, L. J. D. (2016). *Pedra, redes e malha na circulação do pescado do Ver-o-Peso ao meio urbano de Belém do Pará.* Tese de doutorado em Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém do Pará. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8883 Acesso em: 23 set. 2024.

Silva, J. A. (2012). *A Feira de São Joaquim 1º parte***.** You Tube, 06 de novembro de 2012. 19min02s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HxPZ31MG0AY&t=905s. Acesso em 24 set. 2024.

Silvano, F. (2017). *Antropologia do espaço***.** Lisboa: Documenta.

Smith, L. (2006). *Uses of Heritage.* Routledge. New York.

Souza, M. N. C. (2015). Pensando em ordem/caos na feira-livre: notas sobre o higiênico, o "limpo/sujo" e o improviso. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 21, set./out. 2015, p. 98-106. Disponível em http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo

Souza, M. N. C. (2010). *A teia da feira: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia***.** Dissertação de Mestrado em Sociologia – Faculdade de ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11114. Acesso em: 02 de out. 2024.

SSP (1980). *Estudos e diretrizes para intervenção na Feira de São Joaquim.* Salvador-Bahia.

SEDHAM (2005). *Complexo turístico de São Joaquim***.** Salvador-Bahia.

Tamaso, I. (org). (2012). *Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade***.** Polifonia do Patrimônio. Londrina: Eduel, p. 21-41.

Vasconcelos, P. A. (2016). *Salvador: Transformações e permanências (1549-1999).* Salvador: Edufba. p. 21-41.

Zanirato, S. H. (2006). *Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do patrimônio cultural na cidade histórica*. UNESP/ FCLAs/CEDAP, v.2, n.2.p.78-97.

Zambuzzi, M. (2010). *O espaço material e imaterial do candomblé na Bahia: o que e como proteger?* Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia. Disponível em: http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12075

Veloso, M. & Alban, N. (2020). Entrevista à arquiteta Naia Alban. Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente, v. 5, n. 3, p. 207–221. DOI: 10.21680/2448-296X.2020v5n3ID22697. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/22697. Acesso em: 6 out. 2024.

APÊNDICE 1 – TERMOS DE CONSENTIMENTOS

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto intitulado – *A Feira de São Joaquim : contexto histórico e o Projeto de Requalificação de 2008*, desenvolvida por Patricia Correia de Jesus, aluna do curso de Mestrado e Patrimônio da Universidade da Faculdade de Letras em Porto-Portugal, cuja orientadora é a Professora Alice Duarte. Aceitei participar por minha livre vontade e fui informado (a) dos objetivos acadêmicos do estudo. Assim libero a utilização do depoimento, fotos, filmagens e gravações para fins de estudos (dissertação, artigos e slides), em favor do pesquisador acima especificado.

Salvador/BA, 10/03/ 2026

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto intitulado – *A Feira de São Joaquim : contexto histórico e o Projeto de Requalificação de 2008*, desenvolvida por Patricia Correia de Jesus, aluna do curso de Mestrado e Patrimônio da Universidade da Faculdade de Letras em Porto-Portugal, cuja orientadora é a Professora Alice Duarte. Aceitei participar por minha livre vontade e fui informado (a) dos objetivos acadêmicos do estudo. Assim libero a utilização do depoimento, fotos, filmagens e gravações para fins de estudos (dissertação, artigos e slides), em favor do pesquisador acima especificado.

Salvador/BA, 01 /06/ 2025

Assinatura do (a) participante: SALVADOR DOS SANTOS



Assinatura do(a) pesquisador: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto intitulado – *A Feira de São Joaquim : contexto histórico e o Projeto de Requalificação de 2008*, desenvolvida por Patricia Correia de Jesus, aluna do curso de Mestrado e Patrimônio da Universidade da Faculdade de Letras em Porto-Portugal, cuja orientadora é a Professora Alice Duarte. Aceitei participar por minha livre vontade e fui informado (a) dos objetivos acadêmicos do estudo. Assim libero a utilização do depoimento, fotos, filmagens e gravações para fins de estudos (dissertação, artigos e slides), em favor do pesquisador acima especificado.

Salvador/BA, 9 / 4 / 2026

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto intitulado – *A Feira de São Joaquim : contexto histórico e o Projeto de Requalificação de 2008*, desenvolvida por Patricia Correia de Jesus, aluna do curso de Mestrado e Patrimônio da Universidade da Faculdade de Letras em Porto-Portugal, cuja orientadora é a Professora Alice Duarte. Aceitei participar por minha livre vontade e fui informado (a) dos objetivos acadêmicos do estudo. Assim libero a utilização do depoimento, fotos, filmagens e gravações para fins de estudos (dissertação, artigos e slides), em favor do pesquisador acima especificado.

Salvador/BA, 13 / 12 / 2025

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador: _____

ANEXO 1
NOTA TÉCNICA 2019 – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA FEIRA DE SÃO JOAQUIM

AÇÃO / OBJETO: OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA FEIRA DE SÃO JOAQUIM.	MUNICÍPIO: Salvador
RESPONSABILIDADE DE ELABORAÇÃO: SUQUALI / DIURB / CONDER	DATA DA INFORMAÇÃO: 16/01/2019

I. INFORMAÇÕES TÉCNICAS:

❖ INTRODUÇÃO

- **Breve Histórico:**

A Feira de São Joaquim é um grande centro de abastecimento da cidade de Salvador, ocupando uma área aproximada de 44.800 m², entre a Baía de Todos-os-Santos e a Avenida Oscar Pontes, no bairro do Comércio. A enseada formada pela baía permite que os produtos vindos do Recôncavo, e comercializados na feira, aqui cheguem sem a interferência de atravessadores, o que proporciona preços mais acessíveis.

A ocupação da área aconteceu em 25 de agosto de 1964, após incêndio de grandes proporções ocorrido no seu antigo local, na então Feira de Água de Meninos, embora a sua regulamentação tenha se dado em 12 de outubro do mesmo ano, em acordo assinado entre a Prefeitura de Salvador, a Capitania dos Portos, a Companhia das Docas da Bahia (CODEBA) e o Sindicato dos Feirantes.

Em 13 de julho de 2006, a SPU efetivou a incorporação ao Patrimônio da União de toda a área da Feira de São Joaquim. Nos idos do ano de 2007, a Vigilância Sanitária do Município de Salvador denunciou ao Ministério Publico Estadual sobre as péssimas condições de higiene na comercialização, principalmente de carnes, vísceras, peixes e animais vivos na referida feira.

O Ministério Público, cumprindo dever de ofício, moveu Ação Civil Pública, instigando o fechamento da feira, pelos reais fatos constatados, que

colocavam em risco a saúde da população. Naquele momento, com o problema criado, perspectivas de grandes danos ao comércio local, perda de negócios pelos feirantes e de valores históricos que envolviam o sítio, sensibilizado, o Governo do Estado da Bahia resolveu assumir o problema e partir para a requalificação da feira, mediante a execução das obras necessárias.

- **Características:**

A estrutura física da Requalificação da Feira é definida por estabelecimentos comerciais, como boxes, bancas, gigos, pallets e pedras, além de comércio de pescados e produtos artesanais tradicionais da cultura do povo baiano. Ainda se destacam as presenças de atacadistas, varejistas, grossistas, depósitos e serviços.

Os boxes são construídos em alvenaria, dotados de portas metálicas, onde se comercializam produtos diversos. As bancas são equipamentos metálicos móveis para venda de artigos de naturezas variadas. As pedras são lajes em concreto revestidas em material cerâmico para exposição e comercialização de frutas.

Os pallets são estruturas de madeira, onde se expõem sacos de verduras e legumes para comercialização e repasse a menores comerciantes, enquanto os Gigos são gaiolas metálicas para comercialização de aves (galinhas, pombos e outras aves).

Os feirantes são peças chaves em todo processo do Projeto, de caráter participativo, buscando assim as suas contribuições na preservação das estruturas criadas mediante o comprometimento e a conscientização, concorrendo para a manutenção dos resultados.

Outro ponto a ser ressaltado, é o impacto no turismo local que a requalificação da Feira trará, pois o manancial é grande e interessante, indo

❖ **DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO MIOLO DA FEIRA**

- **Já executado:**

  As obras de requalificação da 1ª Fase do Miolo da Feira de São Joaquim contemplaram a construção de 180 boxes de atividades diversas, 37 boxes no galpão de peixes e 19 de animais vivos, área para restaurantes, bancas para vendas de produtos diversos, sanitários, urbanização, áreas de circulações cobertas, paisagismo, também contemplou instalações elétricas e hidrossanitárias com medidores individuais, instalação de gás encanado nos bares e restaurantes, abastecido individualmente pela Bahiagás, infraestrutura de esgoto e drenagem, assim como a execução de rede de proteção contra incêndio e pânico, com implantação de hidrantes, extintores, sinalizações e rotas de fuga, faltando apenas solicitação de ligação de energia à COELBA no quadro medidor para funcionamento das bombas, tratativas entre SETUR e Sindicato dos Feirantes para dar plena funcionalidade a fase requalificada.

  Sob responsabilidade e fiscalização da SETUR também encontra-se a execução de 38 boxes no anexo do Pátio de Carga e Descarga, para atender feirantes que foram remanejados para a área provisória e não foram contemplados na fase requalificada, pois estão previstos para serem contemplados na próxima etapa de obras.

- **A executar:**

  As obras de continuidade da requalificação do Miolo da Feira de São Joaquim denominadas 2ª etapa, correspondente a aproximadamente 22,50% total da área do miolo da Feira, hoje em fase de revisão de projetos para adaptação dos boxes para módulos padronizados, deixando de existir customização e personalização individual de cada unidade comercial, como ocorrido anteriormente.

Essa nova etapa de obras, contemplará a construção de 238 boxes de atividades diversas modulados, onde cada boxe recebe a quantidade de módulos próximos à área cadastrada, execução de galpão composto de 45 bares e restaurantes no pavimento superior e no pavimento térreo 137 boxes específicos para o comércio de carnes, permitindo que possamos resolver um dos principais problemas da feira, e um dos agentes determinantes da sua insalubridade. Com a construção deste equipamento todo o comércio de carnes frescas e vísceras passarão a ser setorizado e munido de condições ideais e tecnicamente satisfatórias ao seu funcionamento, como refrigeração, limpeza, armazenagem conveniente, entreposto de venda, dentre outros benefícios.

As bancas serão equipamentos que substituem as que hoje são usadas pelos Feirantes, as quais se encontram sem qualquer condição de higiene e se justifica pela continuidade da requalificação dentro de seu planejamento original. Estão prevista também rotas de fuga para situações de pânico e incêndio, acessibilidade ao "miolo" da feira, com instalação de equipamentos de socorro, harmonização da parte frontal da feira com o sítio histórico do entorno, além de requalificação de um grande grupo de bombonieres que atendem ao comércio varejista de baixa renda, assim como a requalificação de boxes específicos destinados ao comércio de especiarias da culinária baiana de origem africana e religiosa, como o nosso tradicional acarajé e seus componentes (azeite de dendê, camarão seco, massas, farinhas etc.).

A 2ª etapa contempla também a construção das Poitas (estacas cravadas no mar para amarração das embarcações cadastradas no Projeto de Requalificação, de uso para pesca artesanal), tratam-se de compromisso já assumido pelo Estado, no passado, junto a Associação de Pescadores locais. Essa obra se faz necessária também em razão da despoluição e

requalificação da Enseada, cuja recuperação ambiental é patente já com o povoamento de peixes no local.

A área de remanejamento para que os feirantes sejam deslocados, a fim de liberarem os locais onde as obras serão executadas (Pulmões), serão necessários para a continuidade da requalificação sem que haja perda de receita pelos futuros beneficiários, ou seja, os feirantes. Com isso está sendo contemplado na contratação de revisão dos projetos, os projetos arquitetônicos e complementares para adequação da área provisória.

Após conclusão da 2º etapa duas fases do Miolo da Feira, correspondente a aproximadamente 56,95% total da área do miolo da Feira estarão requalificadas, ainda por definições as outras etapas/fases.

❖ **VALORES JÁ APORTADOS:**

- **1ª ETAPA:**
- Área Provisória GAM.....R$ 1.894.386,29
- Balcões refrigerados para o GAM.....R$ 239.999,76
- Pátio de Carga e Descarga.....R$ 1.558.429,08
- Gerenciamento/Fiscalização e Mobilização Social.....R$ 7.725.499,74
- Enseada de São Joaquim.....R$ 6.855.392,46
- Projetos Arquitetônico e Complementares.....R$ 1.172.596,56
- Miolo - 1ª Fase de Obras- Contrato 1.....R$ 5.302.245,07

Sendo:

Contra Partida do Governo do Estado (CEF)	R$ 2.461.028,71
Recurso MTUR (CEF)	R$1.703.003,02
Recurso do Estado	R$ 1.138.213,34

- Miolo - 1ª Fase de Obras- Contrato 2.....R$ 597.372,84
- Miolo - 1ª Fase de Obras- Contrato 3.....R$ 5.602.431,19
- Miolo - 1ª Fase de Obras- Contrato 3 Aditivo.....R$ 1.371.543,75

ANEXO 2 NOTA TÉCNICA ESPECÍFICA REQUALIFICAÇÃO

Ação / Objeto: Requalificação da Feira de São Joaquim – 2° Etapa	**Município:** Salvador	
Responsável pela elaboração NT: CONDER/DIURB/SUQUALI	**Unidade:** DIURB	**Data da Informação:** 02/04/2024

Contrato nº 005/2024
Contratada: PJ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

1. Descrição da Ação:
Requalificação da Feira de São Joaquim, contemplando em seu escopo 407 boxes e 169 unidades móveis (bancas e pallets), no Município de Salvador – BA. – 2ª Etapa

2. Ação Proposta:
Obra a iniciar, com previsão para Ordem de Serviço no dia 09/04/2024.

3. Dados da 1ª Etapa da Requalificação:

- **Escopo:** 345 boxes e 216 unidades móveis (bancas, pallets, pedras e gigos);
- **Área aproximada:** 23.759,56 m²;
- **Valor:** R$39.795.033,94 (trinta e nove milhões setecentos e noventa e cinco mil trinta e três reais e noventa e quatro centavos).

Histórico Resumido – 1ª Etapa:

- Janeiro/2012 – Conclusão da Área Provisória no GAM;
- 23/01/2012 – Conclusão do Pátio de Carga e Descarga;
- Abril/2013 – Conclusão da Enseada de São Joaquim;
- Setembro/2013 – Aprovação do Projeto pelo Corpo de Bombeiros;
- Maio/2014 – Conclusão da 1ª Etapa - Contrato 01;
- Julho/2014 – Conclusão da 1ª Etapa - Contrato 02;
- Maio/2015 – Conclusão da 1ª Etapa - Contrato 03;
- Fevereiro/2016 – Conclusão da 1ª Etapa - Contrato 04;
- Novembro/2018 – Conclusão da 1ª Etapa - Contrato 05 (Serviços Complementares).

Histórico Resumido da 2ª Etapa da Requalificação:

- 23/06/2020 – Viabilidade da Bahia Gás;
- 06/01/2021 – Publicação da Licitação Presencial nº 001/2021 no DOE;
- 27/03/2021 – Homologação, Adjudicação e Convocação para assinatura do Contrato Licitação Presencial nº 001/21 - CONDER;
- 14/05/2021 – Emissão da Licença Ambiental (PMS);
- 18/05/2021 – Assinatura do Contrato nº 029/2021;
- 13/10/2021 – Conclusão da nova Área Provisória no GAM;
- 16/06/2022 – Publicação do Termo de Rescisão do Contrato nº 029/2021;
- 01/07/2022 – Autorização de Intervenção (IPHAN);
- 04/08/2022 – Emissão do Alvará Sanitário (VISA/PMS) – Atualmente vencido após o prazo de um ano. Renovação encontra-se em trâmite;
- 17/08/2022 – Criação de Novo Processo Licitatório da FSJ;
- 19/09/2022 – Envio do Novo Processo Licitatório à SETUR;
- 15/09/2022 – Emissão do Alvará de Reforma (SEDUR/PMS);
- 21/10/2022 – Licença de Instalação e Licença de Operação (IPHAN).
- 12/01/2024 - Contrato n° 005/24, assinado com a PJ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.

4. Registro Fotográfico Atualizado (Mapeamento das etapas de projeto)



ANEXO 3 - NOTA TÉCNICA 481/2025

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional Superintendência do
IPHAN no Estado da Bahia Coordenação
Técnica do IPHAN-BA

Nota Técnica nº 481/2025/COTEC IPHAN-BA/IPHAN-BA
ASSUNTO: Solicitação de informações acerca do processo de Patrimonialização da Feira de São Joaquim, Salvador/BA.
REFERÊNCIA: Proc. 01450.009468/2024-18

Salvador, 23 de setembro de 2025.

I. Introdução

Em atenção ao Ofício S/N (5768549) acima referido, por meio do qual a Sra. Patricia Correia de Jesus solicita informações acerca do processo de patrimonialização da Feira de São Joaquim e se coloca à disposição para colaborar com a instrução processual do referido reconhecimento, apresento, a seguir, os principais encaminhamentos já realizados e a situação atual do processo.

II. Breve histórico do processo

O pedido de patrimonialização da Feira de São Joaquim (FSJ) foi protocolado em 21 de janeiro de 2004 pelo Sindicato dos Vendedores Ambulantes e dos Feirantes da Cidade de Salvador, à época presidido pelo Sr. João Prazeres Santana. Inicialmente requerido como tombamento material, o pleito foi posteriormente modificado para análise enquanto bem imaterial, a partir de manifestações favoráveis de diferentes entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições acadêmicas e análise do próprio Iphan, tais como o Núcleo Cultural Níger Okan; a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO); a Associação Profissional Recreativa Cultural e Beneficente dos Feirantes e Ambulantes do Salvador; a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), a Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU); a Universidade Federal da Bahia (UFBA); dentre outras.

Em 2006, foi incorporado ao processo o laudo antropológico elaborado pelo Professor Vicente Deocleciano Moreira, que fundamentou a pertinência do registro. Naquele mesmo ano, o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) acolheu a proposta (Memorando 0584/06/GAB/DPI, fls. 303-305) e a encaminhou à Câmara
Setorial do Patrimônio Imaterial, que, em sua 8a Reunião, ocorrida entre os dias 14 e 15 de março de 2007, ratificou a pertinência do registro, autorizando a abertura da fase de instrução técnica.

Para essa etapa, buscou-se parceria entre o Iphan e a Fundação Cultural Palmares, com previsão de contratação de serviços técnicos especializados. No entanto, a execução dessas ações não chegou a se concretizar, o que resultou na paralisação da instrução processual desde aquela época, no que fica depreendido a partir da última tratativa entre o DPI e a FCP sobre esse assunto, segundo o Ofício nº 237/09-GAB/DPI/IPHAN, de 17/12/2009, que a então diretora do DPI, Sra. Márcia Sant'Ana, mencionou a possibilidade de que o presidente da FCP apoiasse o repasse dos recursos para a Superintendência do Iphan na Bahia realizar a contratação dos serviços técnicos especializados (fls. 352-353, volume 2 parte 4, 1474297).

III. Situação Atual

O processo, originado em 2004, reflete um contexto de ampla mobilização social e institucional, mas, em decorrência do tempo de instrução processual, foi perdendo a articulação com os proponentes ou com novas parcerias para viabilizar a instrução técnica. Também não houve desdobramentos quanto à proposição de análise conjunta dos instrumentos de tombamento e registro. Ainda que, em manifestação técnica da Superintendência do Iphan na Bahia, foi recomendada a não continuidade do tombamento material da Feira, diante da ausência de valores históricos e artísticos das edificações.

Contudo, o pedido de registro imaterial permanece em aberto, com pertinência aprovada pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, ainda em 2007, carecendo, no entanto, de nova mobilização dos detentores para acompanhamento final do processo, junto à contratação de instituição ou de pesquisadores, por meio de parcerias e convênios, para a produção da pesquisa necessária à instrução processual do Registro da FSJ e futuro encaminhamento de seu Dossiê ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

IV. Conclusão

Esta Superintendência tem mantido diálogo com o Departamento de Patrimônio Imaterial a fim de encaminhar as próximas etapas da instrução processual referente ao pedido de Registro da Feira de São Joaquim. Na medida em que se trata de um processo longo, algumas lacunas ainda persistem ou se tornaram mais relevantes com o passar dos anos, como a necessidade de contratação para a realização da pesquisa técnica de Registro e de nova mobilização dos atores envolvidos.

Nesse sentido, é do interesse do Iphan considerar a possibilidade de colaboração da Sra. Patrícia Correia de Jesus na instrução do processo, uma

vez que será necessário estabelecer uma equipe ou instituição responsável por conduzir os trabalhos de pesquisa, assim como rearticular os atores da Feira, a fim de produzir e encaminhar o dossiê para análise e deliberação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Sugiro, portanto, o encaminhamento de meu e-mail institucional (bruno.huyer@iphan.gov.br) para maior agilidade na comunicação e verificação das possibilidades de colaboração no referido processo.

(assinado digitalmente)

BRUNO NASCIMENTO HUYER

Antropólogo
Superintendência
do IPHAN na Bahia

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Nascimento Huyer**, **Técnico I**, em 23/09/2025, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no

§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **6712981** e o código CRC **38EA71E2**.

Referência: Processo nº 01450.009468/2024-18 SEI nº 6712981

ANEXO 4 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS PAINÉIS E ESTRUTURAS

AO
IPAC INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA BAHIA

PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA FEIRA DE SÃO JOAQUIM
Contrato 212/2008

RELATÓRIO DO ÍTEM 1.2.8 EXECUÇÃO DOS PAINÉIS E ESTRUTURAS

Escritório Julio Abe Wakahara Ltda.
14 de março de 2009

ESCRITÓRIO JULIO ABE WAKAHARA LTDA.
Rua Frei Caneca, 466 São Paulo SP CEP 01307-000 Telefones (11) 3257-9609(telefax) e (11) 3159-4377 julioabe@aol.com

DATA: SÃO PAULO, 14 DE MARÇO DE 2009

PARA: IPAC INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA BAHIA.
ATT. DRA. EMILIA GONÇALVES / M.D. CHEFE DE GABINETE

DE: ESCRITÓRIO JULIO ABE WAKAHARA SCL
Contato: JULIO ABE / Telfax: 11-3257-9609 Tel 3159-4377 / julioabe@aol.com

REF.: PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA FEIRA DE SÃO JOAQUIM
CONTRATO 212/2008

ASSUNTO: ENTREGA DO ÍTEM 1.2.8 EXECUÇÃO DOS PAINÉIS E ESTRUTURAS

MENSAGEM:

Temos o prazer de enviar a V.S. o relatório dos serviços referentes ao item 1.2.8 EXECUÇÃO DOS PAINÉIS E ESTRUTURAS.

Os painéis serão localizados na rua principal de entrada da Feira de São Joaquim, com anuência dos feirantes do trecho, conforme desenhos em anexo. Foram também feitos contatos com profissionais para montagem final da exposição. Todas as questões técnicas já foram solucionadas para a montagem.

Apresentamos também a diagramação final dos banners, com as respectivas fotografias e textos, na sua forma final.

Sem mais, estamos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

JULIO ABE WAKAHARA
ESCRITÓRIO JULIO ABE WAKAHARA LTDA.



Localização da exposição

Um Referencial de Memória, Cultura e Resistência



Distribuição dos Painéis



Fotomontagem da Exposição no Local


PRODUTOS DO RECÔNCAVO BAIANO QUE CHEGAM À FEIRA DE SÃO JOAQUIM
TeodoroSampaio
Terra Nova
São Sebastião do Passé
Santo Amaro
GUIABO, PIMENTÃO
São Francisco do Conde
Governador Mangabeira
Cachoeira
São Félix
Muritiba
Cruz das Almas
ANIMAIS VIVOS
FUMO
LIMÃO ROSA
LARANJA
LARANJA PERA
Candeias
ANIMAIS VIVOS
Sapeaçu
Saubara
Maragogipe
INHAME E AIPIM
ABÓBORA
LIMÃO ROSA
Simões Filho
PEIXE
ALHO
CHUCHU
COUVE
CARNES E VISCERAS
CIDREIRA
HORTIFRUTI, LEGUMES E VERDURAS
Conceição do Almeida
ABÓBORA
São Felipe
Baia de Todos os Santos
Dom Macedo Costa
CARANGUEJO
SIRI
RAPADURA
PIMENTAS
BANANA
AZEITE DE DENDÊ
Feira de São Joaquim
Salvador
Santo Antônio de Jesus
PIMENTAS
MELÃO CABOCLO
LIMA E TANGERINA
FEIJÃO
Muniz Ferreira
Nazaré
Aratuípe
CARANGUEJO
LAMBRETA
Jaguaripe
CARANGUEJO
Oceano Atlântico

As tradições e os costumes transmitidos na Feira de São Joaquim fazem parte dos bens de natureza imaterial. Aqui ocorrem práticas que passam de geração a geração e enriquecem a cultura brasileira.

A Feira contribui para a continuidade de saberes e fazeres, nas formas de ver e pensar o mundo, nas cerimônias (festejos e rituais religiosos), na dança, na música, na história e nas lendas, nas brincadeiras, na culinária, no artesanato, nos instrumentos, objetos e lugares que lhes são associados no cotidiano das comunidades. Essas representações da cultura compõem o patrimônio imaterial.

ROTA DO ACARAJÉ POR UMA BAIANA



Exemplos do que se faz na Feira de São Joaquim: a preparação do licor caseiro; venda de ervas medicinais; capoeira; dendê; farinha copioba; acarajé; samba de roda; cerâmica; cestaria; artigos religiosos. Outros elementos do cotidiano da Feira de São Joaquim se perderam no tempo. Por isso, este lugar de memória e de identidade, onde se concentram e se reproduzem importantes práticas da cultura brasileira, deve ser preservado para "assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e para as futuras gerações".

ROTA DO CARURU POR UM CONSUMIDOR





BICHOS SAGRADOS...

Os animais vivos são muito procurados na Feira de São Joaquim, principalmente pelos adeptos dos cultos afro-brasileiros que veem neles instrumentos para suas práticas rituais e alimento para os membros da comunidade na qual o terreiro está inserido.



Foto Hervé Wolf, 2004



Foto Edvaldson dos S. Conceição, década de 1990



Foto Edvaldson dos S. Conceição, década de 1990